



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

JOSELITO CARNEIRO DA SILVA

CRISE NO SINDICALISMO:
a reforma trabalhista de 2017 no contexto do capitalismo global

JOÃO PESSOA

2024

JOSELITO CARNEIRO DA SILVA

**CRISE NO SINDICALISMO:
a reforma trabalhista de 2017 no contexto do capitalismo global**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal da Paraíba como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciatura em
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Panica

JOÃO PESSOA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOSELITO CARNEIRO DA SILVA

**CRISE NO SINDICALISMO:
a reforma trabalhista de 2017 no contexto do capitalismo global**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal da Paraíba como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciatura em
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Panica Pontes

Aprovado em 29 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Thiago Panica Pontes
Orientador – UFPB

Examinador: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira – UFPB

Examinadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Marreiro de Souza – UFPB

Em qualquer sociedade somente um grupo muito limitado de pessoas se empenha em produzir teorias, em ocupar-se de “ideias” e construir, mas todos os homens na *Weltanschauungen* sociedade participam, mas de maneira ou de outra do “conhecimento” por ela possuído. Dito de outra maneira, só poucas pessoas se preocupam com a interpretação teórica do mundo, mas todos vivem em um mundo de algum tipo (Berger; Luckmann, 2007, p.29).

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Dr. Thiago Panica, por todo o conhecimento compartilhado, por ter generosamente me guiado, com paciência e entusiasmo, foi uma honra aprender com você; estendo esses agradecimentos aos professores: Dr^a Maria de Fátima Marreiro de Souza – UFPB e Dr. Roberto Vêras de Oliveira – UFPB membros da banca examinadora que com presteza examinaram esse trabalho.

Ao meu pai, *in memoriam*, José Carneiro, homem de pouca formação, mas de um capital cultural que norteava suas ações. Tinha a visão de que só pela educação poderíamos fazer transformações e mudanças, nas suas palavras o conhecimento não ocupa espaço. Por ter sido sempre meu maior incentivador, obrigada por ter sido um modelo de abertura, amor, sinceridade e persistência;

A minha mãe, Maria Vieira, por sempre ter sido um porto seguro, obrigada por ser um modelo de retidão e generosidade;

Aos amigos que fiz no Centro de Ciências Sociais, obrigada pela convivência diária, pelas horas de estudo juntos, pelos conselhos e por conterem meus ânimos diversas vezes. Especialmente a Daniel Amorim por partilhado inúmeras tarefas e com seu modo de ver o mundo me ensinou algo importante, obrigada por todo apoio;

Agradeço aos professores que me apoiaram e me motivaram ao longo do curso de diferentes maneiras: Simone Brito, Ana Montoya, Michelle, Nildo Avelino, Charlinton Machado, entre outros, que possibilitaram com seus conhecimentos e saberes compreender o mundo com outras possibilidades e rearranjos diversos;

Agradeço ainda aos professores e profissionais que fizeram parte da minha vida acadêmica;

Agradeço calorosamente a todos que direta ou indiretamente contribuíram tanto na minha formação quanto na elaboração deste trabalho.

Aos amigos de longa data, obrigada pela paciência, compreensão das ausências e por me fornecerem um ambiente seguro e acolhedor.

Por fim, agradeço a Universidade Federal da Paraíba, pelas disciplinas ofertadas e pelo quadro de professores altamente qualificado onde, todos muito importantes, que cumpriram cada um o seu papel em me tornar quem sou.

RESUMO

A reforma trabalhista de 2017 ocorrida no Brasil se impôs, suprimindo direitos do trabalhador, e assim subjugando seu mais direto instrumento de representatividade e defesa: os sindicatos condição premente nas transformações do capitalismo contemporâneo. Ao determinar o fim da contribuição sindical compulsória, embora algumas correntes sindicais, em diferentes momentos principalmente os movimentos originários do novo sindicalismo pós 1978 que via no imposto sindical formas de manutenção do sindicalismo de gabinete, “os pelegos”, já defendessem o fim desta contribuição entendendo que ela não legitimava a luta e a representatividade sindical, é preciso compreender quais consequências destas medidas em menor ou maior grau desequilibraram a relação capital x trabalho, corroborando para deteriorar o cenário de desemprego estrutural e conjuntural através da flexibilização das leis trabalhistas e da consequente perda de direitos. Faz-se necessário ressaltar que, ao longo do processo histórico do sindicalismo, a representatividade dos trabalhadores não conseguiu criar mecanismos que os aproximassem da compreensão do sindicato como força para garantia de melhores condições de trabalho, salário e qualidade de vida. Embora em alguns momentos várias dessas representações tenham conseguido importantes avanços, estas ações exitosas não foram suficientes para construir uma organicidade para contrapor à reforma trabalhista de 2017 valores da socialização pelo mundo do trabalho, o que supõe uma capacidade de se construir identidades ancoradas em uma cultura política própria das classes trabalhadoras. Esse é o pano de fundo para que a Lei 13.467/2017 fosse aprovada pelo governo Michel Temer sem grande resistência no Congresso Nacional. Mas é preciso situar esse pano de fundo na estrutura mais ampla das transformações históricas que a envolvem nas últimas décadas. Isso é o que faremos nesse trabalho.

Palavras-chave: globalização; reforma trabalhista; sindicalismo; contribuição sindical.

ABSTRACT

The 2017 labor reform in Brazil imposed itself, suppressing workers' rights and thus subjugating their most direct instrument of representation and defense: the unions. It is necessary to understand how these measures, to a lesser or greater degree, have unbalanced the relationship between capital and labor, contributing to the deterioration of the structural unemployment scenario through the flexibilization of labor laws with the consequent loss of the rights associated with them. It is necessary to point out that, throughout the historical process of trade unionism, workers' union representation has failed to create mechanisms that would bring them closer to understanding the union as a force for guaranteeing better working conditions, wages and quality of life. Although at other times several of these representations have made important progress, these successful collective actions were not enough to build an organic structure capable of opposing the 2017 labour reform, largely due to the collapse of values linked to socialization in the world of labor, which imply a capacity to build identities anchored in a political culture specific to the working classes. The Law 13.467/2017 was passed by the Michel Temer government without much resistance in Congress. In order to gain a deeper sociological understanding of what happened, however, it is necessary to situate the reform within the broader framework of the historical transformations of global capitalism in recent decades. This is what we will do in this paper.

Keywords: globalization; labor reform; trade unionism.

LISTA DE SIGLAS

ARE	Agravo no Recurso Extraordinário
BCB	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BW1	Bretton Woods
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIP	Carteira de Identificação Profissional
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CSB	Central dos Sindicatos Brasileiros
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
IA	Inteligência Artificial
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MP	Medida Provisória
MSI	Modelo de Substituição de Importações
MST	Movimento dos Sem-Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROUNI	Programa Universidade para todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSE	Programa Saúde na Escola
PT	Partido dos Trabalhadores
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SMI	Sistema Monetário Internacional
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UGT	União Geral dos Trabalhadores

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo do sistema denominado Cyber Physical Systems (CPS), automação ou Indústria 4.0	36
Figura 2 - A linha de produção é um dos principais símbolos do sistema fordista	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pensamento das elites empresarias brasileira década de 40.....	38
Quadro 2 - Principais produtos exportados pelo Brasil em 2023.	40
Quadro 3 - Os principais países que o Brasil importa os produtos	40
Quadro 4 - Principais produtos importados pelo Brasil.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de desemprego.....	57
Gráfico 2 – Taxa de desocupação.....	58
Gráfico 3 – Participação dos salários na renda nacional.....	59
Gráfico 4 - Taxa de investimento regular no Brasil (FBCF).....	60
Gráfico 5 – PIB a preços de mercado.....	61
Gráfico 6 – Variação mensal dos registros de acordos coletivos no mediador em 2018 (sobre iguais meses de 2017).....	83
Gráfico 7 – Variação mensal dos registros de convenções coletivas no mediador em 2018 (sobre iguais meses de 2017).....	84
Gráfico 8 – Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE, por tipo de instrumento.	85
Gráfico 9 – Posição em relação à reforma trabalhista.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação consumo intermediário x participação da renda no investimento.....	62
Tabela 2 – Demanda processual: relação valores pagos espontâneo X valores executados.....	76
Tabela 3 – Quantidade de acordos celebrados.....	78
Tabela 4 - Contrato intermitentes.....	80

SUMÁRIO

PREÂMBULO: ELEMENTOS DE REFLEXIVIDADE INTELECTUAL A PARTIR DE NOSSA EXPERIÊNCIA VIVIDA: APONTAMENTOS A PARTIR DE NOSSA TRAJETÓRIA SINDICAL.....	15
1 INTRODUÇÃO	22
2 GLOBALIZAÇÃO: CONCEITO E TRAJETÓRIA HISTÓRICA: DIMENSÃO PRODUTIVA E ECONÔMICA.....	25
2.1 Globalização e reestruturação produtiva	27
2.1.1 Reestruturação produtiva	29
2.1.2 Transição de paradigma técnico-científico	34
2.1.3 Fordismo e pós-fordismo no Brasil.....	38
2.2 Dimensão financeira da globalização	44
3 DIMENSÕES POLÍTICA E IDEOLÓGICA DO NEOLIBERALISMO	49
3.1 Estrutura política.....	50
3.2 O neoliberalismo no Brasil: estrutura, modelo econômico e subjetividade.....	52
3.3 Ideologia e produção da subjetividade neoliberal.....	65
4 A REFORMA TRABALHISTA, PROBLEMAS E CONTRADIÇÕES	71
4.1 Analisando os pontos mais danosos aos trabalhadores	75
4.1.1 Restrição do trabalhador à justiça do trabalho.....	76
4.1.2 Desligamento por acordo mútuo.....	77
4.1.3 Trabalho intermitente, pejotização, terceirização.....	78
4.1.4 Prevalência do negociado sobre o legislado	81
4.1.5 Financiamento da atividade sindical.....	86
5 CRISE, DECLÍNIO OU RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO SINDICAL: DEBATE SOBRE A CRISE E OS RUMOS DO SINDICALISMO	93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101

**PREÂMBULO: ELEMENTOS DE REFLEXIVIDADE INTELECTUAL A PARTIR DE
NOSSA EXPERIÊNCIA VIVIDA: APONTAMENTOS A PARTIR DE NOSSA TRAJETÓRIA
SINDICAL**

Iniciamos este trabalho relatando minha experiência de vida e profissional como metalúrgico e como ativista sindical, dada a importância que este relato influenciou de certa maneira nossa atenção para a problemática apresentada e no caminho percorrido, contudo o relato se trata de um exercício reflexivo e imaginação sociológica que enriquecem as questões colocadas, entretanto não substituem a análise sociológica argumentativa e documentalmente bem fundamentada, no rigor científico, no método de investigação e nos pressupostos da ciência sociológica.

Em 1986, eu era um jovem técnico em mecânica, e em meu primeiro emprego comecei como estagiário em uma metalúrgica que fabricava máquina e equipamentos navais no Rio de Janeiro, Fermasa Maquinas e Equipamentos S/A. Fui contratado para estagiar no departamento de assistência técnica, após cinco meses fui efetivado. Entretanto, em 1989, retornando de uma assistência técnica fora do estado, me deparei com uma greve na fábrica. Trabalhei naquele dia contrariado em não aderir ao movimento grevista, ainda que nessa época eu não fosse sindicalizado, e que não tivesse naquele momento a compreensão ou uma imaginação sociológica. Era a realidade de um filho de um operário que tinha migrado do interior da Paraíba para o Rio de Janeiro, em 1974. Mesmo sendo filho de um importante fazendeiro da região de Itabaiana, sua condição de filho bastardo não auferiu o privilégio dos herdeiros, mas ainda lhe garantiu a condição de ser motorista do “pai”, o que, dada a realidade, transfigura-se em privilégio, haja visto as opções imperativas do campo.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, fui trabalhar de zelador em um prédio, tendo apenas a quinta série do colegial. Cultivava a pretensão de tirar a carteira de motorista profissional, e tendo alcançado esse objetivo, foi trabalhar em empresa de ônibus. Trabalhei em algumas empresas do setor, alternando algumas vezes com outro sonho de ser proprietário de caminhão, só alcançando este objetivo em 1986, depois de trabalhar com taxi, ter voltado para o ônibus, uma verdadeira epopeia para um jovem saído de interior para a cidade grande, pai de quatro filhos a construir sonhos para ele e a família. Hoje, seria o exemplo do investidor neoliberal. Entretanto, a essa epopeia, forjada na luta do dia a dia, na sabedoria popular e em conversas de política lá em casa fomentadas pelo jornal *Tribuna da Imprensa* e na leitura com teor político mais à esquerda, somou-se a subjetividade apreendida pela necessidade de que o futuro dos filhos se

daria necessariamente pela educação: dentro de um processo de uma realidade objetivada o ensino técnico seria nosso oásis.

Contudo esse sonho de meu pai encontraria barreiras não anunciadas, mas intrínsecas ao nosso país. A educação não era um direito fundamental, era um privilégio de poucos; até o ensino técnico era reservado a uma “casta” porque, no Brasil, para além de classes são erguidas certas barreiras para separar e classificar as pessoas. Digo isso porque em um estado como o Rio de Janeiro existia apenas uma Escola Técnica Federal que oferecia o curso técnico de mecânica. Desta forma, mesmo para as classes trabalhadoras, o processo era extremamente seletivo. E, obedecendo as lógicas e normas dominantes, aquela escola não estava destinada aos periféricos oriundos de escolas populares; estava reservada para os alunos formados e preparados nos cursos PRE (pré-técnico, pré-militar...) ou algum outro colégio em que o dinheiro fosse a mola mestre diferencial. Dito isto, se o ensino público não estava reservado para os menos abastados, o privado estava de portas abertas para aqueles que podiam e podem arcar com suas caras mensalidades. Desta forma eram as normas, os controles, e lógicas legitimadas, e ainda são, estabelecidas. Mas, regras estabelecidas perpetuadas vão de encontro a interesses contrários que entendem ou que exerçam a capacidade intelectual de pensar contra interesses dominantes. Desta forma, o operário ousou educar seus filhos e filha mais velhos em uma Escola Técnica particular que estivesse no nível de um Celso Suckov, como era chamada a Escola Técnica Federal do Rio de Janeiro.

Não viso com essas considerações exaltar os meus pais, apesar de reconhecer a qualidade de suas ações e de tantos outros pais que sonharam e ousaram se tornar um *outsider*, porque para pensar fora de uma lógica dominante, ou como dizemos hoje, pensar fora da caixa, é preciso antes encontrar o caminho que leva até a porta de saída. A compreensão de uma realidade objetivada é que vai ser o motor da minha inquietação. Conforme dizia acima, ao chegar na fábrica em qual trabalhava, em abril de 1989, no segundo dia de greve desci do ônibus que levava os funcionários na porta da empresa, ocupamos pacificamente algumas áreas da empresa destinadas ao lazer e descanso dos funcionários em hora de almoço. Foi respeitado o direito dos companheiros e companheiras que quisessem trabalhar, mas éramos a grande maioria. Aderi mesmo sem ser sindicalizado.

Os diretores do sindicato conversavam com todos nós, a intenção era formar uma comissão de fábrica para negociar com a direção da empresa, e assim, constituímos a comissão e uma pauta de reivindicação. Basicamente ambicionávamos à reposição de perdas inflacionárias, aumento do piso salarial da categoria, e eleição de uma comissão de fábrica

permanente com garantia de estabilidade. O movimento durou quase um mês sem que a direção da empresa apontasse durante este tempo que estivesse predisposta a encontrar uma solução, um meio termo que satisfizesse os operários, outrossim se valeram de ameaças, coações e determinações jurídicas que pudessem arrefecer o espírito dos operários; quando viram que essas medidas não surtiram efeitos, nos chamaram e comunicaram a demissão de todos os grevistas que somavam 178 operários demitidos sumariamente por justa causa. Esse embate tinha um fator preponderante, não estávamos enfrentando um industrial entre tantos, mas sua representação na pessoa do presidente da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) dono do Estaleiro Caneco e da Fermasa Máquinas e Equipamentos S/A, entre outras.

Quando fui trabalhar em uma siderúrgica de metal em Nova Iguaçu-RJ, comecei a frequentar a subsede do sindicato neste município, onde passei a conviver com vários diretores e entender mais sobre a organicidade e a divisão que lá existia, pois apesar da aparente homogeneidade havia um clima de disputa interna. O sindicato dos metalúrgicos nessa época era filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e portando o sindicato em sua configuração abrigava diversas configurações de pensamento. Ainda que estivessem imbuídos em um mesmo objetivo, os interesses particulares estivessem configurados por divisões políticas partidárias e correntes de pensamento, havia uma corrente hegemônica que encabeçava a presidência e a maioria das diretorias. Isso em si já era um ponto nevrálgico. Como em toda instância de poder, as disputas são inerentes e cada qual quer exercer maior influência, e, como diria Bourdieu, a distinção se faz notar muito em função do capital: quem pode mais são aqueles que tem maior capital, seja ele político, econômico ou cultural. No caso da CUT, assim como no sindicato dos metalúrgico-RJ, a Articulação Sindical tinha mais poder político e cultural já que em seus quadros militavam os melhores pensadores e de onde surgiram as maiores lideranças do movimento sindical Cutista, a exemplos de Lula, Jair Meneguelli, Luiz Marinho, Vicentinho e José Domingos Cardoso (Ferreirinha), entre tantos.

As principais correntes que formaram a oposição à corrente majoritária eram da CUT, pela Base, originada das Oposições Sindicais ou sindicatos conquistados por antigas oposições (principalmente a OSM/SP e a Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas), e a Convergência Socialista, tendência trotskista internacional. Na subsede de Nova Iguaçu tínhamos as mesmas configurações, Samuel e Carlão era da Articulação, Aníbal e outro diretor que não me recordo o nome eram da Convergência Socialista, e tinha um da CUT. Pela base a disputa não era declarada, mas existia um clima de animosidade, de disputa por poder e conquista do apoio dos filiados. Aníbal já tinha sido delegado sindical da subsede, e agia ainda como se assim o fosse;

entretanto Samuel tinha mais prestígio, pois tinha o apoio da presidência e, para além disso, Samuel era um intelectual e articulador: era ele quem formulava os boletins informativos da área de atuação, e também um ótimo orador que fazia a diferença, seja nas assembleias dos trabalhadores como na “porta de fábrica”. Conheci o Samuel e os demais na greve da Marvin S/A, uma siderúrgica em qual trabalhava. Já tínhamos conversado quando estava em campanha para a eleição do sindicato, mas sem muita aproximação; entretanto com o decorrer da greve a qual aderi, as conversas se intensificaram: entre um gole e outro de conhaque, muito apreciado por ele, falávamos bastante sobre política sindical e o panorama das eleições para presidente da república que aconteceriam naquele ano, eu era brizolista e ele petista. Mas foi pela sua voz que passei a apreender alguns conceitos de uma sociologia espontânea – como diriam alguns, de boteco – ainda que superficialmente. Uma bela manhã, chegando à porta da fábrica ainda em greve, o carro de som do sindicato já estava lá, entre outras coisas, tocava o single da campanha do candidato à reeleição do sindicato, Carlos Manoel, e anunciava a presença do mesmo naquele dia na manifestação. Samuel em dado momento me chamou: ‘Oh peão! Você é um representante dos trabalhadores da fábrica, fale por eles’. Isso foi uma surpresa. No entanto, não me intimidei: eu estava preparado, tinha imaginado essa situação em meus pensamentos, muitas vezes. Comecei com um bordão em razão de como eram chamados os trabalhadores da Marvin, que eram os “laranjeiros”. Isso porque a fábrica tinha sido construída em local onde tinha sido uma fazenda de plantação de laranja, pelo fato de que muitos dos operários vinham oriundos desses laranjais. Minha primeira fala, em uma transcrição indireta, foi: ‘que o TIO PATINHAS’, uma alusão ao desenho animado de Walt Disney que por analogia os tinha contratados, ‘a partir daquela data iria sentir a mão grossa que outrora tinha enriquecido o dono do laranjal, que enchia hoje sua caixa forte de moedas, e que exigia a sua parte do quinhão’. Naquele momento, a peonada irrompeu numa histeria de risos e aplausos, e aí não foi preciso falar muita coisa: falei um pouco da nossa rotina, da necessidade de condições mais salubres da realidade que só conhece quem trabalha em uma fundição, da luta por melhores salários, da necessidade de adicional de insalubridade para todos os setores da fábrica e de periculosidade para os trabalhos em que fosse pertinente, e acabei com o bordão da campanha: ‘ACORDA PEÃO’. Para a minha surpresa, chega nesse dia Carlos Manoel e Luiz Inácio da Silva que cumprimentaram a todos os companheiros que estavam à frente da manifestação; este fez um discurso para a peonada, pediu votos para ele e o Carlos, depois se despediu dizendo que tinha uma agenda cheia. a partir daquele momento não restava dúvidas para mim: eu tinha nascido para ser um articulador. Ao termino da greve 08/05/89 fui convidado logo ao entrar na portaria a me dirigir ao departamento pessoal onde fui demitido. E desse jeito foi na FAET – entrei em

03 de setembro de 1990, e em 17 outubro do mesmo ano fui demitido após 15 dias de greve, essa do setor plástico. Trabalhei ainda terceirizado, mais uma vez em uma metalúrgica, mas as greves iam e viam e a minha inquietação não se satisfazia; lá estava eu novamente envolto nas greves em outras fábricas, daí por diante onde chegava, a porta estava fechada para mim. Fiquei na subsele por algum tempo auxiliando na rotina do sindicato ainda que não como diretor, mas mantinha o mesmo status dentro da estrutura ainda que sem salário, já que chegava pelas mãos da companheirada valor semelhante. Samuel, meu guru intelectual, depois de algum tempo parece que perdeu o encanto com o movimento. Senti que o desencanto residia nas lutas internas, na falta de compreensão da família que não vê o resultado dessa luta também em suas vidas, no companheiro na porta de fábrica que coloca todos no mesmo saco a picha de pelego. Os nossos momentos de prazer da conversa, do conhaque, da boa música popular e erudita foram ficando cada vez mais raros. Ele, depois de alguns meses, se aposentou; nesta data eu tinha comprado uma Kombi, ele me ajudou ainda me indicando uma escola para fazer transporte escolar. Nos encontramos mais algumas vezes, ele me chamou para trabalhar no gabinete da Benedita, então senadora pelo Rio de Janeiro. Galluzio, um companheiro se bem me recordo oriundo das fileiras dos bancários, estava como assessor do gabinete da senadora no RJ. Ele conhecia Samuel, gostava muito dele, e em respeito a toda sua trajetória nos convidou para fazer campanha para o marido da senadora. Samuel declinou, imagino seus motivos, um pensador, um intelectual ser reduzido a animador de auditório. Eu no entanto, não poderia me dar ao luxo: tinha um bebê em casa para comprar fraldas e leite. Aluguei minha Kombi, só não emprestei meus “talentos” sindicais. Contudo, a derrocada maior reside no próprio movimento sindical, que não protege suas lideranças. Seus quadros desempregados não pagam mensalidade e não participam do coletivo. As instâncias de poder também operam nos coletivos da mesma forma das organizações: você precisa representar e ser representado para continuar no jogo.

Entretanto, sonhos são efêmeros, mas espíritos e ideias fazem parte da essência, e a minha essência foi revista quando chego à Paraíba. Quando fiz o Enem, e passei para o curso de Geografia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), lá me foi apresentado a filosofia de Kant, a antropologia de Roberto da Matta e a sociologia de Marx, entre outros. E me fez querer. Um ano e meio depois, fiz um novo Enem, eu queria estudar na UFPB. Quanto as possibilidades, eu estava declinado à Filosofia, mas quando vi a grade da Sociologia não tive dúvida quanto à escolha. Hoje, não tenho mais um sonho, a sociologia não me deixa caminhar pelo senso comum, mas mantém o espírito daquele jovem sindicalista que me tirou do senso comum, de sua parte de caverna, e me fez achar a porta e ver o que realmente são aquelas

sombras que me inquietam; se não escrevo como um sociólogo ao menos construo a minha imaginação sociológica. Contudo, não tenho a ilusão que a sociologia *per se* possa, enquanto ciência, modificar os espíritos. Ainda que os propensos preceitos da isenção nos afastem de um engajamento, a construção social da realidade não. E, se a base do tripé de uma universidade, alardeada no artigo 207 da Constituição Federal, que diz que as universidades precisam obedecer ao “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, o que estamos de fato ensinando ao nos acovardar atrás do manto da isenção? Para que nossas pesquisas servem? O que estamos propensos a levar para além dos muros da universidade? Qual é nosso compromisso, e que sociologia estamos ensinando? A sociologia dominante ou dos oprimidos? Quem paga nossa formação, nossas pesquisas e nossa extensão? A que interesses servimos? Eu vou responder: fracassamos quando dentro da cátedra acolhemos fascistas, racistas, preconceitos entre outras formas de violência. Se por excelência é em nossa casa (a universidade) onde deveria-se aprender e ensinar a ética, a razão, falhamos, como na última eleição, dentro do nosso curso de sociologia; já visualizamos o fascismo se instalar nos outros cursos, e temos a obrigação de socializar antes de mais nada nossa parte de fascistas. Bradaremos até que todos ouçam que precisamos ensinar o pensar sociologicamente primeiro dentro da universidade. Sociologia para todos!

A sociologia branda a isenção, porém qual o sentido de compreender e explicar? Se não pretendemos receitar fórmulas, experimentos sociais para construção de uma realidade – o que em si perderia sua função enquanto ciência interpretativa da coisa objetivada ou de possibilidades subjetiva –, por outro lado é possível conhecer sem engajamento ou militância? Isso não nos leva a professar uma ciência morta, submissa ou engajada na preservação da dominação? Não estaremos ao mesmo tempo somados ao senso comum e participando de seu subjugo? Se pensarmos que a revolução do conhecimento tem no senso comum seu ponto de partida, não deveríamos ser o badalo a ressoar o sino? Gosto de pensar que a sociologia me fez um explicador por excelência, e como explicar a realidade construída estabelecida na servidão aos interesses dominantes? Se assim não o fizer, eu não apreendi a sociologia, mas me tornei mais um agente da dominação.

Ainda que se pese o risco da implicância do peso do engajamento, de perdermos a objetividade de uma ciência isenta, e que isso nos credencia a sermos cientista, penso eu que se assim o fosse deveríamos escolher uma ciência exata ou filosofia, afinal elas não estão fundadas na obrigação de interpretar a coisa dada, mas pegar a coisa e transformar em dados. Penso que o sociólogo, ao interpretar a coisa dada, não pode deixar de marcar a sua posição ao custo de

mascarar a realidade; sendo assim, estando inserido na vida social, é mister ao sociólogo estar atento às questões que inquietam e alteram o tecido social e aos temas que lhes sejam caros e singulares a seu conhecimento, como em nosso caso a centralidade do trabalho enquanto organizador de uma ética de vida.

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia objetiva a análise sociológica da conjuntura da reforma trabalhista de 2017 e suas implicações na estrutura e nas práticas sindicais. A reforma trabalhista de 2017 se impôs buscando atender aos interesses do patronato, pela defesa intransigente da desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas.

Neste sentido a Lei 13.467/2017, para além de suprimir direitos trabalhistas garantidos pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 que criou a CLT, flexibiliza as obrigações patronais. A partir do golpe parlamentar de 2016 que destituiu a presidente Dilma Rousseff, o governo do então presidente Michel Temer, apoiado por uma elite liberal-conservadora, adota claramente uma postura neoliberal e implementa uma agenda de retirada de direitos trabalhista e sociais. Veremos que a reforma, ao regulamentar o negociado sobrepondo o legislado, procura inicialmente enfraquecer os sindicatos, já combalido historicamente. Desde a sua regulamentação ou ao menos da percepção por um longo período de ser “instrumento do Estado”, o sindicalismo teve dificuldades em criar mecanismos que aproximassem a classe trabalhadora da sua compreensão como espaço de luta e resistência para garantir melhores salários, condições de trabalho e qualidade de vida. E não soube canalizar, naquele momento, a adesão dos trabalhadores para o enfrentamento do fisiologismo dos representantes da elite empresarial no Congresso Nacional.

Ao determinar o fim da contribuição sindical compulsória (imposto sindical) e da contribuição assistencial, exceto com a autorização expressa do trabalhador sindicalizado, a Lei 13.467/2017, para além de suprimir direitos, amputa a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores já que mesmos os sindicatos mais combativos e influentes nas suas representações não conseguiram atrair significativo número de afiliados que pudesse garantir a estrutura física e orgânica dessas instituições sem a contribuição assistencial.¹

¹ Durante o período da escrita do TCC este ponto foi revisto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais para todos os empregados de uma categoria, ainda que não sejam sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição. A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada em 11/9/2024. O novo entendimento, firmado no julgamento de embargos de declaração, altera a decisão de 2017 no Agravo no Recurso Extraordinário (ARE) 1018459, com repercussão geral reconhecida (Tema 935). Na ocasião, o Plenário havia julgado inconstitucional a cobrança da contribuição a trabalhadores não filiados a sindicatos. (BRASÍLIA. Supremo Tribunal Federal (STF). **STF declara constitucionalidade da contribuição assistencial a trabalhadores não sindicalizados**. Disponível em: [https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=513910&ori=1#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20\(STF,virtual%20encerrada%20em%2011%2F](https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=513910&ori=1#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20(STF,virtual%20encerrada%20em%2011%2F). Acesso em: 04 jul. 2024).

Para tanto visando uma melhor abrangência da problemática estudada, o presente trabalho de conclusão de curso propõe uma revisão documental e bibliográfica no sentido de compreender o impacto das reformas quanto aos direitos e as perdas dos trabalhadores, e na representação sindical. Incursionaremos por informações e dados qualitativos e quantitativos.

Podemos inferir que as consequências mais deletérias para o sindicalismo diante da nova ordem da divisão do trabalho proporcionada pela globalização (marcada pela mobilidade de capitais e mercadorias e impulsionada por forte automação e informatização), suas batalhas mais árduas, desequilibram a correlação de forças e ameaçam a própria existência dos sindicatos.

Para tanto, partimos da hipótese de que o maior adversário do sindicalismo e do trabalhador se corporifica na dominação cultural, tendo como veículo o exercício intelectual que determina as melhores escolhas de convívio e de promoção de uma “vida boa”, ou seja, como o indivíduo determina sua existência em relação ao outro. O que determina as escolhas individuais e coletivas para a construção de relações equitativas?

O exercício intelectual determina as escolhas e fronteiras das ações humanas que são influenciadas pela construção das identidades individuais e coletivas. Neste sentido, faz-se necessário compreender a conexão entre subjetividade, sujeição e individualização e as implicações que exercem sobre as ações dos indivíduos, e como este ideário foi utilizado na construção das identidades pelo capitalismo para determinar o indivíduo *per se*, o *homo economicus*, responsável por seu sucesso ou fracasso. Portanto, o sindicalismo se insere *a priori* em uma batalha em que as mudanças de paradigmas, do discurso e das suas práticas, determinarão a sua existência e seu papel nas relações socioeconômicas.

Para compreender esse produto do conflito capital X trabalho, a presente monografia tecerá algumas considerações sobre as mudanças oriundas do capitalismo global, principalmente a partir dos meados dos anos de 1970, com a mudança do sistema acumulativo fordista/taylorista e do Estado de bem-estar social para a implantação de uma política neoliberal, e seu ideário de flexibilização de mercados e desregulamentações das economias nacionais. Sendo assim, este trabalho divide-se em cinco capítulos:

O primeiro, que é a introdução desta monografia, apresentará as ideias gerais.

O segundo tratará de conceituar e contextualizar a globalização sob a ótica produtiva, a dimensão financeira e tecnológica. Neste capítulo procuraremos analisar as mudanças

estruturais e políticas que puderam influenciar e possibilitar novas formas da divisão internacional do trabalho sob três óticas: mercado globalizado, mudança na organização e na estrutura produtiva;

O terceiro tratará da dimensão ideológica e política, que possibilitaram a assimilação e incorporação pelo tecido social das profundas mudanças nas relações de trabalho e nas novas formas de acumulação do capital;

O quarto capítulo analisará a reforma trabalhista após o golpe de Estado de 2016 no Brasil, o conteúdo das alterações da reforma, seus objetivos e os impactos na representação trabalhista;

O quinto capítulo trará as considerações finais sobre o assunto aqui abordado.

Como metodologia procedemos um estudo bibliográfico, complementado com dados e informações documentais, de fundo sociológico e político, para fundamentar nossa hipótese de que a Reforma Trabalhista aprovada pelo Congresso Nacional em 2017, ainda que tenha afetado os trabalhadores e sua representação, não é a luta principal dos sindicatos; é antes de mais nada um momento de uma luta mais ampla na formação de um sentimento de classe e de uma ética classista no sentido marxista. Para tanto, esta pesquisa envolve um olhar atento a aspectos qualitativos e quantitativos envolvidos na reforma.

2 GLOBALIZAÇÃO: CONCEITO E TRAJETÓRIA HISTÓRICA A PARTIR DE SUA DIMENSÃO ECONÔMICA

A globalização, que se irradia a partir de meados década de 1980, refere-se de maneira geral a um processo de integração política, econômica e cultural, a uma maior interdependência entre povos, países e economias, e da necessidade de que os mercados estejam conectados e integrados economicamente. Dessa forma, essa integração possibilitaria a internacionalização de bens, serviços e capitais bem como, idealmente, a movimentações de pessoas, embora tenha tido como consequência o acirramento de disputa por mercados, favorecendo principalmente as economias do centro do capitalismo e das empresas transnacionais.

Mas, foi sobretudo a partir da década de 1990, que as políticas implantadas nas economias dos países centrais possibilitaram efetivamente as condições necessárias para que a globalização se expandisse com mais intensidade em direção às economias periféricas com inúmeros impactos sobre os países. Neste sentido, o fenômeno da globalização tem assumido diferentes dimensões e significados para diversas correntes do pensamento, mais ou menos contrárias ou favoráveis. No entanto, para este trabalho, o aspecto mais relevante da globalização está na transformação que o capital instiga para o aprofundamento do *status quo*; dizer que a globalização está em crise é um aforismo: assim como a história não é linear, as condições materiais também não o são. A exegese do capitalismo supõe a acumulação. Para tanto, os rearranjos são adaptados conforme o apetite e as oportunidades geradas, e a apropriação dos meios de produção indelevelmente perpassa pela transformação das condições materiais de existência, condição precípua, segundo Marx (2004), para as diversas faces e etapas do processo de produção de mais valia em suas mais diferentes formas, inclusive na atualidade.

Para alguns pensadores, a globalização, do ponto de vista capitalista, não é um fenômeno novo, pois desde o mercantilismo, que perdurou do sec. XVI até o sec. XVIII, as trocas entre nações se expandem, contudo, fortemente marcadas pela condução do Estado, ainda que, após os fisiocratas, filósofos como Adam Smith, um expoente do pensamento liberal, defendessem que a economia poderia se autorregular e produzir a justiça social. No entanto, a “mão invisível” preconizada por Smith (1759) se revelou mais parcial à acumulação e menos propensa a produzir a satisfação de todos.

O mercado entre as nações nunca foi liberal, nem ontem nem no presente. A regra desde que o mercado se abriu foi a criação de monopólios e oligopólios que concentram mais riqueza

nas nações do centro. Neste sentido, Comblin (2000) entende que o mercado perfeito não é um mercado real, mas um mercado idealizado que atingiria todas as suas virtudes na medida que se aproximasse do ideal. Contudo, para o autor, o livre mercado é uma utopia porque seus idealizadores não partem de uma realidade empírica e sim, de uma idealização de mercado.

O mercado livre não existe entre os seres humanos reais. É uma construção teórica, ideal entre entes abstratos que supostamente seriam trabalhadores e consumidores. O liberalismo poderia funcionar num mundo feito por robôs, mas não pode funcionar no mundo de seres humanos vivos que existem realmente (Comblin, 2000, p.17).

Para Comblin, supracitado, todas as nações protegeram suas economias pois sabiam que, se abrissem as suas fronteiras ao mercado, estariam fadadas a impossibilitar o desenvolvimento de sua própria industrialização. Somente a Inglaterra, a partir da metade do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, em função de sua posição hegemônica, introduziu o livre mercado. Tinha uma superioridade industrial e comercial, além de potência colonial, que ninguém até aquele momento poderia ameaçar.

A abertura dos mercados também foi capitaneada pelos Estados Unidos durante e após Segunda Guerra Mundial a ser alçada à superpotência; basta analisar as suas políticas econômicas e de suas empresas multinacionais, que a rigor não têm fronteiras quando seus interesses estão em jogo: uma hora é um árduo defensor do livre comércio, outra hora não. Na prática, é um feroz protecionista quando protege seus produtores de commodities como é o caso do trigo, milho ou do aço com sobretaxas de importação.

Neste sentido, a globalização, conforme idealizada pela teoria neoliberal, na realidade legitima a justificação da dominação econômica destas economias de centro, embora oficialmente apregoe o livre comércio entre nações e indivíduos como sendo vendedores e compradores em condições de igualdade para competir entre si. Ainda sob o manto do novo liberalismo, os neoliberais parecem desconhecer as fronteiras das desigualdades e da dominação quando entes competem a partir de realidades distintas, e as implicações que estas relações produzem no mundo do trabalho e no tecido social de nações subdesenvolvidas, com uma industrialização precária, ou marcadas pelo predomínio de organizações transnacionais. Estas, ávidas por facilidades, se instalam nesses países onde a regra é a desregulamentação da política econômica e uma maior flexibilização das proteções trabalhistas.

Para Antunes (1999), as formulações neoliberais geram um cenário crítico, não apenas para os países periféricos como também para as economias de centro, pois a globalização, em

seu aspecto econômico, converte a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo, e tem gerado uma imensa sociedade de excluídos e precarizados, inclusive nos países do Norte, e até no Japão, com seu modelo toyotista, que tem se rendido a esta lógica dos países do ocidente, agora ele mesmo toyotizado.

Nessa direção Antunes (1999) afirma que o capitalismo contemporâneo vem assumindo, nas últimas décadas e num contexto de crise estrutural do capital produtivo, uma lógica mais acentuada de destruição do modelo do Welfare State que pode ser assim resumida em dois aspectos: primeiro, os modelos produtivos, Taylorista e Fordista, vêm sendo sistematicamente alterados pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas cujo modelo japonês, o Toyotismo, é o principal exemplo. Em segundo, a social-democracia que representava até o momento o Estado de bem-estar social em vários países centrais, tem sido solapada pela desregulamentação do modelo neoliberal privatizante e antissocial.

Ainda segundo Antunes (1999), esse modelo neoliberal tem solapado os direitos sociais dos trabalhadores, promovendo um combate aos sindicatos classistas, e propagando um subjetivismo e individualismo exacerbados no âmbito de uma cultura que se autointitula pós-moderna. O autor ressalta o complexo processo para compreender as lógicas que operaram para corroborar e efetivar essas políticas. Em primeiro lugar, elenca a crise estrutural do capitalismo industrial e seus marcos destrutivos na passagem do século XX para o século XXI. Em particular, as respostas do capital a partir da crise dos anos 70, como a reestruturações do processo produtivo fomentado pelos avanços tecnológicos, as novas constituições de acumulação flexíveis.

Para compreender como essas mudanças se deram na ordem mundial, e em especial no Brasil, pretendemos explorar as consequências dessa nova ordem econômica, política e social para elucidar o fruto de inquietações acerca da atual crise do sindicalismo, bem como tentar colaborar para o fomento de novas indagações sociológicas.

2.1 Globalização e reestruturação produtiva

Faz-se mister ressaltar as mudanças que possibilitaram uma globalização da economia, principalmente a partir da década de 70, em seus diferentes aspectos. Em primeiro lugar, podemos destacar uma nova forma de organizar a divisão do trabalho no interior das fábricas. Essa se deu não só no modelo de gestão, mas na própria planta fabril (Fordismo/Toyotismo),

ancorando-se em um dos pilares do capitalismo produtivo (a relação entre produção X demanda).

A economia mundial ainda é, mais que nunca, capitalista, mas um capitalismo transformado pelo informacionalismo. Isso torna impossível conter ou controlar atividades econômicas no interior das fronteiras dos Estados-nações tradicionais. Novas invenções, inovações tecnológicas, engenheiros, cientistas e, sobretudo, fluxos de capitais iniciados de forma mais ou menos instantânea transformam a todos, em qualquer lugar, não tanto em controladores e administradores, mas em clientes e frequentemente vítimas de uma “rede” impessoal que envolve o globo e apanha todo mundo em suas malhas (os que não se veem assim capturados são ainda mais infelizes e impotentes do que aqueles que nela caem) (Castells, 2000 *apud* Kumar 2006).

Em 1914, Henri Ford iria incentivar o consumo em massa para atender a máxima do capital produtivo: o aumento da demanda e a obtenção de lucro. Para realizar este projeto, Ford concebeu duas políticas básicas: de um lado baratear ao máximo a produção de bens industriais, e em segundo habilitar o máximo de trabalhadores a se tornarem consumidores desses produtos. Para tanto, era necessária uma mudança para uma nova forma produtiva, em larga escala, padronizada e rotinizada. Influenciado pelas ideias de Frederick Taylor, através do seu livro *Princípios de Administração Científica*, de 1911, Ford concebeu uma linha de produção alimentada por uma esteira onde cada operário cumpriria uma única tarefa em um determinado tempo, cronometrado de maneira a eliminar os chamados “tempos mortos” na produção. A expansão desse modelo revolucionou o modo de produção até então concebido nas habilidades do operário, e aumentou a demanda pela inserção da grande massa de trabalhadores na economia através de melhores salários, e consequentemente o aumento do consumo. Para estes, as consequências psicossociais não seriam dimensionadas ou pensadas de imediato, na medida em que a fragmentação das atividades laborais afastava os operários de sua compreensão da totalidade do processo produtivo, embora esse processo apenas aprofundasse um aspecto presente desde a primeira revolução industrial.

Para Santana e Ramalho (2004), a singularidade do fordismo, se centraria na ideia de separação entre concepção/execução ocasionando um movimento de desqualificação da mão de obra, o que sujeitaria o operário à alienação do processo produtivo, tornando-o uma peça integrada nas operações repetitivas para explorar o máximo da sua força de trabalho. Desse modo as formas organizativas coletivas seriam compreendidas como forma estranhada. Sobre isso Geraldo Augusto Pinto dirá:

O sistema taylorista/fordista de organização expandiu-se nas economias capitalistas centrais durante as duas guerras mundiais, após o que foi difundido internacionalmente no longo ciclo de crescimento econômico, fundamentado na produção e no consumo de massa, que se seguiu. Nos países capitalistas, centrais e periféricos, o sistema de produção em larga escala de produtos estandardizados fordistas articulou-se aos Estados de bem-estar social e à constituição dos grandes sindicatos de trabalhadores. O equilíbrio das articulações manteve-se até meados dos anos 1970 quando sofreu o impacto de transformações de várias ordens. Cabe analisá-las. Buscando considerar o caráter de “sistematicidade” desse processo, isto é, o fato de que as transformações políticas e econômicas aqui expostas são um conjunto de ações que interagem mutuamente e assim caminham no sentido de estabelecer o equilíbrio no sistema de relações sociais capitalistas como um todo (Pinto, 2013, p. 43).

Sobre essas transformações, Pinto (2013) argumenta que as contas externas dos países foram desequilibradas pelo súbito aumento geral dos preços do petróleo praticados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) em 1973, e em 1979, bem como pelas sucessivas valorização e desvalorização do dólar. Como consequência, houve grandes variações das taxas de câmbio das economias nacionais. Nesse cenário, contribuindo para acentuar ainda mais essas transformações, ocorreu um salto tecnológico por meio da microeletrônica aplicada à informação, o que possibilitou as nações intensificarem a especulação sobre essas flutuações cambiais. O autor ratifica que isso desencadeou grande cautela nos investimentos produtivos, ocasionando por outro lado o crescimento nos setores de serviços, comércio, saúde, finanças e entretenimento.

Para o autor Pinto (2013) tais mudanças abalaram ou colocaram o regime taylorista/fordista sob forte suspeição, pelo menos nos principais centros mundiais como EUA e em alguns países europeus. Dentro desse contexto, a partir da década de 1970, a produção fundamentada em unidades altamente verticalizadas e concentradoras de grandes contingentes de trabalhadores tornou-se uma “camisa de força” para o crescimento; neste sentido começaram a surgir alternativas que elencaremos no capítulo posterior.

2.1.1 Reestruturação produtiva

Com o declínio do Fordismo e do Pós-Fordismo, a implantação do Toyotismo, para além de abstrair o máximo da mão de obra, também opera subjetivamente ao perpetuar a “máxima” de que, para além de corpos dóceis, era preciso o controle das vontades. Para tanto, o sistema desenvolvido pelos engenheiros Eiji Toyoda e Taiichi Ohno no Japão desde os anos 1950

preconizava uma racionalização dos recursos de produção, evitando milhares de trabalhadores em grandes fábricas do padrão taylorista pela organização da planta fabril em formato de ilhas onde os trabalhadores pudessem compreender todas as etapas de produção podendo, assim, desempenhar sua função em qualquer etapa do processo produtivo, o que exige do operário uma flexibilidade e uma especialização diversa inerente ao processo produtivo, desde a concepção, a execução e a manutenção do processo produtivo. Estas novas formas produtivas visam não só a abstração da mão de obra, mas a devoção do trabalhador, sendo este, portanto, responsável pelo sucesso ou fracasso das operações (Pinto, 2013).

A economia mundial ainda é, mais que nunca, capitalista, mas um capitalismo transformado pelo informacionalismo. Isso torna impossível conter ou controlar atividades econômicas no interior das fronteiras dos Estados-nações tradicionais. Novas invenções, inovações tecnológicas, engenheiros, cientistas e, sobretudo, fluxos de capitais iniciados de forma mais ou menos instantânea transformam a todos, em qualquer lugar, não tanto em controladores e administradores, mas em clientes e frequentemente vítimas de uma “rede” impessoal que envolve o globo e apanha todo mundo em suas malhas (os que não se veem assim capturados são ainda mais infelizes e impotentes do que aqueles que nela caem) (Castells, 2000 *apud* Kumar 2006).

A crise do fordismo no final da década de 60 e princípio da década de 70 nos países centrais rompeu a estabilidade garantida pelo regime de acumulação lastreada por parte da transferência de ganhos de produtividade aos salários e a proteção social do Estado de providência. Na medida em que a crise atingiu a base de sustentação do fordismo, rompeu-se o pacto social intermediado pelo Estado e conseqüentemente fez surgir por parte da elite empresarial tentativas de estabelecer ou retornar a éticas produtivas de cunho liberal. Contudo, o velho liberalismo agora assume uma nova configuração denominada neoliberalismo, que acompanhou a flexibilização da produção, a intensificação da extração de sobretrabalho, e a desverticalização da produção, além de priorizar a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas.

O ideário neoliberal, contrário a qualquer controle do Estado sobre os mecanismos de mercado, apregoava que a crise seria resultado de uma forte presença do Estado na economia, da garantia de direitos sociais, e da capacidade dos sindicatos em organizar o operariado fabril e fazer pressões reivindicatórias por melhores salários e condições de trabalho, razão pela qual procurou diminuir o poder dos sindicatos para melhor atingir a desregulamentação trabalhista e os gastos sociais do Estado. Em suma, o avanço tecnológico e um novo modelo de acumulação do capital, emerge um novo arcabouço cultural para legitimar a exploração do trabalho,

imputando ao conjunto dos trabalhadores uma nova responsabilidade ante a precarização do trabalho, o desemprego estrutural e a desregulamentação das relações de trabalho.

Na concepção de Hobsbawm (1995), os problemas econômicos ocasionados pelas décadas de crise após a chamada “era de ouro” resultaram de flutuações conjecturais que coincidiram com convulsões estruturais ocasionadas pelas transformações proporcionadas pela globalização em uma extensão extraordinária. Com ela, advieram os efeitos da revolução tecnológica, como a redução drástica do emprego industrial ao substituir a capacidade humana pelo aumento da automação sob a promessa de que esse avanço tecnológico criaria automaticamente novos empregos. Contudo, na realidade, segundo o autor, as mudanças não foram cíclicas, mas de ordem estrutural, e os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhorassem: as máquinas substituíram definitivamente o ser humano. Dirá Hobsbawm:

Isso não ocorria apenas porque a nova divisão internacional do trabalho transferia indústrias de velhos países regionais e continentes para novos, transformando os velhos centros de indústria em “cinturões de ferrugem”, ou, ainda mais espectralmente, em paisagens urbanas semelhantes a operações plásticas onde todos os traços da antiga indústria haviam sido removidos. O surgimento de novos países industriais é impressionante. Em meados da década de 1980, sete desses países no Terceiro Mundo já consumiam 24% do aço do mundo e produziam 15% dele — ainda um indicador de industrialização tão bom quanto qualquer outro. Além disso, num mundo de fluxos econômicos livres que cruzam fronteiras de Estados — exceto, caracteristicamente, de migrantes em busca de trabalho —, as indústrias de trabalho intensivo naturalmente migraram de países de altos salários para os de baixos salários, ou seja, dos ricos países centrais do capitalismo, como os EUA, para países da periferia. Cada trabalhador empregado a tarifas texanas em El Paso era um luxo econômico quando havia um outro à mão, mesmo que inferior, por um decimo do salário do outro lado do rio, na Juárez mexicana (Hobsbawm, 1995, p. 319-320).

Antunes (2020) enfatiza que o conjunto articulado entre novas formas de produção com inovação tecnológica altera significativamente tantas formas produtivas quantas relação de trabalho existentes, para além da indústria e se fazendo presente na agricultura e nos serviços, criando, inclusive, o que ele chama o “novo proletariado de serviços na era digital”. Para Antunes, nas últimas décadas, a expansão da informatização digital possibilitou uma trípole destrutiva através de empresas que ele denomina flexíveis e liofilizadas (que atuam e se desenvolvem em temperatura constante).

Neste sentido, desregulamentação, flexibilização, terceirização, downsizing, “empresa enxuta”, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde tem-se a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não e l i m i n á - l o. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extinguí-lo (Antunes, 2010, p.44)

Fomentando a terceirização, a informalidade e a flexibilidade, essa tríade se tornou parte inseparável da linguagem e das práticas das empresas corporativas. Novos léxicos vêm se incorporando às práticas das empresas, implodindo as conquistas resultantes de lutas históricas e impondo a intermitência laboral tal como o *zero hour*, a uberização, e outras formas de plataformatização.

De fato, o sistema toyotista tinha como fundamento uma empresa enxuta e flexível, focada no produto principal, gerando a desverticalização e a subcontratação de empresas, que passaram a fornecer produtos e serviços complementares ao principal. Há, nesta nova forma de organização do trabalho, uma perene fragmentação das atividades-meio e, conseqüentemente, uma degradação da remuneração dos trabalhadores advinda da terceirização da produção desverticalizada.

Uma outra experiência denominada Terceira Itália surge nas décadas de 1970-1980, também como alternativa ao modelo de produção em grande escala na região da Toscana, Úmbria, Marche, Emília-Romagna, Veneto, Friuli, e Trentino-alto Adige. Segundo Kumar (1978), muitos advogavam a seu favor como sendo um modelo exitoso de colaboração e integração com objetivo de criar produtos e de explorar aberturas no mercado, implicando em colaboração constante entre empresários, projetistas, engenheiros e operários. Com o pequeno tamanho das empresas, proporcionava-se um ambiente favorável à flexibilização do trabalho e ao relativo nivelamento das hierarquias dentro das empresas, que por sua vez eram apoiadas pelas políticas públicas de incentivo de ordem fiscal e econômico bem como flexibilização de leis trabalhistas para estes setores.

Segundo alguns teóricos, esse ambiente de negócios supostamente retomava um passado distante onde o trabalhador se reencontrava com sua subjetividade no sentido de que o advento da especialização produtiva significaria o restabelecimento do controle humano sobre o processo produtivo, portanto trazendo maior envolvimento e maior satisfação para a maioria dos trabalhadores. Neste sentido, dirão Piore e Sabel:

O advento da especialização flexível, portanto, significa maior envolvimento e maior satisfação no trabalho para a maioria dos trabalhadores. Valoriza as habilidades artesanais e depende também da colaboração entre todos os tipos de trabalhadores na empresa. Além disso, como ocorre nos distritos industriais na Terceira Itália, pode promover uma integração mais estreita entre a produção econômica e a vida do dia a dia da comunidade local. Pesquisando deliberadamente a perspectiva mais promissora, Piore e Sabel especulam sobre a restauração de uma “democracia de pequenos proprietários” no ocidente, uma forma de “individualismo coletivo”, que consideram ser o “equivalente político” da “competição cooperativa” que caracterizou a produção artesanal no século XIX. “No fim, então, se estamos certos, o futuro volta ao passado” (Piore; Sabel *apud* Kumar, 1978, p. 86-87).

No entanto, os defensores da flexibilidade produtiva parecem sofrer de um pragmatismo orgânico, para não dizer algo mais intransigente, pois estão organicamente comprometidos com os interesses das elites ao mitigar os fatos, e assim, corroborar para o ocultamento de outros fatores preponderantes da realidade.

Na ânsia de justificar ou melhor legitimar o *status quo*, o capital acumulativo fez parecer que as mudanças advinham de novos comportamentos do consumo onde indivíduos à procura de produtos diferenciados ditados pela moda, e novos estilos de vida, estivessem ávidos para adquirir produtos que a produção em massa não tivesse a capacidade de produzir, como se houvesse um único tipo de produto, um único modelo de carro para todos ou um único jeans.

Na realidade, os benefícios da produção exclusiva nunca chegaram aos confins da diferenciação. Os menos favorecidos nunca, em lugar nenhum do planeta, puderam usufruir das benesses da produção exclusiva. Só os economicamente privilegiados foram contemplados, e a elite sempre teve à mão as mais diversas possibilidades de diferenciação em qualquer campo em que o dinheiro fosse a mola mestre de aquisição os sistemas produtivos que sempre coexistiram para legitimar a diferenciação. Para Kumar (1978):

A Terceira Itália não é, evidentemente, produto de algum desenvolvimento espontâneo, sem direção. Valores, objetivos e políticas desempenharam um papel importante em seu crescimento. Mas, valores e objetivos de quem? Alguns críticos alegam ter descoberto uma intenção menos feliz e mais sinistra por trás da aparência próspera e harmoniosa. A Terceira Itália, argumentam, é principalmente resultado de uma fuga para proteger-se do poder do trabalho organizado e uma tentativa de recuperar o controle sobre a força de trabalho. Não é coincidência, dizem, que o desenvolvimento de pequenas empresas deslanchou em meados da década de 1970. Empregadores das grandes fábricas do Norte reagiram às greves maciças e perturbações trabalhistas de fins da década de 1960, descentralizando a produção e recorrendo ao regime de empreitadas em grande escala. Em especial, eles procuravam se proteger da ameaça criada pelo *Statuto dei lavoratori*, de 1970, e de outras leis trabalhistas de princípios da década de 1970, que eram as conquistas mais

tangíveis dos operários após o *autunno caldo*, o “outono quente”, de 1969 (Kumar; Krishan, 1978, p,79).

Poderíamos ainda salientarmos outros aspectos que poderiam clarear o debate da reestruturação produtiva, que estes pensadores travaram no contexto; contudo estes exemplos nos ajudam a compreender o que se intensificou com a globalização, a flexibilização e a desregulamentação dos mercados.

2.1.2 Transição de paradigma técnico-científico

Contudo, para além da reestruturação produtiva outros fatores foram decisivos para que o capitalismo flexível pudesse avançar. O primeiro e mais significativo foi o desenvolvimento tecnológico e científico que possibilitou a introdução de todo tipo de inventos que pudesse substituir o ser humano direta ou indiretamente. A ciência utilizada como instrumento orgânico da acumulação flexível contrasta com a pretensa finalidade última de proporcionar o bem-estar da humanidade.

Na medida que estes inventos tendem a diminuir postos de trabalho, o que pudemos assistir foi a precarização e desvalorização do operariado. Estas tecnologias criaram um exército de desempregados e desalentados, bastando para tanto constatar as realidades tanto no campo de serviços, como é o caso de bancos e ônibus, ou mesmo na indústria metalmecânica, o quanto a telemática e robotização foram capazes de suprimir milhões de empregos diretos e indiretos em todo o mundo. Deste modo Antunes (2000) enfatiza que a desregulamentação, a flexibilização e a terceirização tendem a imprimir uma lógica societal onde o capital vale e a força do trabalho só importa enquanto seja imprescindível para a reprodução do capital. Para o autor, o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se da mão de obra humana; pode diminuir o trabalho humano, precarizá-lo, mas nunca eliminá-lo; pode desempregar imensas parcelas de trabalhadores, contudo nunca extingui-lo.

A realidade da acumulação flexível intensifica a substituição do ser humano pela tecnologia. Em 2011, surge pela 1ª vez o conceito de indústria 4.0 na feira de Hannover, na Alemanha, que visa aumentar a competitividade. Essa ação orquestrada pelo governo alemão visava aumentar a competitividade industrial do país por meio da automatização das fábricas. Esse conceito centra-se ao redor da planta operacional onde tudo está conectado digitalmente: fornecedores, distribuidores e unidades fabris. Na realidade a base dessa indústria consiste em

conectar máquinas, sistemas e ativos para criar redes inteligentes que auxiliarão no controle produtivo, ancoradas em um conjunto de premissa, a saber:²

- 1- A capacidade operacional otimizada: propõe o recebimento e análise de dados a uma velocidade jamais vista;
- 2- A virtualização das informações: a criação de uma cópia virtual das fábricas inteligentes que permite o rastreamento e monitoramento remoto de processos;
- 3- A descentralização do trabalho: será aprimorado os processos de produção através dos módulos da fábrica inteligente que atuarão de maneira descentralizadas;
- 4- A orientação a serviços: Software orientados por serviços ligados ao Internet off Services.³
- 5- A modularidade: flexibilidade para a modificação de tarefas de dispositivos com maior facilidade.

A Indústria 4.0 é um conceito de indústria proposto recentemente e que engloba as principais inovações tecnológicas dos campos de automação, controle e tecnologia da informação, aplicadas aos processos de manufatura, obedecendo essas premissas descritas acima graças à interconectividade do sistema denominado Cyber Physical Systems (CPS).⁴²

Essa interconectividade garante incremento da produtividade e redução de custos já que indelevelmente o fator humano seria substituído quase totalmente graças ao sistema mencionado acima. Estes são sistemas que permitem a conexão de operações reais com infraestrutura de computação e comunicação automatizadas. De forma simplificada, a telemática comanda uma parafernália de máquinas e robôs automatizados por programas que substituem a mão-de-obra humana em quase sua totalidade: entra a matéria prima e sai o produto acabado com o mínimo de intervenção do ser humano. A imagem abaixo proporciona a dimensão dessa totalidade do novo modo de produção.

2 INNOVARE na Indústria 4.0! **Innovare**, mar, 2019. Disponível em: https://blog.innovareti.com.br/2019/03/11/innovare-na-industria-4-0/_wp_link_placeholder. Acesso em: 27 nov. 2023

3 A ideia de que teríamos um ambiente em que os serviços estivessem conectados – denominado internet das coisas ou das máquinas atrelado à internet dos serviços. Na medida em que as máquinas estivessem atreladas a outras máquinas e às pessoas conseguiríamos desenvolver um ambiente de IA (Inteligência Artificial) potencializando as empresas a se conectarem e utilizar esses serviços sem a utilização de um ambiente físico para processamento; na realidade é a busca de automação de serviços manuais.

4 PROGRAMA Rumo à Indústria 4.0: uma iniciativa importante, mas que não pode ser isolada. **BraziLab**. Disponível em: <https://brazillab.org.br/noticias/programa-rumo-a-industria-4-0?>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Figura 1 - Exemplo do sistema denominado Cyber Physical Systems (CPS), automação ou Indústria 4.0



Fonte: Acervo Nissan Brasil.

Figura 2 - A linha de produção é um dos principais símbolos do sistema fordista



Fonte: Shutterstock.com⁵

O que podemos observar em todas as revoluções industriais foi a redução drástica da capacidade do indivíduo em sua práxis. O indivíduo já não se reconhece no fruto de sua obra,

⁵ A figura 2 acima podemos verificar como era um sistema centrado na produção fordista onde a presença humana era preponderante

o que Marx (2004, p.80) dirá que é uma desefetivação, pois, “(...) o trabalhador na medida em que produz mercadoria ele mesmo torna-se uma mercadoria tão mais barata quanto mais produz”; a desefetivação do trabalho se dá quando apropriado pelo capital. Quando essa objetivação se efetiva na apropriação do objeto a mesma opera um estranhamento e alienação, o trabalhador torna-se um servo do objeto pois ele é despojado dos objetos necessários a vida, mas também dos instrumentos do trabalho. Marx afirma:

O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (Marx, 2004. p, 81).

Portanto, Marx, nos *Manuscritos Econômicos-filosóficos* (2004) relaciona os objetos produzidos pelo trabalhador como algo externo, “estranho”, que corporifica atributos e poder para além do resultado do seu trabalho.

Essas considerações de Marx não só foram perceptíveis no seu tempo, mas se efetivou principalmente na contemporaneidade onde essa falta de efetivação se transforma em desalento pois os trabalhadores se precarizam para além do estranhamento; este já é subtraído do processo produtivo e reduzido de forma brutal a um exército de desempregados alçado pelo desenvolvimento tecnológico e pela acumulação rentista que, ao invés de produzir bem-estar, fomenta o endividamento das famílias e das economias nacionais; e isso se dá em escala global, em escala menor nos países de centro, mas sobretudo nos países periféricos e semiperiféricos.

O quadro a seguir reflete o pensamento das elites empresarias brasileira da década de 40 expressada por aquele considerado patrono da indústria brasileira, Roberto Cochrane: já naquela época o pensamento capitalista preconizava a individualização para coibir as formas associativas como instrumento de organização e luta do trabalhador brasileiro.

Quadro 1 - Pensamento das elites empresarias brasileira década de 40

Foram os atrasados sistemas de paga e a má orientação dos patrões que mais concorreram para que os trabalhadores se organizassem em feição de classes, classes patronais nos velhos países industriais, salvo raras exceções, trataram sempre os operários como se estes constituíssem uma massa única, não individualizando competências, e que se buscava no mercado com menos atenção que a matéria-prima, levando-os assim, naturalmente, a se unirem em partido para obterem melhoria em remuneração e tratamento.

Instalavam-se as indústrias com cuidados especiais de locação, com estudados detalhes de construção, e com a apurada montagem de maquinismos; organizavam-se aperfeiçoadas formas de escrituração; completos laboratórios para exames da matéria-prima e produtos manufaturados; e, no entanto, na exploração dessas indústrias, não conseguiam o aproveitamento eficiente da mão-de-obra por não saberem promover, inteligentemente, a cordial cooperação dos empregados, interessando-os na produção.

O mau sistema de remuneração dos serviços é o maior, senão quase o único causador das greves. Gantt, no seu magistral estudo *Work, Wages and Profits*, comentando esse estado de coisas, desta maneira se exprime: "Em regra geral o industrial paga um só e mesmo salário para uma só e mesma classe de operários, por desconhecer a quantidade de trabalho efetuado por cada um de per si, difícil, aliás, de se avaliar com precisão.

Corresponde, naturalmente, esse salário, ao valor de um trabalhador inferior à média. O único meio que tem o obreiro hábil de se fazer pagar melhor é de promover o aumento de salário de toda a classe. Daí o principal motivo da formação das Associações de Resistência." Compete, portanto, aos industriais, no seu próprio interesse, evitar que de seus principais colaboradores se forme uma massa hostil buscando remédios para o seu mal-estar em conquistas políticas perturbadoras da produção.

Essa evitação seria conseguida pela justa paga do verdadeiro rendimento do trabalho estabelecida de modo a premiar com equidade o esforço pessoal e as desigualdades fatais da produtividade de um homem para outro. Teríamos deste modo individualizado o operário, interessando-o diretamente na produção, tornando-o um fator crescente da riqueza e incorporando-o na sociedade

Fonte: Simonsen (1973, p. 439)

2.1.3 Fordismo e pós-fordismo no Brasil

Quando se fala em fordismo no Brasil, segundo alguns críticos, é preciso tecer algumas considerações. Para estes, parece haver um consenso que esse modelo, com amplo sistema de produção, apenas contemplou alguns segmentos das indústrias, e em determinadas regiões do país, quase exclusivamente no Sudeste e no Sul (Silva, 1994). Assim, o Estado brasileiro não teria assumido ou incentivado políticas que fomentassem o bem-estar social limitando-se a implementar políticas assistencialistas, setoriais e emergenciais, no sentido de legitimar os governos e o poder político das elites; na realidade a caracterização assumida pelo fordismo nacional não teve uma dimensão hegemônica e moral preconizado por Ford nos EUA, limitando desta feita as relações de produção

técnica e econômica, principalmente pelas portas das multinacionais aqui instaladas, o receituário utilizado apenas se deu na escala industrial e gerencial no interior das fábricas.

A fase inicial de desenvolvimento industrial gerencial ocorreu sob regime populistas, levando as formas paternalistas de relações entre o capital, o trabalho e o Estado. Seguiu-se a ditadura, dado o estilo anterior de gerenciamento da produção. Alternativas históricas muito diferentes existiam. Mas, por mais de 20 anos os militares estabeleceram as condições de desenvolvimento econômico. Embora essas tenham sido estabelecidas sobre algumas das condições institucionais existentes previamente, o caráter autoritário das relações nos diferentes níveis - local de trabalho, os sindicatos, a justiça do trabalho e o Estado - expandir-se enormemente alimentando um ao outro. Esse é o período fortemente identificado com fordismo clássico (Silva, 1994, p.110).

Nesse sentido, ainda que as condições aqui existentes no período do pós-guerra e até 1980 tenham apresentado progressos técnicos e organizacionais no que se refere à indústria, com uma estrutura mais diversificada e moderna, com uma estrutura de empregos que demandava trabalhadores mais qualificados (Fleury, 1988 *apud* Silva 1994), o resultado por aqui se mostrou deficitário em relação aos países de centro. Isso se deu primeiro pelo caráter assumido pelo capitalismo nacional, excludente e concentrador, que não conseguiu captar a essência do fordismo, centrado na produção em massa e na implementação de um contingente de consumo também de massa que representava o operariado. Ao invés de promover melhores salários, submeteram os trabalhadores ao achatamento de salários. Embora, segundo Silva (1994), por mais de vinte anos o regime autoritário tenha estabelecido condições específicas nas relações sociais e em diferentes níveis, o fordismo expandiu-se enormemente, mas amputaram a capacidade de organização e representação sindical, da justiça do trabalho e a configuração do Estado democrático de direito.

Cabe ressaltar o papel que o Brasil ainda ocupa na divisão internacional do trabalho como um país submisso, fornecedor de commodities e produtos submanufaturados; mesmo as indústrias aqui instaladas nacionais ou multinacionais, ainda que em maior ou menor grau tenham a capacidade de exportar, se voltam em geral para a demanda interna, e isso se deve em função de contratos que visam proteger a propriedade intelectual e material, norma que não foi observada pelos países de centro, o que faz com que os custos de produção sejam em grande medida transferidos ao trabalho (achatamento salarial, sobretrabalho (é uma condição em que um indivíduo trabalha além do limite considerado saudável ou razoável), desvalorização da mão de obra rural como forma de compensar por alimentos mais baratos nas cidades, etc.). Confira a seguir o ranking dos 10 produtos que mais exportamos até junho de 2023:

Quadro 2 - Principais produtos exportados pelo Brasil em 2023

	Principais Produtos Exportados pelo Brasil em 2023	Valor FOB US\$
1º	Minério de Ferro 	42,2 Bilhões
2º	Soja 	37,3 Bilhões
3º	Óleos brutos de petróleo 	27,4 Bilhões
4º	Açúcares e melaços 	8,5 Bilhões
5º	Carne Bovina 	7,4 Bilhões
6º	Farelos de Soja 	7,2 Bilhões
7º	Óleos combustíveis de petróleo 	6,6 Bilhões
8º	Demais produtos - Indústria de Transformação 	6,4 Bilhões
9º	Carnes de aves 	6,3 Bilhões
10º	Celulose 	6,1 Bilhões

Fonte: ComexStat — Dados do ano de 2023.⁶

O quadro 2 aponta o quanto o Brasil apesar de figurar entre as economias mais influentes do mundo, ainda mantém uma base manufatureira explorando essencialmente seus recursos naturais para equilibrar sua balança comercial fatigando desta forma seus recursos sem potencializar o lucro advindo da transformação dos mesmos em produtos industrializados ou beneficiados o que aumentaria o lucro, a capacidade industrial do país, o desenvolvimento técnico-científico e consequentemente o aumento da massa salarial e dos postos de trabalho.

Quadro 3 - Os principais países dos quais o Brasil importa os produtos

1. China – US\$ 60,7 bilhões
2. Estados Unidos – US\$ 51,3 bilhões
3. Argentina – US\$ 13,1 bilhões
4. Alemanha – US\$ 12,8 bilhões
5. Índia – US\$ 8,9 bilhões
6. Rússia – US\$ 7,9 bilhões
7. Itália – US\$ 5,6 bilhões
8. Coreia do Sul – US\$ 5,5 bilhões
9. Arábia Saudita – US\$ 5,3 bilhões
10. Japão – US\$ 5,3 bilhões.

Fonte: Logcomex — Dados do ano de 2022.⁷

⁶ BUENO, Sinara. Exportações no Brasil. Fazcomex, 2024. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/exportacao/exportacoes-no-brasil/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

⁷ PRINCIPAIS produtos importados pelo Brasil. Logcomex, 2022. Disponível em: <https://blog.logcomex.com/principais-produtos-importados-pelo-brasil/>. Acesso em: 24 ago. 2024

Cabe ressaltar ainda que apesar de o quadro 3 demonstrar um balanço favorável na balança comercial, de ordem mais de 10 bilhões de dólares a favor da balança comercial brasileira, o quadro 4, nos permite inferir a dependência brasileira de produtos industrializados.

Quadro 4 - Principais produtos importados pelo Brasil

1. Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)
2. Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)
3. Demais produtos – Indústria de Transformação
4. Válvulas e tubos **termiônicos**, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores
5. Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas
6. Partes e acessórios dos veículos automotivos
7. Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários
8. Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes
9. Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios
10. Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (exceto motores de pistão e geradores).

Fonte: Logcomex — Dados do ano de 2022.⁸

Os quadros anteriores dão a dimensão de dependência do Brasil atuando quase que totalmente como fornecedor de produtos manufaturados que agregam pouco valor econômico e de mão de obra.

Ainda que o governo varguista tenha promovido uma legislação para regular relações de trabalho no Brasil, a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943 (CLT), o Estado brasileiro manteve o movimento sindical sob tutela, assumindo este um papel corporativista em detrimento da representatividade ampla do conjunto do operariado fabril. Sob a ditadura militar, os sindicatos sofreram forte repressão e, portanto, diminuiu-se a capacidade de organização da classe operária para reivindicação de uma política salarial mais favorável, que pudesse estimular o consumo de massa característico do fordismo.

⁸ PRINCIPAIS produtos importados pelo Brasil. Logcomex, 2022. Disponível em: <https://blog.logcomex.com/principais-produtos-importados-pelo-brasil/>. Acesso em: 24 ago. 2024

Sob a tutela do regime democrático pós-ditadura militar, o governo de transição de José Sarney antecipou parte da cartilha neoliberal para enfrentamento da crise, procurando implementar políticas macroeconômicas que combatessem a inflação, aumentando o desemprego e a informalização do mercado de trabalho. A partir do final da década de 80, e sobretudo no decurso dos anos 90, implementou-se em nosso país a reestruturação dos processos produtivos, assim como as implicações econômicas e políticas pelo Estado brasileiro a pretexto de modernizar o país e se adaptar aos padrões de concorrência internacional, devendo se ajustar à economia mundializada. Para tanto, cedeu a interesses dos centros hegemônicos representados pelas instituições financeiras internacionais (como o FMI – Fundo Monetário Internacional, e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento), que traçaram políticas para a América Latina a partir de Washington, determinando as políticas que deveriam ser seguidas para o continente como um receituário a ser adotado.

O consenso de Washington, como ficou conhecido, estabelecia que estas economias deveriam reduzir os gastos públicos, implementar a abertura da economia ao comércio e às finanças internacionais, com ênfase nas privatizações, quebra dos monopólios, combate à inflação e disciplina fiscal.

A expressão Consenso de Washington surgiu da denominação dada por John Williamson, economista e pesquisador do Institute of International Economics, sediado em Washington, para a convergência de pensamento sobre as políticas públicas dos anos 1980, a partir dos governos de Ronald Reagan e George Bush. Referia-se às ideias das principais autoridades da economia mundial: a alta burocracia das agências econômicas do governo dos Estados Unidos, o Federal Reserve Board, as agências financeiras internacionais, membros do Congresso norte-americano e consultores econômicos de maior poder simbólico internacional (MARTINS, [2024?]).

Essa orientação foi seguida à risca pelo governo de Collor de Melo: 15-03-1990 a 02-10-1992, e sobretudo, seguiu o programado o governo Fernando Henrique. Embora em maior ou menor grau tenham procurado implementar políticas que levassem as empresas a fazer frente à concorrência internacional, melhorar a produtividade e qualidade dos produtos, sob uma legislação mais democrática e cidadã, o Estado brasileiro limitou-se a implementar ações que beneficiariam os interesses de setores econômicos, como as privatizações e a quebra de monopólios, a precarização da mão de obra, a desregulamentação trabalhista, e conseqüentemente a amputação da representação e organização trabalhista. De acordo com os autores citados a seguir:

No caso brasileiro, inicialmente com Fernando Collor, mas principalmente com o governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreram diversos retrocessos no mundo do trabalho, o valor do salário mínimo chegou no menor patamar desde sua criação. Ao mesmo tempo, aumentaram as fusões e aquisições, foram abolidos os controles de capitais e a desnacionalização e reconversão das atividades econômicas acabaram por limitar parte da atividade econômica nacional para a mera montagem de componentes importados. Fernando Henrique Cardoso teve sucesso em promover a queda dos índices de inflação, não obstante, para além da “concepção conservadora de estabilidade” ocorreu a paralisia do mercado interno, dos investimentos e o aumento da vulnerabilidade estrutural externa, dentre os motivos, por conta da excessiva entrada do capital estrangeiro, mas também pelo aumento radical do endividamento público, que fez, de acordo com Emir Sader (2007) o Brasil trocar a inflação pelo endividamento externo (Camargo, 2014; Sallum, 1999; Filgueiras, 2003; Vaz e Merlo, 2020, p.43).

Fazemos notar que, com a posse em 2002 de Luiz Inácio Lula da Silva, parecia que haveria uma guinada e finalmente os ventos empurrariam a economia brasileira para os trilhos do Bem-Estar Social, ainda que as forças reacionárias e elites econômicas tenham se reorganizado e utilizado de mecanismos e discursos do medo a ponto de o PT divulgar uma carta de governabilidade ou de conciliação com o mercado; mas para além das críticas, tanto da direita como da esquerda, o modelo adotado de política econômica do PT não quebrou a espinha dorsal da economia liberal. Ao mesmo tempo, não há como negar que para além de adotar políticas desenvolvimentistas, que impulsionaram a geração de emprego e renda, a valorização do salário mínimo, adotou políticas sociais como, o Bolsa Família e Minha Casa e Minha Vida, e, para além de retirar cerca de cinquenta milhões de brasileiros do mapa da fome, o governo do Partido dos Trabalhadores assentou mais de 1,11 milhões de famílias, entre outros programas sociais de inclusão como Universidades para todos, FIES e PROUNI, além dos Campis universitários e Instituído de Educação (IF's) espalhados por todo o Brasil. Assim, segundo Bastos (2017), o governo Lula cometeu três heresias em relação ao neoliberalismo. Primeiro, vetou novas privatizações e estimulou investimentos em empresas estatais, principalmente no setor de petróleo, gás e energia elétrica. A segunda foi no setor bancário, ao incentivar os bancos públicos para execução de políticas de desenvolvimento produtivo e expansão do mercado interno. A terceira foi justamente incentivar o consumo interno apoiado pela política salarial, trabalhista e social. Neste sentido dirá o autor:

i) Elevou salário mínimo real em 70% entre 2004 e 2014, como impacto no mercado de trabalho e nas pensões e aposentadorias do sistema de seguridade; ii) Fortaleceu os sindicatos e exigiu a formalização do emprego, com salários e direitos melhores, incluindo o seguro desemprego; iii) Do conjunto de transferências sociais, notadamente o bolsa família, o Benefício de Prestação Continuada e o bônus salarial,

e recuperou o gasto nas ofertas de serviços públicos (Castro, 2012; Barbosa, 2013; Pochmann, 2014 *apud* Bastos 2017, p.13).

2.2 Dimensão financeira da globalização

Para compreender a dimensão financeira é mister resgatar os fatores históricos que favoreceram a mudança de paradigmas na estrutura econômica, principalmente a partir dos anos 70 com a quebra unilateral do padrão Breton Woods que tinha como pano de fundo um padrão monetário centrado no desenvolvimento produtivo e na geração de empregos capitaneados pelo Estado de bem-estar social, conforme advogado por Keynes, centrando-se em um padrão de uma moeda universal com paridade lastreada pelo ouro, no controle do fluxo de capitais, e no câmbio fixo.

Não pretendemos entrar nessa seara econômica por total incapacidade de compreender as nuances do economês. Ao fazê-lo procuramos superficialmente situar o que essas mudanças ocasionaram nos moldes de acumulação de capital, as transformações na economia produtiva, assim como as possibilidades que foram criadas para uma acumulação rentista que acabou por retrair o investimento produtivo. Segundo Oliveira; Maia; Mariano (2008), o sistema Bretton Woods (BW1) ofereceu previsibilidade ao sistema capitalista. O acordo tinha três bases fundamentais: a convertibilidade de todas as moedas que participam do Sistema Monetário Internacional (SMI), a paridade das moedas e o equilíbrio das balanças de pagamentos, o que proporcionou determinados resultados econômicos capitaneados pelos EUA, como a recuperação Industrial do Japão, da França e de alguns países periféricos, sem o que dificilmente o capitalismo teria logrado o êxito proporcionado pela chamada “era de ouro”. Contudo, segundo Ricardo Dathein.

Um dos problemas de taxas de câmbio fixas é que elas exigem preços internos relativamente estáveis, ou pelo menos taxas de inflação semelhantes entre os países. Além disso, evoluções diferenciadas de custos e produtividades também impedem câmbios fixos. Desta forma, a estabilidade monetária internacional dependia da existência de economias nacionais estáveis e de uma evolução econômica estrutural homogênea, condições estas dificilmente encontráveis (Dathein,, 2003, p. 8).

E ao se adotar o câmbio variável, estabelece-se um padrão sistêmico subjugado ao plano de finanças ao invés da produção e do emprego. Baseado no esquema Centro-Periferia, o centro

atua como emissor de moeda internacional e funciona como intermediário financeiro, atuando como fornecedor de produtos manufaturados, acumula superávits nas transações correntes em detrimento do desenvolvimento da indústria nacionais periféricas e da produção de bens que inibe a produção e a geração de emprego. Eric Hobsbawm (1995) já tinha expressado sua perplexidade ao identificar semelhanças dos ideários defendidos na década de 80 com fatores que levaram à grande depressão de 1929. Desta forma dirá:

Aqueles entre nós que viveram os anos da Grande Depressão ainda acham impossível compreender como as ortodoxias do puro mercado livre, na época tão completamente desacreditadas, mais uma vez vieram a presidir um período global de Depressão em fins da década de 1980 e na de 1990, que, mais uma vez, não puderam entender nem resolver. Mesmo assim, esse estranho fenômeno deve lembrar-nos da grande característica da história que ele exemplifica: a incrível memória curta dos economistas teóricos e práticos (Hobsbawm, 1995, p 86).

Para Carvalho (2016), Gallino em seu livro *Finanzcapitalismo* fornece uma interpretação ímpar sobre o processo de financeirização da economia capitalista, expondo suas raízes históricas e seu *modus operandi*, nos ajudando a compreender as consequências no âmbito econômico, político, e as implicações na organização e vida dos trabalhadores. Segundo o autor Gallino consegue sintetizar as práticas do capitalismo financeiro ao extrair o máximo de valor do maior número de seres humanos e da natureza, o rentismo tende acumular não só valor econômico, mas sobretudo poder, como uma máquina, mas não qualquer máquina: uma que vai além das formas até então acumulativas incluindo o capitalismo industrial, pois esta envolve para além do mundo dado. Ela consegue ser capilarizar, ou seja, consegue extrapolar os limites do sistema social, de todos os estratos da sociedade, da natureza e da pessoa humana. Ela é a própria cultura, ou seja, uma só cultura, ou seja, é quase impossível agir para além dessa racionalidade

O autor ratifica que o capitalismo opera de maneira opaca, no sentido de não se fazer notado. A “finança oculta” é impossível de se regular, pois existe um conjunto de investidores, compostos por fundos de pensões, de investimentos e agências internacionais que impõem seu poder a quase totalidade dos Estados nacionais, subjugando decisões políticas aos interesses desse sistema.

[...] a megamáquina do Finanzcapitalismo passou a cumprir seu propósito de extração de valor de todos os aspectos como de todos os cantos do mundo contemporâneo. Um semelhante sucesso é devido a uma economia que com as suas inovações superou a política, mas a uma política que tem identificado

seus próprios fins com aqueles da economia financeira, esforçando-se com todos os meios para favorecer sua ascensão. Deste modo a política abdicou de sua tarefa histórica de civilizar, governando a economia, a convivência humana. Mas, não se limita a isso. Contribuiu para transformar o Finanzcapitalismo no sistema político dominante a nível mundial, capaz de unificar as civilizações preexistentes em uma só civilização-mundo e ao mesmo tempo de esvaziar de substância e sentido o processo democrático [...] a megamáquina do Finanzcapitalismo passou a cumprir seu propósito de extração de valor de todos os aspectos como de todos os cantos do mundo contemporâneo. Um semelhante sucesso é devido a uma economia que com as suas inovações superou a política, mas a uma política que tem identificado seus próprios fins com aqueles da economia financeira, esforçando-se com todos os meios para favorecer sua ascensão (Gallino 2011.p 12-13 *apud* Carvalho, 2016, p. 73-74).

Nunca produzimos tanto e por tão pouco. Contudo, para o economista Dowbor (2022), no caso do Brasil há uma espécie de aliança de grupos nacionais com os grandes gestores de investimento: BlackRock, Glencore, entre outros, que têm como objetivo a maximização dos dividendos financeiros. Desta feita, se torna muito mais interessante plantar soja do que arroz, ou ainda exportar carne de que fomentar o consumo interno, não importando que no país mais da metade da população brasileira — 116 milhões de pessoas — viva com algum grau de insegurança alimentar. Ao menos 19 milhões estão passando fome, situação agravada pela pandemia e pela crise econômica do país. Os dados são de levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan Neumam, 2021).

Neste sentido, o economista supracitado dirá: o Brasil não é um país pobre. O PIB de 2020, 7,5 trilhões de reais, representa uma produção equivalente a 11 mil reais por mês por família de 4 pessoas. O que produzimos é, atualmente, amplamente suficiente para assegurar a todos uma vida digna e confortável, bastando para isso uma moderada redução da desigualdade. O nosso problema não é propriamente econômico, no sentido de falta de recursos, mas de organização política e social. Apenas dois setores são dinâmicos no Brasil atual: a exportação de bens primários e a intermediação financeira. Ambos geram grandes fortunas, mas pouco progresso para o país, e pouca inclusão produtiva. Constituem essencialmente drenos (Dowbor, 2022, p. 2).

Dowbor (2017, p. 188) dirá ainda que a economia funciona movida por quatro motores: as exportações, o consumo das famílias, as iniciativas empresariais e os investimentos públicos. Para o economista, as exportações representam muito pouco no conjunto da economia: os cerca de 200 milhões de dólares servem mais para importar bens e serviços importantes para a economia. No entanto, estamos longe de ser uma economia de comércio agregado, onde o motor do mercado externo seja preponderante para o nosso desenvolvimento; antes somos uma

economia de mercado interno com uma população de cerca de 204 milhões de habitantes e um PIB de 6 trilhões de reais.

Dowbor (2017, p. 189) ratifica que, se as dinâmicas internas não operam para regular os estoques, o setor externo pouco poderá resolver, pois essencialmente somos exportadores de commodities. Mesmo que tenhamos aumentado a produção e o volume das exportações, a variação nas cotações internacionais pouco têm efeito na balança comercial, pois independe do volume da produção e de consumo internacional, os preços são artificialmente indexados pelos operadores do mercado de derivativos, os chamados Traders, que controlam cerca de 500 trilhões de dólares em ativos para um PIB mundial de 80 trilhões. Só a título de exemplo, como justificar que a produção de petróleo se situe em torno de 95-100 milhões barris dia, e o volume negociado seja da ordem três bilhões de barris dia?

Isso em si explica a variação dos preços do petróleo: vende-se o que não se tem, em outras palavras, cria-se uma cilada para colher dividendos. Do mesmo modo acontece com outras commodities, quando se compra e estoca a produção e se regula o fluxo para potencializar os dividendos, o que afeta diretamente o nível de emprego e a maior ou menor dinamização pela demanda. Dowbor (2017, p.190) não menospreza os impactos que as exportações trazem para a balança comercial do Brasil como, por outro lado, fator de travamento da economia. Para ele, a dinâmica principal está nas atividades voltadas para a demanda interna, entendendo-se que o mais importante é a demanda das famílias como o principal motor da economia brasileira, a qual estimula as atividades-fim, a se produzir o arroz e o feijão que entram na nossa mesa, estimulando as empresas a produzirem em geral. Quando existe uma demanda forte, sempre haverá quem invista para lucrar, e assim dinamizar a economia.

O autor, para elencar o seu ponto de vista, utiliza como exemplo os dois governos Lula e o primeiro governo Dilma:

[...] estes governos elevaram fortemente o consumo através de programas sociais como os programas de distribuição de renda, da elevação do salário mínimo, da inclusão produtiva e outras medidas que tiraram milhões de brasileiros da linha de pobreza, donde podemos inferir que o crescimento gerou uma dinâmica que permitiu financiar as próprias políticas sociais (Dowbor, 2017, p, 190).

No entanto, o autor salienta que bancos e outros intermediários financeiros drenaram os recursos do país, solapando o fomento produtivo e o desenvolvimento econômico pelas altas taxas de juros ao tomador final. Dito de outra forma, a capacidade de consumo das famílias foi apropriada pelos altos juros praticados pelos agentes financeiros. Na prática, os consumidores

pagam quase o dobro do produto, e muitas vezes mais. O que ocorre no Brasil, na realidade, é que se fomenta o crédito e não o consumo, tendo em vista que para se adquirir qualquer bem o consumidor muitas das vezes passa em média dois anos pagando o produto, e isso impacta diretamente o setor produtivo, que efetivamente fica com os estoques parados (Dowbor, 2017, p. 197). É uma equação simples de se verificar: menos consumo, menos empregos gerados, menos renda circulando, menos impostos arrecadados, menor capacidade do Estado de fomentar políticas públicas e de ser um indutor de desenvolvimento.

Tem-se aí o segundo e terceiro motores da economia brasileira estagnados em benefício do capital rentista, em que o único produto é o endividamento das famílias e do Estado. Nessa direção, as linhas de crédito para as empresas financiarem máquinas e equipamentos deixam de ser um atrativo com as taxas praticadas pelo mercado, sendo melhor aplicar em títulos da dívida pública ou em outras aplicações sem correr risco com investimentos inerentes à produção, e o círculo virtuoso do produto demanda x trabalho põe por terra a teoria liberal do mercado como sendo o espaço entre competidores livres e interessados. Dirá Dowbor:

O travamento da demanda das famílias, da grande massa de consumo da população, tem efeito imediato nas iniciativas das empresas, que veem acumular seus estoques de produtos não vendidos. É natural que reduzam o ritmo de produção, o que por sua vez afeta o emprego. Impacto maior ainda resulta da redução dos investimentos empresariais. Se a demanda se reduz, por exemplo, em 5%, gerando uma insegurança quanto à perspectiva de produção, os investimentos novos caem muito mais, pois as empresas entram em compasso de espera e qualquer nova iniciativa é suspensa (Dowbor, 2017, p. 203).

Até aqui podemos verificar que mudanças ocorridas na relação capital/trabalho antes de mais nada, *a priori*, tem o caráter de manutenção do poder de classe, com interesses particulares de uma pequena parcela da sociedade se sobrepondo à vontade de centenas de milhões de trabalhadores em todo o mundo, especialmente no Brasil em que as frações de classe são extremamente desiguais. Quais os argumentos se tornaram tão eficazes para subjugar as vontades dessa maioria? Espero no próximo capítulo me aproximar dessas expectativas e compreensão.

3 DIMENSÕES POLÍTICA E IDEOLÓGICA DO NEOLIBERALISMO

Argumentamos, no primeiro capítulo, que as mudanças decorridas de um processo de reestruturação produtiva redefiniram radicalmente a correlação de forças entre os representantes da classe dos trabalhadores e a classe patronal, com o claro enfraquecimento da capacidade política e de negociação das primeiras. Reforçamos que a reestruturação produtiva, no âmbito não só das empresas privadas como também das públicas, através da reorganização dos processos produtivos calcados pelas novas tecnologias de produção e de gestão, teve implicações devastadoras sobre o mercado de trabalho com intensa redução na oferta de postos de trabalho, e na conseqüente redução dos salários. Esse impacto negativo foi reforçado pela abertura dos mercados à livre circulação de mercadorias e de capitais, adotados conforme a ideologia neoliberal.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: O empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. [...] Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “propostos” (empregados especializados) a quem confiar estas atividades organizativa da relações gerais exteriores à empresa.

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. [...] A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializada e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os seus “graus” “verticais” da escola tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado (Gramsci, 2001, p. 15,19).

Enquanto o mundo do Pós-Guerra esteve alinhado ao Estado de bem-estar orquestrado e assentado na teoria keynesiana do pleno emprego, Friedrich Hayek, em 1947, convocou alguns simpatizantes com sua orientação ideológica para uma pequena reunião na estação de Mont Pèlerin. Estiveram presentes alguns célebres pensadores, dentre eles: Milton Friedman, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi, Karl Popper, entre outros. Seu propósito era combater o keynesianismo e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo

calcado na propriedade privada, no individualismo, no livre mercado de capitais e de comércio (Anderson, 1985, p. 9). Entretanto, o cenário geopolítico não despertou os interesses do capital dominante, nem do imperialismo americano, ambos empenhados em não reproduzir políticas que pudessem desestabilizar o cenário ainda instável pelo qual passava o mundo após a IIª Guerra, com a reconstrução da Europa e a nova geopolítica polarizada pelos EUA e URSS. Contudo, cabe aqui lembrar que não são apenas os ideários que norteiam os interesses do capital: o modo de produção capitalista, em síntese, é o responsável pelas transformações ideológicas. Neste sentido, o professor Nildo Viana argumenta que:

As origens do neoliberalismo estão muito mais nas transformações do capitalismo do que no reino nebuloso das ideologias. O modo de produção capitalista é a fonte explicativa para as transformações estatais e ideológicas e não o contrário. A ideia de totalidade, exigência metodológica fundamental, é abandonada por concepções que enxergam o Estado capitalista numa suposta evolução imanente, assim como os idealistas fazem com a história das ideias (Viana, 2008, p. 4).

Ainda que pesem as considerações elencadas pelo professor Nildo Viana, mesmo com as condições impostas pelo modelo de acumulação capitalista no que tange ao livre comércio e à livre empresa é preciso reconhecer que mudanças de cunho estrutural apenas em si não poderiam provocar automaticamente medidas de comportamento capazes de ressoar no âmbito do tecido social e provocar uma mudança na conjuntura política. Sendo assim, retomo ao que se disse antes: para isso seria preciso mudar o mundo das ideias, e isso se combina com uma nova socialização política, conforme argumentaremos mais adiante, com papel preponderante da escola e da cultura, as quais o capital tem se apropriado sistematicamente no Brasil.

3.1 Estrutura política

Assim, a nova conjuntura política, aliada a já mencionada mudança nos modos de produção e acumulação do capital, foi determinante para a implantação do neoliberalismo paulatinamente, tendo como marco inicial o final dos anos 1970, com a eleição do governo de Margaret Thatcher, que a rigor difundiu o ideário neoliberal através de uma agenda antissocial, com redução da presença do Estado na economia induzindo um programa de desestatização e deslegitimação das organizações trabalhistas, desregulamentação das relações de trabalho, dos mercados, ajuste fiscal e monetário. Amparada por um forte conservadorismo já presente no povo inglês, este exaltado pela primeira-ministra ganha contornos mais radicalizado como a

honra e a família: essa combinação entre economia e pautas de costumes tinha como objetivo reconduzir o poder das classes dominantes econômica e politicamente (Harvey, 2008).

E isso fica evidente na frase mais celebre de Margaret Thatcher: “não existe essa coisa de sociedade. Existem indivíduos, homens e mulheres, e existem as famílias” (Castro, 2024). Essa frase, carregada de simbologia, reflete mais do que uma teoria econômica: a ênfase da ideologia neoliberal pela qual inicialmente é preciso transformar o indivíduo antes de impor normas e condutas. Sobre isso dirá David Harvey:

Isso envolvia enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva (como as expressas pela governança municipal e mesmo o poder de muitos profissionais e de suas associações), dismantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social. Privatizar empresas públicas (incluindo as dedicadas à moradia popular), reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para induzir um forte fluxo de investimento externo [...]. Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares. O ataque ideológico nessas linhas advindo da retórica de Thatcher era implacável como ela mesma disse, “a economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito”. E transformar ela de fato transformou, ainda que de modo algum completa e abrangentemente, para não falar dos custos políticos (Harvey, 2008, p. 16).

Nos EUA, a eleição de Ronald Reagan em 1980 a rigor procurou reduzir os poderes das prefeituras com uma política de sufoco das finanças, já que as prefeituras tinham como prática fomentar as políticas sociais. Outro ponto congruente com a ideologia neoliberal foi a drástica redução de impostos já no governo Carter, que punha fim ao longo período do Estado comprometido com os princípios keynesianos. Sendo intensificado no governo de Reagan, e com a desregulamentação do mercado, abriu-se para o capital corporativo novas formas de precarização do trabalho, na medida que se fomentou o interesse corporativista em âmbito nacional a migrar dos estados do nordeste e do meio-oeste, mais sindicalizados, para os estados do sul e oeste menos sindicalizados. Para David Harvey, essas medidas no seu interior proporcionaram uma abissal desigualdade social na medida que procuravam restaurar o poder econômico da classe alta nos EUA. Em suas palavras,

O capital financeiro buscou crescentemente, no exterior, taxas de retorno mais elevadas. A desindustrialização doméstica e a tendência a levar a produção para o exterior tornaram-se muito mais comuns. O mercado, descrito ideologicamente como forma de promover a competição e a inovação, tornou-se veículo da consolidação do poder monopolista. Os impostos corporativos sofreram uma dramática redução e a faixa mais alta passou de 70% a 28%, naquilo que foi denominado “a maior redução de impostos da história” [...]. E teve início assim a abissal mudança para uma desigualdade social cada vez maior e a restauração do poder econômico da classe alta (Harvey, 2008, p. 50).

Todavia, esse movimento feito em direção ao neoliberalismo pelas potências imperialistas e o capital consolidado só foi possível em circunstâncias favorecidas por mudanças não só estruturais proporcionadas pelo avanço tecnológico, mas sobretudo sob a insígnia das mudanças políticas ocorridas a partir de 1978, após a China dar os primeiros passos em direção a um socialismo de mercado (Harvey, 2008). Podemos inferir que tais mudanças influenciaram as potências imperialistas e o mercado a apostarem e visualizarem uma mudança também no leste europeu, o que viria a acontecer com o fim das Repúblicas Soviéticas, em 1991.

Afastado o fantasma do coletivismo, era preciso financiar os empreendimentos capitalistas desses novos mercados, e geralmente quem financia os investimentos do capital historicamente sempre foi a mais-valia e a fetichização das mercadorias, como diria Marx. Para tanto, o Estado neoliberal atendia os interesses do capitalismo capitaneado pelo ideário da liberdade de comércio e de livres mercados fundamentados pelas capacidades empreendedoras individuais e por sólidos direitos inerentes à propriedade privada. Era necessário, para tanto, “combinar” com a classe que de fato produz a riqueza para que estas ações se efetivassem, sem causar perturbações que pudessem desembocar em outras formas de “coletivismo”. Assim, o neoliberalismo, para além de dar lugar a uma teoria de práticas políticas econômicas, procura ideologizar as práticas sociais: o importante é conformar o espírito.

Neste sentido, principalmente nas nações em desenvolvimento, em especial o Brasil onde os limites de frações de classe são tão díspares, plastificar estas relações são condições prementes, em função de uma desigualdade marcada discriminação social, em que a presença de políticas sociais fomentadas pelo Estado que corrijam ou amenizem as disparidades sociais se faz ainda mais necessária. O discurso neoliberal nesses países é sempre no sentido de criminalizar o Estado, inclusive pelas mazelas da desigualdade social, em razão de sua incompetência, ineficiência e corrupção. Por isso, esse conjunto de ideias e valores propõe uma redução do Estado através de implementos na desregulação do mercado, da economia, da legislação trabalhista e no engessamento da política fiscal, na venda das empresas estatais, no ideal do câmbio livre e, como vemos atualmente, na independência do Banco Central.

3.2 O neoliberalismo no Brasil: estrutura, modelo econômico e subjetividade

O professor Luís Filgueiras (UFBA) ratifica que o Brasil foi um dos últimos países a adotar o projeto neoliberal. Para Filgueiras, o fato se deu por dois fatores: primeiro pela dificuldade de homogeneizar os distintos interesses das diversas frações de classe do capital,

presas, segundo ele, ao moribundo modelo de substituição de importações (MSI) que até então estava presente no ideário do empresariado produtivo brasileiro. Segundo, pela atividade política do conjunto dos movimentos sociais, a partir de 1980, como o movimento dos Sem-Terra (MST), a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a realização de cinco greves gerais que ocorreram no período de 1983 (Gen. João Figueiredo 1979/85) e 1989 (José Sarney 1985/1990) (Filgueiras, 2000).

A concepção de Filgueiras é a de que não havia um projeto neoliberal prévio, mas que este se definiu de forma *ex post*, fruto dos conflitos de classe ao lado das características próprias da formação econômico-social do país, ainda que intrinsecamente elas possuíssem interesses na exploração do trabalho e na mesma lógica de caráter mais geral. O projeto neoliberal no Brasil assume características próprias, distintas dos países da América Latina como no caso do México, Argentina e no Chile, os quais, via de regra, seguiram-se de forma arbitrária a coerção do Estado. Harvey explica que:

A resposta em países como o Chile e a Argentina nos anos 1970 foi tão simples quanto rápida, brutal e segura: um golpe militar apoiado pelas classes altas tradicionais (assim como pelo governo norte-americano) seguido pela cruel repressão de todas as solidariedades criadas no âmbito dos movimentos trabalhistas e sociais urbanos que tanto ameaçaram seu poder (Harvey, 2008, p. 48).

No Brasil, entretanto, ainda que tenha sido instituído como política de governo Fernando Collor de Mello (1990/1992) eleito democraticamente, Substituído por Itamar Franco (1992/1995) após o impedimento de Collor de Mello manteve-se a mesma concepção doutrinária. Para Harvey, o neoliberalismo soube plastificar estrategicamente uma prática econômica e política que construísse uma cultura populista neoliberal que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual: “esse era o desafio do neoliberalismo que as elites de classe se puseram a priorizar a partir dos anos 80” (Harvey, 2008, p. 51).

Filgueiras (2002) salienta que havia no Brasil uma fragmentação do capital que estava dividido por diferentes interesses: o produtivo (industrial, agrário) e o setor financeiro (bancário, comercial), pela distinção do tamanho do capital, e por fim pela distinção do nicho de mercado interno e externo, ou ambos. Portanto, era preciso criar uma certa homogeneidade para se avançar.

Contudo, o modelo do desenvolvimentismo que até então mantinha uma certa animosidade entre as frações de classe entrou em colapso a partir da década de 1980 governo José Sarney. Com o fracasso do Plano Cruzado e seus sucessores, o Plano Bresser e o Plano

Verão no governo José Sarney, que adotaram a mesma estratégia de estabilização, combate à inflação, congelamento de preços e a mudança da moeda, e mais os embates travados na Assembleia Constituinte de 1988, criou-se as condições para que o projeto neoliberal fosse se delineando, passando do campo doutrinário para se constituir como projeto político. Contudo, como foi mencionado, apesar da predisposição das frações de classe, o ambiente político ainda não contemplava uma racionalidade homogênea entre os diversos capitais (Filgueiras, 2002).

Com a eleição de Fernando Collor, em 1989, o discurso neoliberal toma forma e corpo: a narrativa era a reorientação do desenvolvimento brasileiro e a redefinição do Estado, promover a passagem de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo moderno, franqueado pela competitividade e eficiência (Brum, 2002 *apud* Carinhato, 2005). Entretanto, o Plano Collor I não apresentou o desempenho esperado, a inflação apesar de ter baixado inicialmente, ainda se manteve em alta, chegando ao final do plano à taxa de 20% ao mês. Em fevereiro de 1991, com as taxas de inflação nesse patamar, foi lançado o Plano Collor II. Ele previa, dentre outras medidas, novos congelamentos de preços e o fim das operações de *overnight* (prática de depositar dinheiro em um dia e retirá-lo no dia seguinte com um determinado lucro), as quais foram substituídas pelo Fundo de Aplicações Financeiras.

Em maio do mesmo ano, com o insucesso do Plano Collor II, foi lançado o Plano Marcílio em referência ao ministro da economia naquele momento. Menos radical do que os planos anteriores, foi também o que gerou menos efeito: a inflação continuou a subir, alcançando 40%. Em geral, os planos do governo Collor seguiram as orientações do Consenso de Washington e do FMI, regrados pela lógica neoliberal. Entre outras medidas adotadas por este governo, estão: a redução da liquidez de moeda por meio do confisco da poupança, política de câmbio favorável ao mercado, controle inflacionário com redução de postos de trabalho e retração de salários, redução da participação do Estado na economia implementado pelas vendas de estatais, abertura ao mercado externo e criação de impostos (Botelho, 2024).

Para Filgueiras (2003), essas medidas, reforçadas pela abertura comercial e financeira da economia, causaram uma profunda recessão juntamente à política de estabilização, o que empurrou as empresas para um processo acelerado de reestruturação que caminhava lentamente até então. Isso teve um impacto devastador sobre o mercado de trabalho, e o resultado mais visível foi o aumento da taxa de desemprego a partir de 1990.

Em 1992, o desgaste do presidente Fernando Collor, e denúncias de corrupção no governo, levaram a um processo de Impeachment que culminou com a ascensão do vice-presidente Itamar Franco ao comando do governo nos dois últimos anos de mandato, que foram marcados principalmente pelo discurso da ética na política e pela criação de um plano de

estabilização da moeda conduzida pelo então ministro da economia, Fernando Henrique Cardoso. Com o sucesso do plano real no tocante à estabilização da moeda, no geral as estratégias pouco se diferenciam em relação ao governo Collor e ao receituário neoliberal que, além da própria estabilização da moeda, defendia o combate à inflação e o ajuste fiscal, a redução do Estado, a implementação de reformas administrativas, e a privatizações de estatais (Carinhato, 2008, p. 39-40).

Com o sucesso do Plano Real, a ideologia neoliberal que até aquele momento não tinha um representante com chances reais de derrotar o candidato trabalhista Luiz Inácio da Silva, que despontava como líder nas pesquisas, alçou o então ministro governista Fernando Henrique Cardoso como postulante ao governo federal, vindo a lograr êxito no pleito de 1994.

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi aquele que, de fato, conduziu não só a política econômica neoliberal, mas também fortaleceu seu braço ideológico. A política adotada seguiu a mesma lógica de redução de Estado com a implementação das vendas das estatais, a manutenção de taxas de juros atrativas ao mercado financeiro, desregulamentação do mercado de trabalho efetivada por diversas regulamentações constitucionais e infraconstitucionais adotadas pelas empresas.

Neste sentido o governo de Fernando Henrique Cardoso procurou transferir a atuação do Estado para a iniciativa privada através de licitações públicas e contratos de terceirizações serviços auxiliares, de apoio tais como serviços de limpeza, processamentos de dados e transportes entre outros, inclusive a saúde através de organizações sociais (Carinhato, 2008, p.42).

Para além dessas medidas, que aumentaram as taxas de desemprego, houve uma profunda precarização das condições de trabalho principalmente ocasionadas pela terceirização da mão de obra, a ampliação da informalidade que reduziu os rendimentos e benefícios trabalhistas – como foi no caso nos setores de telecomunicações, energético e mineração com as privatizações das estatais. Tudo isso empurrou as representações sindicais para um comportamento mais defensivo.

Para Jose Dari Krein (2004), as medidas implantadas por leis e medidas provisórias no governo FHC no âmbito do ministério do trabalho, a pretexto de incentivo à contratação de mão de obra, foram especialmente danosas para o trabalhador brasileiro. Dentre elas, ele ressaltava o contrato por prazo determinado, o contrato parcial, as cooperativas de trabalho, a suspensão do contrato, a quebra da estabilidade dos servidores públicos e a denúncia da convenção 158 da OIT (Krein, 2004, p.272-273), que dispõe sobre a dispensa do trabalhador a desejo da contratante

aprovada em Genebra em 1982, da qual o Brasil era signatário e foi denunciado pela OIT em 1996 por quebra do acordo. Dirá Krein (2004) que:

Especialmente durante o Plano Real, tornam-se evidentes os indícios de um aprofundamento da desregulação das normas do trabalho e uma flexibilização das relações de trabalho no Brasil, o que se expressa tanto pelas mudanças institucionais como pela dinâmica dos atores sociais em um contexto marcado pela desregulação comercial e financeira, pelas inovações tecnológicas e organizacionais, pelo medíocre e instável desempenho da economia, pela crescente elevação do desemprego e pelo crescimento da precarização do trabalho [...] que poderia soar como algo agradável, na verdade, para os trabalhadores, se torna qualquer coisa feroz, inflexível, sinônimo de livre demissão. Em outros termos, na prática, a "flexibilização" tem se constituído em sinônimo de aumento da precarização do trabalho (Krein, 2004, p. 1).

Contudo, o pacote das medidas foi ainda mais danoso. Para obtenção do superávit primário para o pagamento da dívida pública, o Governo FHC aumentou a carga tributária que passou de 25% para 37%, incidindo principalmente sobre salários e consumo, inibindo diretamente o setor produtivo e, conseqüentemente, redefinindo radicalmente a correlação de forças do projeto neoliberal em favor do capital:

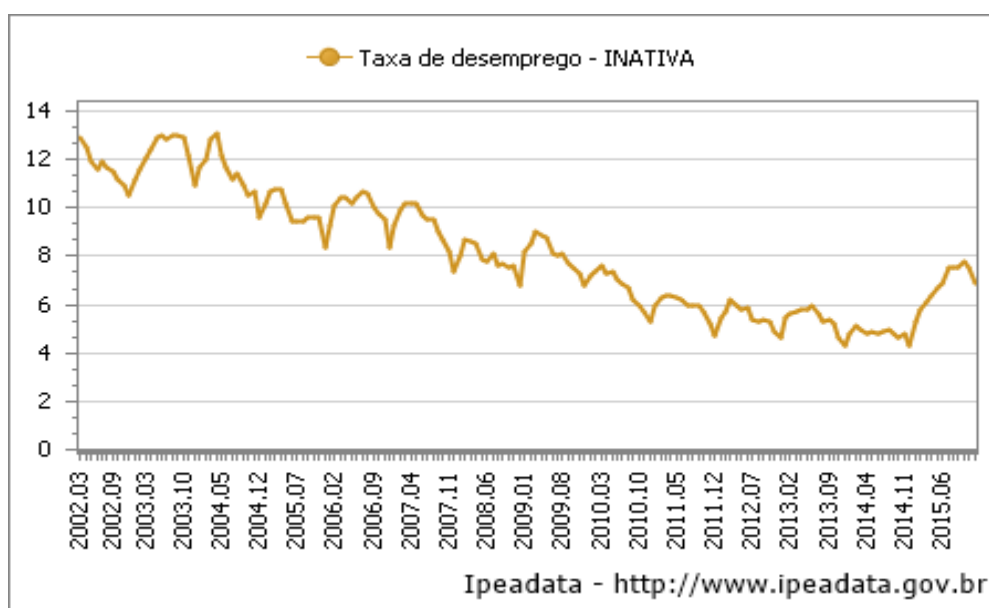
Enfim não pode haver a menor dúvida de que a desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização do trabalho – em suas diversas dimensões – e o enfraquecimento do poder político e de negociação das representações das classes dos trabalhadores se constituem desde o início, em um dos pilares fundamentais do projeto político neoliberal (Filgueiras, 2005, p. 189).

Após oito anos de governo FHC, e de estagnação econômica, chegam ao poder em 2002 forças mais progressistas pelas mãos de Luiz Inácio da Silva (2003-2010). Entretanto, para conformar as elites brasileiras, o então candidato procurou aglutinar forças que pudessem apontar para um governo de coalizão. Para tanto, teve como seu vice José Alencar do Partido Liberal, e propôs uma política de aliança de classes com o empresariado que atendesse, ao mesmo tempo, os interesses do mercado e a promoção de políticas sociais. Para isso chegou a divulgar um documento que ficou conhecido como “Carta ao Povo Brasileiro”, em que assume claramente um posicionamento mais moderado e conciliador. Algumas alas mais radicais da esquerda brasileira, inclusive de setores do Partido dos Trabalhadores, teceram críticas ao modelo de governo de Lula, como a não ruptura com as políticas neoliberais, inclusive adotando práticas e condutas alinhadas ao ideário neoliberal – a política praticada por FHC centrada na meta de inflação, juros altos e valorização da moeda pela entrada de capitais de curto prazo e

que poderia comprometer os resultados da conta corrente do balanço de pagamentos (Paulani, 2003 *apud* Saad; Morais, 2011).

A nosso ver, o governo logrou êxito em seus objetivos, apesar das críticas, pois ao entrar em uma arena sedimentada pelo capital introduziu uma agenda social e uma política de desenvolvimento onde o Estado tinha o papel de indutor, de gerador de políticas públicas que inclui a população menos favorecida na economia, além de implantar a valorização do salário mínimo, o Bolsa Família, o Programa de Aceleração Crescimento (PAC), o programa Minha Casa Minha Vida, o Universidade para Todos, entre outros tantos que impulsionaram o consumo, a produção e a geração de empregos. Esse conjunto de medidas proporcionou ao conjunto da classe trabalhadora uma melhor conjuntura para obter ganhos materiais e melhoria na condição de trabalho. Conforme os gráficos abaixo

Gráfico 1 – Taxa de desemprego



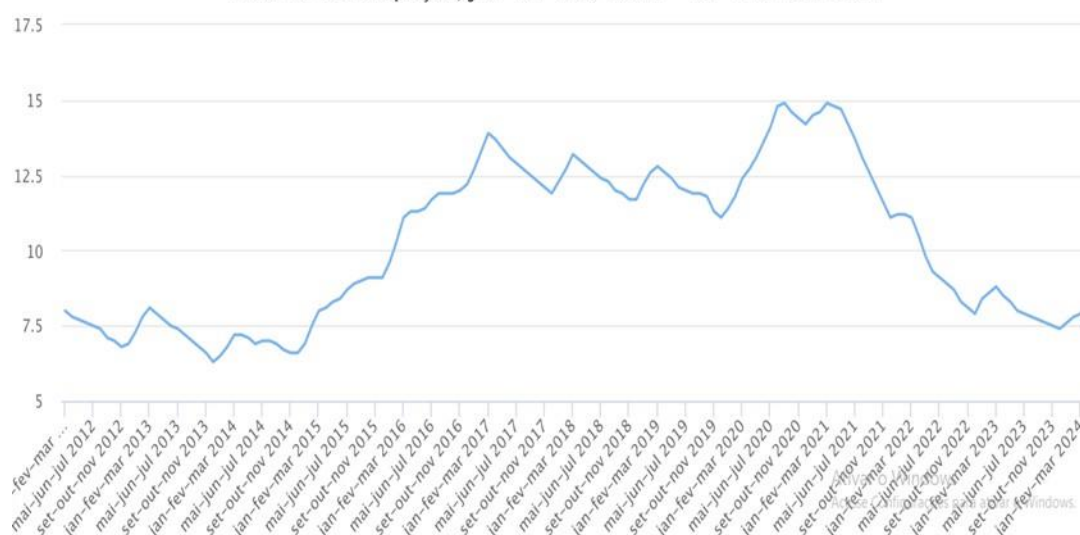
Fonte: Ipeadata (2022)

Podemos observar, que em 2003, houve um pico no nível de desemprego; contudo, a partir do ano seguinte as taxas começam a decair, e a partir de 2010 até 2016 mantêm-se estáveis, atingindo os menores índice desta série histórica, quando volta então a subir atingindo níveis da década anterior. Isso sugere que as políticas implementadas pelos governos Lula 1 e 2 e Dilma 1 alavancaram os índices de emprego e os níveis de investimento produtivo; no

gráfico 3 é possível estabelecer melhor essa relação, pois ele estabelece uma compatibilização entre investimento fixo bruto & participação dos salários na renda nacional.

Gráfico 2 – Taxa de Desocupação

Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012 – fev-mar-abr 2024



Fonte: IBGE (2019)

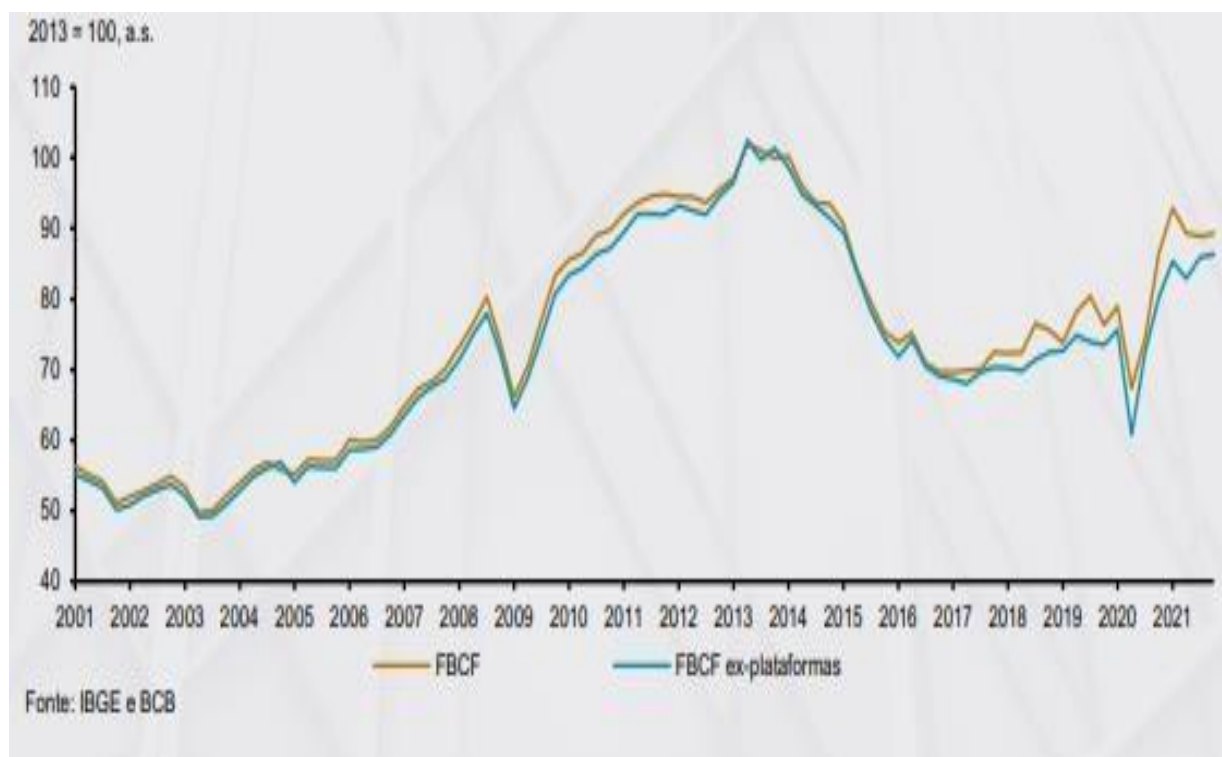
Entre 1995 e 2003, houve queda da parcela dos salários na formação do capital de investimento a uma taxa média anual de 1,71%. O período se caracteriza, como vimos, pela adoção do neoliberalismo, em que o Brasil passou por transformações em suas estruturas produtivas e institucionais que limitaram o poder de barganha salarial dos trabalhadores. A parcela dos salários voltou a se expandir entre 2003 e 2015 (ver gráfico 3) crescimento médio no período a taxa média de crescimento do PIB de 2,46% vide gráfico. O aumento da parcela dos salários ocorreu a uma taxa média anual de 0,66%, atingindo 44,6% em 2015, véspera da crise de 2016 e da reforma trabalhista de 2017, sendo o maior valor observado no período em estudo. Esse movimento esteve associado à política de valorização do salário mínimo e à queda da taxa de desemprego. A combinação entre crescimento econômico e as condições políticas possibilitaram o aumento dos salários acima da produtividade do trabalho.

Gráfico 3 – Participação dos salários na renda nacional



Fonte: IBGE via DIEESE

Além desses dados temos que considerar o nível de investimentos no país conforme podemos verificar no gráfico 4: o Brasil mantém uma taxa de investimento regular com picos de 20,5% no quadriênio 2010-2014, tendo em vista o caráter da economia brasileira em que os bens produzidos são essencialmente para consumo interno daí a importância da renda do trabalho na capacidade de investimento, pois a massa salarial em função do caráter da distribuição da renda no Brasil onde persiste a desigualdade cerca de 90% da população ativa recebe menos de R\$ 3.500 em média salarial e isso espelha a realidade do trabalhador brasileiro na essência. A renda do trabalho se resume ao consumo quando a taxa de ocupação retrai o investimento, começam a decair e o que acontece a partir de 2016, alcançando seu menor índice em 2017, resultante da crise econômica mundial de 2014 e da política econômica do governo Michel Temer após o golpe de 2016.

Gráfico 4 - Taxa de investimento regular no Brasil (FBCF)⁹

Fonte: IBGE e BCB (2019)

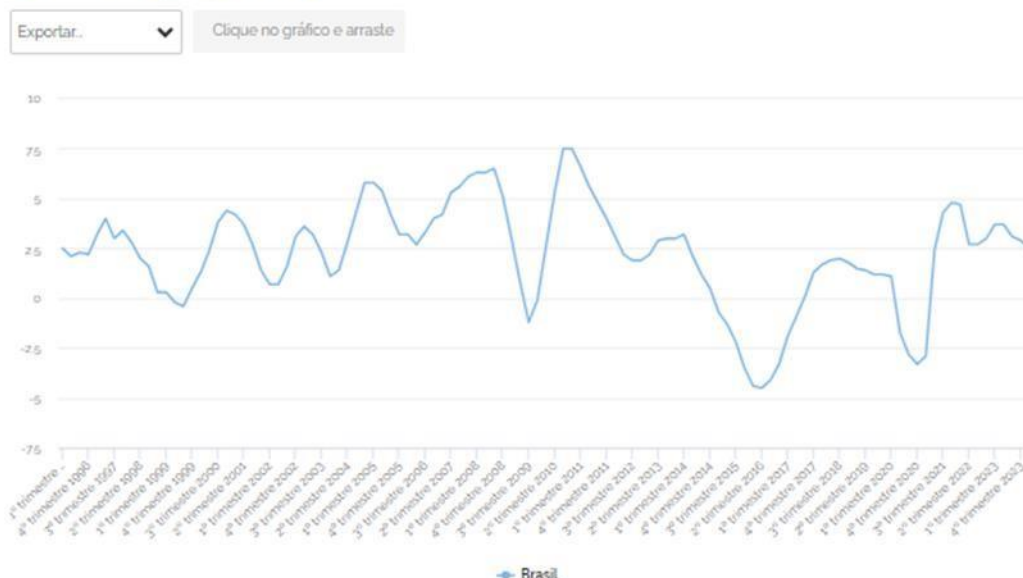
Entre 2015 e 2016 Governo Michel Temer a economia brasileira atravessou severa crise que combinou aspectos econômicos e políticos, com queda de 6,71% do PIB e crescimento na taxa de desemprego da ordem de 85% em relação ao ano anterior (Corsi, 2018, p. 29,30). A recuperação foi muito modesta, e se expressou em uma taxa média de crescimento de 1,4% ao ano entre 2016 e 2022 (ver gráfico 5). Diversas reformas institucionais foram implementadas com vistas a reduzir o poder de negociação dos trabalhadores ao se associaram com a elevação do desemprego ocasionou queda nos índices de investimento.

⁹ O FBCF envolve 6 etapas para o cálculo mensal do índice. O cálculo final do FBCF é a soma ponderada do Indicador de Construção Civil, do Indicador de Outros e do Consumo Aparente de Bens de Capital. Esta série é baseada em variações percentuais mensais que definem a série final da FBCF.

Gráfico 5 – PIB a preços de mercado

Séries históricas

PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 - 1º trimestre 2024



Fonte: IBGE-SCN - Sistema de Contas Nacionais

As análises acima dão conta de que, embora sob o crivo da crítica e oposição da classe dominante rentista e de seus pensadores orgânicos e midiáticos, há uma relação direta entre a massa salarial e a evolução do PIB durante os governos pré-reforma trabalhista. Quanto maior a participação do salário na formação do PIB, melhor a qualidade de vida da classe trabalhadora, a economia, a arrecadação do Estado, e consequentemente a capacidade de investimentos em políticas sociais, donde podemos inferir que a classe trabalhadora tende a utilizar de seus proventos para o consumo que gera um círculo virtuoso, fazendo a roda da economia girar.

Na tabela 1 podemos observar que nos governos Lula e Dilma há uma imbricação dessa relação: à medida que crescem os investimentos produtivos, aumenta a participação dos salários na formação do capital fixo, que se mantém estável e ao longo dos governos Lula I e II, com ascendência no primeiro governo Dilma, porém com uma acentuada baixa a partir do golpe de 2016 e das políticas neoliberais implantadas nos governos Temer e Bolsonaro. Estes a rigor com apoio dos interesses corporativos e midiáticos, estabelece reformas neoliberais que reduzem a presença do Estado na economia, levam à redução dos direitos trabalhistas e previdenciários, à redução do Estado e das políticas sociais. Isso tudo leva a uma redução na participação dos salários na formação do capital produtivo e no PIB pela redução na massa

salarial, na oferta das vagas de emprego, e consequentemente na própria dinâmica do crescimento nos investimentos. E isto fica evidente ao observarmos na última linha da tabela 1 no governo de Bolsonaro, quando há um crescimento de 65% na taxa de investimento e uma redução na taxa de participação da massa salarial de ordem quase 11%, saltando negativamente de 50,3% para uma taxa de 39,8%.

Tabela 1 - Relação consumo intermediário x participação da renda no investimento

USOS(100 000 R\$)					
PERIODO	CONSUMO INTERMEDIARIO	CRESCIMENTO %	CONS. INTERMERFIARIO x RENDA SAL.	TAXA	
LULA I					
INICIO	1 379 347		1 379 347	579 310	42%
FIM	2 289 907	91%	2 289 907	963 283	42%
LULA II					
INICIO	2 289 907		2 539 204	1 094 554	43%
FIM	3 296 309	44%	3 296 309	1 618 190	49%
DILMA I					
INICIO	3 296 309		3.717.546	1846781	49,70%
FIM	4 914 870	49%	4 914 870	2515369	51,20%
DILMA II					
INICIO	4.914.870		5071268	2672020	52,70%
FIM	5.122.245	18%	5122245	2802436	54,70%
TEMER					
INICIO	5.122.245		5348487	2920537	54%
FIM	5.998.860	18%	5998860	3055773	50,90%
BOLSONARO					
INICIO	5.998.860		6385107	3217680	50,30%
FIM	8.867.874	65%	8867874	3534648	39,80%
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.B					

Em 2010, o sucesso dos governos Lula I e II levou o partido a mais uma vitória nas eleições majoritárias para a presidência, cabendo a Dilma Rousseff o comando das reformas iniciadas por Lula. Dilma assumiu uma postura arriscada e tinha desagradado toda a elite econômica contra si. Para Singer, o pacto arquitetado por Dilma apostou na coalização de forças entre trabalhadores e o setor produtivo centrado no ativismo estatal para revitalizar o setor produtivo, de viés antiliberal e com medidas antifinanceiras como redução da taxa Selic, diminuição dos spreads bancários (diferença entre a captação do dinheiro e seu empréstimo) focados pelos ativos dos bancos públicos, investimento em logística, reforma do setor elétrico, desvalorização do real, controle de capitais e proteção ao produto nacional. Singer dirá que,

[...] se do ângulo programático há continuidade entre Lula e Dilma, do ponto de vista político ocorre mudança relevante. Enquanto Lula foi não

confrontacionista, Dilma decide entrar em combates duros. Ao reduzir os juros e forçar os spreads para baixo, tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. A Fazenda e o BC sustentaram e ampliaram a decisão durante dezoito meses. Uma barreira importante fora rompida. “Finalmente”, aplaudiu o industrial Benjamin Steinbruch em outubro de 2012, o Brasil entrava “na era dos juros civilizados (Singer, 2015, p. 47).

O objetivo de Dilma era forçar a queda de juros, e com isso diminuir o custo fiscal da dívida pública e ter mais liberdade fiscal para investimentos públicos e subsídios ao setor produtivo. Para Singer (2015), a postura do governo Dilma assumia viés desenvolvimentista ao utilizar os ativos dos bancos públicos para fomentar a produção industrial a juros mais baixos, o que em princípio agradaria a classe empresarial

Contudo, o governo não se preparou para o embate com os interesses ameaçados. A conta não demoraria a chegar, e o rentismo com todo arcabouço técnico e com apoio midiático utilizou-se da narrativa de criminalizar o Estado como sendo irresponsável tecnicamente, e populista politicamente.

Para Singer (2015), as críticas ao ativismo estatal aumentaram progressivamente desde o final de 2012. Segundo ele, houve um boom de agentes interessados em construir a narrativa neoliberal: o Estado brasileiro precisaria cortar gastos e impostos, reformar as leis trabalhistas e reduzir valores de aposentadoria. A narrativa neoliberal haveria criado o clima para forçar a virada da política econômica. Nas palavras de Singer,

Acrescente-se que o aumento das críticas ao ativismo estatal por parte das agências internacionais de risco, das instituições oficiais de controle econômico FMI, Banco Mundial etc.), dos bancos estrangeiros, das corporações multinacionais, de inúmeras vozes nos grandes meios de comunicação ao longo de 2013 e 2014 alimentava a desconfiança dos investidores quanto aos rumos do país. Centenas de articulistas e editoriais, milhares de reportagens em veículos nacionais e estrangeiros, milhões de minutos de rádio e TV foram dedicados a mostrar o quanto era preciso cortar os gastos ineficientes e “descontrolados” do governo e deixar o mercado funcionar para reordenar o país e retomar o crescimento (Singer, 2015, p. 51).

Contudo, mesmo as tensões provocadas pelas elites econômicas, com o emprego e os salários mantidos, a crise ainda não tinha verberado entre os trabalhadores de salários de base. Dilma conseguira, naquele momento, contornar a situação, e com o apoio do eleitorado progressista e de baixa renda sagrou-se vitoriosa na eleição de 2014. Porém, mesmo diante de uma vitória legítima, as elites derrotadas adotaram uma narrativa de fraude eleitoral, e ao longo de 2015 procuraram sabotar o governo impondo Pautas-Bombas que o inviabilizassem, com apoio do PSDB e DEM, ao mesmo tempo com a eleição de Eduardo Cunha na presidência da

Câmara, e também com apoio de setores do PMDB. O discurso do impedimento da presidente toma corpo.

Na tentativa de legitimar o golpe sofrido por Dilma Rousseff, as forças conservadoras e reacionárias em conjunto produziram no interior do tecido social um sentimento de insatisfação. Ainda que a presidenta tenha dado continuidade ao projeto de coalizão dos governos Lula I e II, as elites brasileiras e seus sócios internacionais precisavam estabelecer um governo que implementasse uma agenda neoliberal marcada pelos cortes de direitos e políticas sociais em detrimento dos interesses dos trabalhadores. A elite brasileira convive bem com assistência social, mas abomina a igualdade e a equidade. A distinção é a marca não só das elites econômicas, mas de uma classe média que não admite em seus círculos a presença das classes populares, nos aeroportos, universidades ou restaurantes. Como ratificava Bourdieu, a distinção precisa ser legitimada não pela coerção direta, mas pelos *habitus* de classe.

Então, o impeachment da presidenta Dilma possibilitou a ascensão das forças econômicas apoiadas pelo capital financeiro, camadas médias, Congresso Nacional, judiciário, mídia, e o que assistimos foi a um espetáculo midiático em que esses atores representados por sua base informalmente denominada BBBB (Boi, Bala, Bíblia e Bancos – latifundiários, empresários da Firjan, de armas, evangélicos e banqueiros) legitimaram um golpe “democrático”, renunciando elementos fascistas, e um discurso de ódio contra inimigos políticos.

Com o advento do golpe e ascensão de Michel Temer (2016-2018) ao poder, engessaram-se as políticas do Estado sobre o investimento público nas áreas sociais, estas reduzindo-se a privatizar tudo o que fosse possível e a reduzir o gasto público sobre o qual se previu o congelamento por vinte anos, inclusive em saúde e educação, com a implementação do teto de gasto, além da contrarreforma da previdência social com aumento da idade mínima de aposentadoria e do tempo de contribuição.

Para além dessas medidas, era preciso desonerar o capital produtivo. Desta feita, implementou-se a malfadada reforma trabalhista via Lei 13.467/2017, que será analisada em maior detalhe no capítulo posterior. Mas, o pacote das “maldades” não parou por aí: afinal, como legitimar a perda de direitos em tão grande escala?

Para isso, fez-se necessária a construção de uma realidade em que os indivíduos fossem capazes de interiorizar condutas de uma nova percepção da realidade. Era preciso alterar principalmente o sistema de educação do país. A reforma na educação foi atropelada, e conflitos de classe se sobrepunham ao interesse público evidenciada na aprovação da nova BNCC, e da reforma do Ensino Médio, ambas aprovadas em 2017. Essas medidas imputaram um caráter ideológico alinhado com os interesses das classes dominantes ao priorizarem uma

educação afastada da matriz humanística em detrimento de uma que privilegie o mercado, menos esclarecedora e crítica.

Mas, como foi possível que medidas consideradas tão antissociais pelas lideranças das classes trabalhadoras pudessem ser aceitas em uma população em que os baixos rendimentos oriundos do trabalho são marcas fundantes? Como se saiu de políticas que, se a bem da verdade não eram propriamente um Estado de bem-estar social, ao menos tinham uma concepção mais distributiva? Para Harvey (2005), para legitimar a virada neoliberal ante o consentimento popular é preciso a utilização de diversas representações, que circulam por diversas corporações, nos meios de comunicação e na sociedade civil, que devem se fazer presentes nas universidades, nas escolas, igrejas e associações profissionais. O poder do ideário neoliberal, por tudo isso, torna-se hegemônico ao incorporar as tradições e valores culturais para legitimar o poder econômico de uma pequena elite.

No Brasil assistimos a isso mais sistematicamente nas eleições de 2018, com a entrada de um ator até então escanteado na arena política, o fascismo, aliado de primeira ordem do conservadorismo religioso e das elites reacionárias, com práticas e discursos de ódio, racismo, misoginia e contravalores àqueles democráticos e plurais, desde que estes coadunassem com os interesses hegemônicos que restaurasse o poder das classes dominantes.

3.3 Ideologia e produção da subjetividade neoliberal

Refletir sobre as condições materiais de existência, aquelas determinadas objetivamente, requer o complemento do que a Sociologia do conhecimento dirá da realidade como, ao mesmo tempo, uma construção social, onde o ser humano em desenvolvimento não somente se relaciona com o mundo natural, mas sobretudo com uma ordem social particular e específica mediatizada por outros significados postos a seu cargo. Para Berger & Luckmann (1966), o desenvolvimento do organismo e do eu humano segue uma lógica em que suas atividades, como a conduta em um ambiente material, ganha significados subjetivos. Para além de qualquer ordem de desenvolvimento orgânico individual, a ordem social apropria-se da abertura para o mundo – embora o caráter que a ordem capitalista adquira seja um relativo fechamento ao mundo.

Para tanto, segundo os autores, existem pré-condições estabelecidas para além das condições biológicas que conduzem à manutenção e à transmissão de uma ordem social. Primeiro, eles vão elencar a origem da institucionalização dessas lógicas que, segundo eles, estão arraigadas no hábito, moldadas pelo padrão em que são reproduzidas em consequência do fato, que serão reproduzidas no futuro da mesma maneira. A lógica de qualquer

institucionalização é criar normas e condutas que são legitimadas como naturais, frutos da ideiação de um grupo dominante. Elas ganham significados para o indivíduo com a rotina e admitidos como certo por ele a fim de aliviar tensões resultantes de ações dirigidas (Berger; Luckmann, 1966). Dito de outra maneira, a tensão de uma decisão fora do habitual sempre gerara uma angústia. Neste sentido afirmam:

Estes processos de formação de hábitos precedem toda institucionalização, na verdade pode ser aplicado a um hipotético indivíduo solitário, destacado de qualquer interação social. O fato de mesmo esse indivíduo solitário, admitindo que tenha sido formado como ego [...], terá de tornar habitual sua atividade de acordo com a experiência biográfica de um mundo de instituições sociais que precede seu estado de solidão, [...]. Empiricamente, a parte mais importante da formação do hábito da atividade humana é coextensiva com a institucionalização desta última. A questão passa a ser então saber como se originam as instituições (Berger; Lukmann, 1966, p.78-79).

Os autores, no entanto, ratificam que a institucionalização é uma produção humana que se objetiva no processo pelo qual os produtos exteriorizados da atividade humana adquirem objetividade reciprocamente sobre ele. Contudo, para os autores, esse é um processo dialético que produz um paradoxo: mesmo que o homem seja capaz de produzir um mundo, esse mundo social atua sobre ele pela interiorização no processo de socialização. Ou seja, o mundo institucionalizado, e assim a institucionalização do neoliberalismo, precisam ser legitimados. Neste sentido, dirão os autores que

Quanto mais a conduta é institucionalizada tanto mais se torna previsível e controlada. Se a socialização das instituições foi eficiente, é possível aplicar completas medidas coercitivas econômicas e seletivamente. Na maioria das vezes a conduta se processará “espontaneamente” nos canais estabelecidos de modo institucional. Ao nível das significações, quanto mais a conduta é julgada certa e natural, tanto mais se restringirão as possíveis alternativas dos “programas” institucionais, sendo cada vez mais predizível e controlada a conduta (Berger; Lukmann, 1966, p. 89).

E na medida em que a economia, como parte do mundo social, é uma realidade não só objetiva, mas também subjetiva, a ideologia neoliberal tem se valido da produção da subjetividade para que os indivíduos percebam a sua práxis como investimento: o trabalhador deve produzir-se a si, e a busca deste pelas competências deve ser constante. Nesse sentido, a subjetividade dos trabalhadores precisa, sob a ótica capitalista, ser apropriada de fim em si para meio, como investimento. O que poderia satisfazer a necessidade de se voltar ao bem comum, e a toda sociedade, é apropriado pelo capital para ser vendido como mercadoria, e mesmo o

conhecimento, como forma de subjetividade, ganha uma roupagem de capital, e consequentemente os muros são erguidos. Tudo o que poderia ser uma realização para o bem comum é expropriado, monopolizado. Assim, mesmo as experiências do cotidiano, assim como o conhecimento especializado, são objetivadas e tendencialmente monopolizadas pelo capital. Neste sentido, Gorz ratifica:

O modo como os empregados incorporam esse saber não pode ser nem predeterminado nem ditado. Ele exige um investimento de si mesmo, aquilo que na linguagem empresarial é chamado de “motivação”. Não só o especialista, toda a humanidade devem se entregar seu trabalho. A qualidade da produção depende desse comprometimento. Tal qualidade não é medida por critérios comuns. Sua valoração depende do julgamento do chefe ou dos clientes. Toda a produção, de modo cada vez mais pronunciado, se assemelha a uma prestação de serviços (Gorz, 2005, p.1).

Para Gorz o trabalho ganha uma fluidez nunca antes vista, deixa o ambiente privado das corporações e invade o público. O trabalhador não só produz enquanto confinado no seu espaço de trabalho. Ele agora carrega o trabalho nas horas livres. O capital material é substituído pelo capital imaterial, e o processo de fabricação não pode mais ser confundido com o processo produtivo: este está para além das fronteiras do local de trabalho; a pessoa não deve ser enquadrada por uma heterogeneidade que a faça sair do jogo, dito de outra maneira as amarras das relações tradicionais impõe limites. A relação imbricada pela desregulamentação prende os indivíduos em uma teia para além das normas, condutas e regras estabelecidas para legitimação é que o limite do sucesso do indivíduo é fruto de suas ações, a ideação é perfilar os espíritos e isso ganha contornos doutrinários nas mãos de coach e todo tipo de expertise administrativa.

As palavras de ordem são reverberadas e seu uso instrumental dissimulam os marcadores sociais a exemplo das palavras proferidas por Michelle Obama: “O sucesso não tem a ver com o lugar de onde você veio, e sim, com a confiança que você tem e o esforço que você está disponível a investir”.

Para Gorz o indivíduo, ao assimilar o ideário neoliberal, estava prendendo as amarras que incorpora os valores do capital. Neste sentido, ao reproduzir o pensamento corporativista, nas palavras do autor supracitado, o trabalhador incorpora a ideação do patronato, e, portanto, a sua força de trabalho se torna uma mercadoria que deve estar sempre em profusão.

A pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa, ela deve se tornar, como a força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua

própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é. Em suma, o regime é salarial deve ser abolido (Gorz, 2005, p.23).

O capitalismo, a rigor, não produz apenas bens de consumo: ele produz sobretudo uma semiótica, no sentido de construir subjetividades para toda e qualquer formação social que coadunem para solidificar o próprio sistema capitalista. Como dirão Guattari e Deluze (1996), a máquina capitalista opera como uma linha de corte das vontades para perfilar indivíduos no sentido de controlar desarranjos que possam gerar contestação ou insurgência capazes de abalar a estrutura estabelecida. Para tanto, ela utiliza de estratégias combinadas e sincronizadas para codificar e decodificar o tecido social. Neste sentido, conforme os autores, o capitalismo opera sempre primeiro uma decodificação no sentido de compreender os códigos originais de uma formação social, a fim de traduzi-los e destruí-los por completo conforme a eficiência de suas máquinas (Guattari; Deluze, 1996).

Contudo, ao nos aproximar destes autores, procuramos estabelecer uma divisão analítica entre socialização, subjetivação e individualização, entendendo como socialização um processo pelo qual o indivíduo se integra na sociedade a partir da inculcação das normas sociais e da capacidade social e psicológica de se adaptar aos contextos sociais vigentes, como observado em Berger e Luckman (1996). Não obstante, é preciso ter em conta que essa corrente sociológica não esconde suas divergências ao considerar que a socialização não se dá de forma linear, não sendo jamais completa, estando os conteúdos que o indivíduo interioriza ameaçados continuamente em sua realidade subjetiva; por isso os grupos dominantes criam instrumentos para conservar e manter um certo grau de realidade, de coerência entre realidade objetiva e subjetiva.

Para Matuccelli (2007) a subjetivação está ligada, não ao processo de socialização, mas à racionalização, ou seja, à possibilidade do indivíduo constituir-se *per se*. É preciso considerar o processo de individualização e a construção de indivíduos coletivos, ou seja, os indivíduos com possibilidades de emancipação/liberdade/autonomia do sujeito em face ao controle social/sujeição (Matuccelli, 2007, p. 25).

Por fim é preciso compreender o processo de individualização como possibilidade de experiências individuais e estruturas sociais, ou os confins onde um processo está imbricado no outro, dito de outra maneira como as estruturas sociais influenciam as determinações individuais

ou estas últimas são capazes de influenciar os processos coletivos a construção da emancipação perpassa necessariamente pela compreensão da realidade objetiva.

No entanto, para a dimensão deste trabalho, não procurei estabelecer elos entre as correntes sociológicas que procuram estabelecer marcos teóricos a respeito de socialização e individualização, ou uma maior atomização das consciências particulares.

Procurei elementos comuns que me ajudassem a estabelecer uma conexão entre maior atomização ou sujeição para que normas e condutas prejudiciais concorram para serem incorporadas como legítimas, ainda que desconexas de seus interesses. À medida que a socialização é fundante para a institucionalização das normas e das práticas sociais, ela passa necessariamente pela escolarização e por processos educacionais secundários, de maneira que se construa espíritos com maior ou menor capacidade de ler a realidade de forma crítica.

A nossa preocupação está assentada em compreender o arcabouço que estabelece a construção do capitalismo de mercado, e as implicações que contemporaneamente têm resultado em um indivíduo alienado em suas práxis e sujeito a desejos contrários aos interesses de sua classe social. A propósito, as condições materiais são determinadas em uma sociedade em condições histórico-materialista e isso se diferencia no espaço e no tempo tendo sempre no corolário a experiência individual e coletiva que determina a construção das identidades e as singularidades destas e destes indivíduos. Ainda que as múltiplas configurações determinadas possam irromper em maior atomização dos indivíduos ou maior sujeição as normas e lógicas de controle do grupo dominante.

Nossa perspectiva, ao analisar as relações Capital X Trabalho, é argumentar que a utopia ou ideação capitalista flexível e rentista tem produzido não só uma individualização, mas uma sujeição coletiva. Entendemos que a conjuntura política e ideológica tem criado atores no tecido social alienados de seus interesses de classe, e que as reformas em curso no Brasil envolvendo a classe trabalhadora tem levado a uma crise na sua representatividade e, portanto, na capacidade de reação para defender os interesses relativos à melhoria nas condições de trabalho e de salários.

No primeiro capítulo abordamos as mudanças impostas pela nova forma de acumulação do capital frente a uma economia globalizada que favorecia os países de centro em detrimento das economias periféricas a partir de novas formas de exploração do trabalho calcada pela reestruturação produtiva e pelo avanço tecnológico condição que colocaram sob cheque a centralidade do trabalho.

Entretanto essas medidas impostas de forma verticalizada reconfiguraram a geopolítica e as relações de trabalho precisam criar mecanismos no tecido social que não contribua ou intensifique as lutas de classe desse modo procuramos no segundo capítulo: Dimensões política e ideológica do neoliberalismo para estabelecer quais os mecanismos que possibilitaram que tais reconfigurações possibilitassem um ordenamento social que engendrasse a submissão do tecido social a uma ótica rentista em detrimento do capital produtivo. Desta feita, isso só foi possível pela assimilação e pela conquista “ideológica” implantada pela nova ordem econômica e social o “neoliberalismo” calcado na propriedade privada, na desregulação do mercado e na liberdade dos indivíduos

No terceiro capítulo já estamos em condições de abordar os pontos mais deletérios da reforma trabalhista da lei 13.467 de 13 de julho de 2017 para a classe trabalhadora suas implicações, problemas e contradições para os trabalhadores e para sua representação sindical.

4 A REFORMA TRABALHISTA, PROBLEMAS E CONTRADIÇÕES

Conforme Rodrigues (2002) o conjunto de mudanças políticas, econômicas, comerciais, tecnológicas e culturais a partir dos anos 80 levou os sindicatos em todo o mundo capitalista a um declínio nos números de filiações como nos números de greves, e isso aponta para um enfraquecimento tanto no enfrentamento com a classe patronal bem como no campo político. Não queremos retornar ao que já havia dito, contudo aproveitamos para tecer algumas considerações no intuito de analisar como o sindicalismo nacional tem se comportado ante o desafio agora posto já que as mudanças na estrutura da Lei de Trabalho até então estabelecida sofreria em 2017 uma profunda modificação.

Cabe ressaltar que o contexto dessa reforma se dá dentro de um ambiente político e econômico que foram determinantes para sua implementação. Neste sentido, a Sociologia do trabalho dirá que a precarização do trabalho se deu dentro de um contexto de implementação de dois fatores preponderantes: mudanças na forma produtiva e na forma de acumulação do capital, essas estão imbricadas, pois ao produzir mais por menos: isto em todos os níveis da cadeia produtiva, através de empresas verticalizadas e com alto grau de sofisticação tecnológica, substitui a mão de obra humana com maior produtividade e menor custo: Isso possibilita uma mudança no cenário de investimento que, ao invés de mover-se para reaplicar na própria produção o excedente, assume outro corolário rentista: se não for mais lucrativo segundo a lógica capitalista onde o lucro é a meta, o benefício se traduz pelo menor grau de trabalho e risco no investimento.

Outro fator preponderante que queremos substantiar é que a implementação da reforma se constrói dentro de um ambiente político em que as forças conservadoras e reacionárias aproveitando-se de um golpe articulado principalmente pelos setores oligárquicos do setor rentista, apoiado pelos setores da imprensa, da igreja neopentecostal, dos conservadores e da burguesia junto com uns congressistas financiados por estes setores de forma açodada, incorporam o neoliberalismo e sua inebriante ideia de modernidade onde o Estado deve ser fomentador do liberalismo e da desregulamentação em nome do livre mercado, tendo sido portanto, fundamental afastar as forças progressistas representadas pelo governo da presidenta Dilma Rousseff. Esse processo se consolida após o golpe de 2016, quando assume Michel Temer e implementa o receituário neoliberal de reformas e redução do Estado através da venda dos ativos em regra via desastização e apropriação privada de suas atividades preponderantes.

Ainda que sejamos acusados de pessimistas, em um primeiro momento pela proximidade das análises após a implementação das reformas e seus resultados inócuos, alguém do que fora

exposto por seus defensores orgânicos que procuraram justificar e enfatizar que fatores incomuns como a pandemia contribuíram para em primeiro momento e que as metas tenham se afastado do enunciado, o fato é que não podemos deixar de pontuar o comportamento do livre mercado em superfaturar produtos como no caso por exemplo material de proteção individual dos profissionais de saúde e surrupiar o erário através da corrupção de compra de medicamentos de uso não comprovado pela ciência para o Covid 19 e da má-fé no campo das ideias.

Estudar esses fenômenos é mister para nossa ciência para compreender e entender os agentes desses fatos e, sobretudo, enquanto ciência, contrapor a verdade ante discursos comprometidos com interesses particulares que viria modificar substancialmente o equilíbrio da sociedade brasileira em que o trabalho ainda é peça central e que determina as condições de existência da classe trabalhadora.

Não cabe aqui transpor todo o conteúdo da lei 13.467 de 13 de julho de 2017, sancionada pelo então presidente Michel Temer, mas abordar os pontos mais controversos e deletérios para a classe trabalhadora. Os representantes no Congresso Nacional da elite empresarial e rentista aprovaram por ampla maioria sob o manto de que a reforma proporcionaria uma elevação na criação de empregos e uma elevação da formalização dos contratos de trabalho. No entanto dirá Teixeira (2017):

Para os defensores da reforma, a legislação trabalhista é uma excrescência, um anacronismo que “engessa” o mercado de trabalho porque impõe limites à livre contratação de trabalhadores. Ela estaria também ultrapassada à luz das mudanças promovidas na dinâmica do capitalismo internacional a partir das últimas décadas do século XX. Dentre as justificativas apresentadas para a reforma trabalhista, dois argumentos se sobressaem: o elevado custo do trabalho e a burocracia trabalhista. De acordo com os empresários, o descompasso entre o crescimento da produtividade e dos salários é incompatível com o padrão de retomada da atividade econômica e do emprego. Em conformidade com esse raciocínio, o desemprego se deve à ausência de mecanismos regulatórios que possibilitem maior flexibilidade nas regras de contratação, remuneração e uso da força de trabalho (Teixeira, 2017, p. 55-58).

Entretanto as evidências após seis anos da aprovação da reforma vão de encontro a essas perspectivas. A hipótese é de que as medidas propostas reforçaram as tendências flexibilizante e precarizante do mercado do trabalho corroboradas pela crise conjuntural estabelecida em 2014-2016 no cenário nacional, com a instabilidade econômica e política, que viriam a ser reforçadas com a implementação da Reforma.

Essa trama facilmente pode ser verificada historicamente e empiricamente na medida em que, como indicamos antes, uma vez que o crescimento do emprego, da formalização e da melhora da renda do trabalho foram possibilitados pelo crescimento econômico, pela presença

do Estado como agente desenvolvimentista, das políticas compensatórias etc., a partir dos anos 2002 até 2014, esse ciclo foi interrompido pelas Pautas-Bomba que inviabilizaram o segundo governo Dilma. Com isso corrobora Teixeira *et al* (2017) ao afirmar que a experiência brasileira recente mostra que os argumentos de defesa do atual desmonte da legislação trabalhista são falaciosos e frágeis, pois não se sustentam histórica e empiricamente. Portanto, a atual proposta de desmonte de direitos é uma forma de desestruturar a vida social e de promover condições que favorecem somente um ator na sociedade: os empregadores.

Neste sentido Manzano e Caldeira (2018) concordam e acrescentam a possibilidade de intensificação da desigualdade, já que é possível ver com clareza o quão frágil é o argumento de que o arcabouço legal que embasa a regulação do mercado do trabalho ainda sob os auspícios da CLT teria produzido efeitos negativos sobre o nível de atividade econômica e o nível de postos de trabalho e só com implementação da Reforma Trabalhista poderia aumentar o mercado de trabalho ou a renda. Entretanto, para os autores, só condições macroeconômicas com objetivos claros de garantir o nível de demanda agregada e que tenha objetivo de garantir a plena utilização da mão de obra poderia alavancar esses índices. Para os autores isso só pode ser alcançado com a demanda do apetite dos capitalistas pelas inversões produtivas, pela demanda estatal, pelas revisões das políticas monetárias e cambiais contrariando as correntes da liberalização financeira que marcaram o capitalismo mundial nesta quadra da história (Manzano; Caldeira, 2018, p. 92-93).

Galvão e Teixeira (2018) corroboram essa abordagem e mencionam que a reforma fragiliza ainda mais o poder de reivindicação frente ao congresso dos sindicatos. Para as autoras, a reforma traz consequências nefastas para os trabalhadores e suas representações na medida que caça sua principal fonte de custeio que é o imposto sindical – ainda que as posições não sejam unívocas na medida que as categorias mais organizadas e combativas defendam a extinção do imposto como forma de combate aos sindicatos sem representatividade, embora por razões opostas às representações patronais. Entretanto as autoras ressaltam o caráter singular de algumas categorias visto que, por não possuírem o mesmo poder estrutural, os sindicatos desses setores mais precarizados enfrentam mais dificuldades no processo de negociação coletiva e conseqüentemente na atividade sindical apresentam taxas menores de sindicalização, fazem menos greves e acabam por adotarem o discurso da modernização chegando em alguns casos até mesmo a defender a terceirização (Galvão e Teixeira, 2018, p. 179, 180).

Há sinais evidentes de que a Reforma após esses seis anos tem ocasionado formas mais precarizadas de contratos de trabalho, tais como: aumento das terceirizações, informalidade,

pejotização e subocupações que demonstraremos através da revisão bibliográfica, gráficos e dados oficiais. Segundo os professores José Dari Krein e Roberto Vêras de Oliveira (2019) o peso histórico da informalidade no país é um fator que contribui para que novas formas de precarização do trabalho adquiram padrões de regulação do capitalismo global que foram incorporadas e reeditadas pela atual reforma.

As tendências do mercado de trabalho após a implementação da reforma apresentaram pequenas alterações em relação ao que vinha se verificando de 2015 até o primeiro semestre 2019, quando a crise econômica provocou uma inflexão substantiva, especialmente com a explosão do desemprego, o crescimento da subocupação, do trabalho por conta própria e da informalidade. Trata-se de um quadro que se contrapõe ao período anterior iniciado no começo do século XXI, mas com mais intensidade a partir de 2004 até 2014 (Krein e Oliveira, 2019).

Essas pequenas alterações a que os autores se referem já se faziam notar antes mesmo da reforma; desde o governo FHC foram feitas alterações na CLT, via de regra por lei complementar e emenda constitucionais, práticas adotadas pelo capital sempre que há retração da economia e uma menor oferta de vagas de empregos, para além da terceirização amplamente utilizada e até mesmo uma quarteirização das atividades fins; como exemplo, podemos citar os setores de serviços de telecomunicações, elétricos entre outros, pós-privatizações da década de 90, que serviram para reduzir salários e outros direitos dos trabalhadores.

Após esses seis anos da aprovação podemos depreender que a Reforma não contribuiu para o aumento do emprego e muito menos na renda do trabalho; pelo contrário, os dados indicados anteriormente sobre o ciclo de crescimento com distribuição de renda de 2002 até 2014 demonstram que as proteções dos direitos podem até mesmo ter corroborado com o crescimento do emprego pelo aumento da demanda agregada. Ainda que sejamos acusados sempre de militar em favor de ideias esquerdistas, os fatos são preponderantes: basta olharmos para os países que adotaram o neoliberalismo como política econômica e social e as mazelas causadas no tecido social. O Chile é um ótimo exemplo para ilustrar o que causa no tecido social o desmonte dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Na visão de Filgueiras (2019), o sentido da reforma foi a redução de custos dos empresários direta ou indiretamente, custos relacionados a contratações, demissões, de ordem jurídica, à remuneração, à saúde e segurança dos trabalhadores; porém, a alardeada promessa de aumento dos postos de trabalho não se concretizou devido às características estruturais e conjunturais da economia brasileira e da conjuntura internacional e, portanto, a redução de direitos e da renda dos trabalhadores não contribuíram e tendem a não contribuir para a ampliação dos índices do emprego. Ao contrário, o crescimento da renda e da proteção dos

direitos do trabalho, quando não contribuíram para aumentar esses índices, ao menos colaboraram para mantê-los (Filgueiras, 2019, p.15, 16).

Filgueiras (2019) ressalta ainda que outras variáveis para além da reforma podem influenciar nos impactos para incentivar ou alterar de fato o emprego; segundo ele é preciso que o conjunto da reforma atue para que haja um incremento no lucro e incite investimento, ou ao contrário que reduza a demanda e desincentive ou diminua os investimentos.

Podemos inferir dessa forma, nas palavras do autor, que via de regra a reforma só poderia incorrer em sucesso se houvesse aumento na demanda e com isso aumento de ofertas de emprego e renda. Entretanto é preciso ressaltar que o perfil do empresariado brasileiro é avesso a investimentos de risco, e isso fica evidente ao pelas inúmeras reduções de impostos na folha de pagamento a vários setores da economia que o Estado brasileiro concedeu nestes últimos dez anos sem que houvesse um aumento expressivo em investimento ou em contratações, no máximo a manutenção das taxas de emprego. Neste sentido dirá:

A propensão a investir produtivamente dos empresários que operam no Brasil é, provavelmente, a característica mais importante no condicionamento dos impactos da reforma no país. Isso porque, mesmo sendo um dos dez países com maior produção absoluta de riqueza, e de ter uma das maiores concentrações de renda do mundo, portanto, grande potencial para poupança, o Brasil possui, estruturalmente, baixas taxas de investimento (raramente acima de 20% do PIB). Ou seja, os empresários ganham muito dinheiro, mas investem muito pouco produtivamente (Filgueiras, 2019, p.25)

4.1 Analisando os pontos mais danosos aos trabalhadores

Segundo Campos (2017), a Lei nº 13467/2017 opera em eixos concomitantes: a) regulação das relações individuais de trabalho; b) à regulação das relações coletivas de trabalho; c) às políticas de trabalho, *strictu sensu* (FGTS, PSE, SINE); d) às instituições responsáveis por essa regulação do trabalho. A partir desse esquema abordaremos os pontos mais destacados da reforma.

A-Restrição do trabalhador à justiça do trabalho, com a possibilidade do trabalhador ter que pagar à custa processual às varas de trabalho (Art. 790);
 B-Desligamento por acordo mútuo (Art.484-A);
 C-Trabalho intermitente, Pejotização, terceirização (Art.443, §3º e 452-A);
 D-Prevalência do negociado sobre o legislado (Art. 611-A);
 E-Financiamento da atividade sindical (Art. 611-B. Inciso XXVI) (BRASIL, 2017).

A Lei supracitada alterou mais de 100 artigos da Consolidação da Lei do Trabalho (CLT).

4.1.1 Restrição do trabalhador à justiça do trabalho

Segundo Filgueiras (2019) uma das fontes de economia dos empregadores mais robustas promovidas pela reforma seria a restrição do acesso do trabalhador a justiça do trabalho; ele apontava em 2019 que as Varas de trabalho em 2018 registraram 1.744,644 novos processos, enquanto em 2017 esse número era da ordem de 2.642,879; houve, portanto, uma redução de 34% em relação àquele ano. Para ampliar essa análise de primeiro momento ampliamos o espectro da amostragem com novos dados fornecidos pela justiça do trabalho. Vejamos na tabela abaixo.

Tabela 2 – Demanda processual: relação valores pagos espontâneo X valores executados

Ano	Demanda processual	Valores pagos	Acordos em %	Valores pagos espont.%	Valores pagos por exec.%
2010	1.987.948	11.287.097.392,41	30%		70%
2011	2.110.718	14.758.015.512,23	27,3		72,7
2012	2.239.671	18.628.038.501,33	29,34%		70,62%
2013	2.349.843	24.248.949.254,19	40,72%	3,19%	96,81%
2014	2.344.351	16.322.936.054,17	37,34%	5,02%	94,98%
2015	2.615.299	17.444.524.839,77	41,00%	7,10%	92,90%
2016	3.700.642	24.358.563.331,43	37,10%	10,10%	89,90%
2017	2.642.879	27.082.593.692,57	43,40%	10,20%	89,80%
2018	1.744.644	29.742.455.565,61	46,40%	11,20%	88,80%
2019	3.056.463	30.726.528.090,17	47,00%	12,20%	87,80%
2020	2.570.708	28.830.521.013,84	46,60%	6,80%	93,20%
2021	2.550.397	32.029.441.314,80	46,70%	14,50%	85,50%
2022	3.161.287	38.733.821.835,37	48,10%	13,30%	86,70%
2023	N/C				

Fonte: Elaborado pelo autor

Podemos inferir que em princípio o recurso à justiça obedecerá a uma certa lógica que dependerá das ações patronais em subtrair os direitos dos trabalhadores. O poder de agência se faz notar quando as condições impostas são desfavoráveis aos trabalhadores que se pautam pelo entendimento que seus direitos são violados. O que podemos verificar na tabela acima é que, a partir da reforma, os índices percentuais de acordos pagos espontaneamente se mantêm estáveis mesmo com o aumento na demanda processual.

Ainda que os dados mostrem uma redução perceptível no número de ações a partir de 2017 e certa estabilidade no período pandêmico voltando a crescer a partir de 2022 contudo a tabela mostra uma certa regularidade nos acordos firmados; entretanto, a baixa efetividade nos acordos pagos espontaneamente obrigou aos trabalhadores em uma ordem crescente a ajuizar suas demandas, o que nos leva a acreditar que, em certa medida, apesar de a reforma reduzir os custos nas demissões, os trabalhadores foram inflexíveis na defesa de seus direitos conforme demonstra os valores percentuais executados.

O objetivo da reforma era dificultar a aprovação de súmulas da justiça do trabalho que restabelecessem direitos estabelecidos na legislação, além de terem que respeitar o princípio de intervenção mínima nos resultados de negociações coletivas, ou seja, a prevalência do negociado sobre o legislado; para além, foi estabelecido um teto de 40% do limite dos benefícios do RGPS¹⁰ para concessão da gratuidade na justiça e honorários periciais para a parte sucumbente da reclamação.

4.1.2 Desligamento por acordo mútuo

O desligamento por acordo mútuo visa auferir mais lucro para o patronato facilitando a negociação direta com o trabalhador, e a lógica é a usurpação dos direitos dos mesmos na medida que há a supressão da correlação de forças ao afastar a representação dos trabalhadores e/ou a justiça do trabalho. Filgueiras (2019) acentua que o desligamento por acordo mútuo segundo o CAGED até maio de 2019 aumentou os lucros das empresas na medida que deixaram de pagar mais de 562,1 milhões em verbas rescisórias, e outros 281 milhões com a dispensa do aviso prévio. Isso gerou uma economia de 20% de multa sobre o saldo do FGTS e metade do aviso prévio indenizado.¹¹

Contudo, esses acordos sempre ocorreram de comum acordo; normalmente partiam do trabalhador quando seus interesses fossem neste sentido. As empresas se aproveitavam da situação para subtrair parte da indenização dos trabalhadores, que assinavam as guias com o

10 O limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social é de R\$ 7.087,22, que é o teto do RGPS, valor máximo de qualquer benefício pago pelo INSS.

11 Ao julgar a ADI 5.766, em 2021, o STF invalidou trechos dos artigos que não poupavam os beneficiários da Justiça gratuita. Por maioria de votos, o Supremo concordou com a tese da Procuradoria-Geral da República de que as normas violavam as garantias processuais e o direito fundamental dos trabalhadores pobres à gratuidade para acesso à Justiça. Com a inconstitucionalidade parcial, ficou mantida a previsão de que, caso a parte vencida seja beneficiária da Justiça gratuita, os honorários poderão ser executados se, nos dois anos seguintes, o credor provar que a situação de insuficiência de recursos se reverteu (Carvalho, 2023).

valor integral indenizatório e recebiam parte do total, à margem da lei; no entanto, agora sob as novas regras o patronato alega alguma dificuldade em cumprir as despesas trabalhistas e convocam os trabalhadores para celebrar um acordo que os favoreça, isso tudo amparado pela reforma. A tabela abaixo reflete bem o baixo número de acordos firmados entre janeiro de 2018 a dezembro de 2024, apesar de gerar uma economia considerável à classe patronal.

A tabela 3 traduz a quantidade dos acordos celebrados; apesar da variação para cima entre 2018 e 2022, os números não podem ser considerados quantitativamente expressivos em relação ao total de desligamentos: os percentuais são irrelevantes, os trabalhadores não aderiram ao acordo mútuo. Os números reforçam ainda que, em primeiro momento, a Reforma neste aspecto não surtiu o efeito desejado pelo empresariado.

Tabela 3 – Quantidade de acordos celebrados

ANO	DESLIGAMENTO	% DO TOTAL
2018	Não consolidado	
2019	220.579	1,17%
2020	176.376	1,17%
2021	218,718	1,22%
2022	224,427	1,09%
2023	Não consolidado	
2024	Não consolidado	

Fonte: Novo Caged.

Para a CUT, as permissões para rescindir o contrato por comum acordo com redução de verbas rescisórias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego, com o fim da homologação no sindicato e assistência jurídica, expõe o trabalhador a maior pressão patronal e ao calote na rescisão, um importante motivo dos processos trabalhistas. Por isso houve uma baixa adesão (CIP, 2021, p.26); fica evidente pelos dados do CAGED que esses acordos não atingiram nem 2% do total das demissões

4.1.3 Trabalho intermitente, pejetização, terceirização

Na perspectiva de Krein e Oliveira (2019, p. 88), o Brasil desde os anos 1990 segue a tendência internacional no sentido de implantar modalidades de contratação sob o argumento de se ajustar a um mercado globalizado e financeirizado quanto ao prazo determinado de trabalho (lei 9.601/1980) e do contrato parcial (MP 1709/1998 e 2164/01) e da terceirização das atividades-meio (Súmula 331/93); o autor ressalta o caráter provisório dessas medidas, restritas a períodos, por obras ou por safra.

Segundo os autores, essas modalidades, com exceção da terceirização, apresentam uma baixa incidência de efetivação; mesmo que em primeiro momento houvesse um forte incremento do emprego, e a existência de mecanismo que possibilita o empregador demitir sem necessidade de justificativa no período de experiência, decorre que estas modalidades não contemplam vantagens administrativas e econômicas haja vista a possibilidade que se possa recorrer a informalidade /ilegalidade.

Segundo dados do CAGED apresentado por Krein e Oliveira (2029, p.1):

[...] todas as admissões com carteira assinadas realizadas entre novembro de 2017 e junho de 2019 totalizando 24.919.275, apenas 1.363.554 (5,47%) não foram por contratos de prazo indeterminado.

Isso demonstra que o empresário brasileiro prefere a contratação informal. Ou outras formas mais precarizadas.

Para a CUT, “realmente não pegou [o contrato intermitente] e isso se deve ao fato de as empresas preferirem contratar trabalhadores por conta própria ou na informalidade do que manter vínculos de trabalho formais, “de manter essa relação com as pessoas”, após se analisar os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de novembro de 2017 a novembro de 2022. De acordo com o CAGED, nesse período, cerca de 375 mil contratos de trabalho foram intermitentes, no entanto ainda aquém das expectativas do governo à época de gerar cerca de 15 milhões de empregos. A tabela abaixo ilustra e nos permite endossar a posição da CUT. Podemos inferir também que o conjunto dos trabalhadores também não aderiu ao famoso “nem, nem: nem tá empregado nem desempregado” já que não existem garantias de uma renda mínima que atenda os trabalhadores nas suas necessidades imediatas. Um outro dado importante a ressaltar, que foi divulgado pelo DIEESE, é o de que os contratos intermitentes ficaram engavetados em 2021. Do estoque de intermitentes ativos no final daquele ano 35% não tinham registrado nenhum rendimento ao longo do ano do total de 244 mil vínculos. Quanto aos trabalhadores supostamente autônomos Filgueiras (2019) dirá:

Com relação aos trabalhadores supostamente autônomos (que, na PNAD, mistura indivíduos afetados ou não pela reforma), seus rendimentos médios no trimestre encerrado em maio de 2019 foram de R\$ 1.666, contra R\$ 1.669 no trimestre terminado em outubro de 2017. Se ficaram praticamente estagnados depois da reforma, eles permanecem bem abaixo de maio de 2014, quando eram R\$ 1.801 – queda de 7,5%. Para os supostos autônomos com CNPJ, que são o foco da reforma (que incentiva que as empresas contratem trabalhadores desse modo), os rendimentos têm caído seguidamente. No trimestre terminado

em maio de 2019 foram de R\$ 3.088, queda de 3,4% em relação a maio de 2018 (R\$ 3.198) 5% a menos do que maio de 2016 (R\$ 3.251) (Filgueiras, 2019, p. 32).

Esses dados reforçam o caráter classista desta reforma e a fisionomia da elite brasileira, de viés rentista, e despreocupada com a desigualdades sociais, com a centralidade do trabalho, levando em consideração que mais de 80% da PEA (População Economicamente Ativa) recebe menos de três salários mínimo. Esses dados também reforçam e demonstram o caráter desta reforma atabalhoada que era o enfraquecimento da representatividade dos trabalhadores

Tabela 4 - Contrato intermitente

ANO	ADMISSÕES	DEMISSÕES	SALDO	NÚMEROS DE EMPRESAS CONTRATA NTES	MAIS DE UM CONTRATO/TRABA LHADOR
2018	N/C	N/C	84.013		
2019	155,422	69.706	85.716	11.021	4.328
2020	163.060	176.203	-13.143	42.448	2.382
2021	270.204	178.864	91.340	23027	12.429
2022	301.464	217.325	84.229	24.262	11.560
2023¹²	[3.280,839]	[3.025,456]	[255.383]		

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Novo Caged

Para Krein e Oliveira (2019): “Houve uma evolução ao longo dos anos, mas é muito menos do que prometia a Reforma Trabalhista”. Hoje, nem meio por cento do total de vínculos ativos é intermitente e esse índice pouco se alterou ao longo dos anos (ver tabela 4).

Outra realidade que cresceu segundo Krein e Oliveira foi a terceirização, principalmente após alterações feitas nas Leis da Terceirização e da reforma trabalhista, ambas ocorridas em 2017, que liberaram de forma irrestrita as terceirizações para atividades meio e fim, neste sentido dirão.

Alguns setores são tipicamente propensos à terceirização (Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados Às Empresas), mas os demais, per si, pouco ajudam na identificação dessa modalidade de contratação. Quando é feito o cruzamento de qualquer setor com as respectivas contratações por

¹² Mudança na apresentação do CAGED unindo outras categorias de contrato – São considerados não típicos os trabalhadores aprendizes, intermitentes, temporários, contratados por CAEPF e com carga horária até 30 horas. Na ADI nº 5826, o STF decidirá sobre a inconstitucionalidade ou não do contrato de trabalho intermitente. A tramitação dessa ação se encontra suspensa em razão do pedido vista dos autos pela Ministra Rosa Weber, ocorrido após os votos dos Ministros Nunes Marques e Alexandre de Moraes, que julgaram improcedentes os pedidos nessa ADI, e do Ministro Edson Fachin (relator), que julgou inconstitucionais o art. 443, caput, parte final, e § 3º; art. 452-A, § 1º ao § 9º, e art. 611-A, VIII, todos da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017.

ocupação, percebem-se situações muito prováveis de terceirização, pois grande parte das funções é típica de determinado setor. Por exemplo, um alimentador de linha de produção contratado na indústria tem menor chance de ser terceirizado (e, quando contratado por empresa serviços administrativos, provavelmente é). Por outro lado, funções como cozinheiros, porteiros, faxineiros e muitas outras tipicamente consideradas como atividade meio, caso sejam contratadas por empresas da indústria, bancos, supermercados, muito provavelmente não são terceirizadas (Krein e Oliveira, 2019, p. 105-106).

4.1.4 Prevalência do negociado sobre o legislado

Ainda que a premissa seja verdadeira e lógica em uma correlação de forças de soma zero, não há que se pensar assim em ambiente corporativo onde o lucro é a meta: ao suprimir a legalidade das medidas constitucionais, o ideário do capitalismo nacional é potencializar seus lucros e não a justiça social que pudesse favorecer os trabalhadores. A essa medida aspira os interesses do patronato, ainda que uma ou outra categoria dos trabalhadores venha conquistar alguma melhoria no tocante a salários ou compensações, a exegese intrínseca é o lucro corporativo. Não existe o que celebrar por parte do conjunto dos trabalhadores; o que significa que não se explica que algumas representações dos trabalhadores, em especial a Força Sindical que se manifestou a favor dessa medida ou um ou outro sindicato ligado à CUT ou à CGT, tenha aderido a esse discurso que é irracional em um ambiente no qual a centralidade do trabalho perde espaço para a telemática e a robotização.

Para Sherer (2019), essa lógica considera que a valorização da negociação coletiva deveria traduzir-se em maior facilidade para entendimentos entre empregadores e empregados como forma de aprimorar as relações do trabalho (Artigo 611-a da nova CLT) e que, portanto, do ponto de vista da reforma deveria-se ampliar a frequência de acordos e convenções coletivos exitosos na medida que as pautas atendessem aos interesses de patrões e empregados para além de pautas salariais.

Segundo o autor as principais medidas que fazem parte da reforma trabalhista, em relação à negociação coletiva são a prevalência do negociado sobre o legislado, em uma lista aberta de temas:

- alteração da hierarquia das normas regulamentadoras entre acordo individual, acordo coletivo, convenção coletiva e lei;
- proibição da ultratividade das cláusulas negociadas; e
- ampliação das possibilidades de negociação individual entre empregador e empregado (Sherer, 2019, p. 29).

O cerne da negociação coletiva é justamente a mediação para que se construa entendimento sem posições extremadas em que a última instância seja a paralização das atividades laborais, e isso vai ao encontro da representação dos trabalhadores: é uma conquista do movimento sindical atuante e combativo o que não pode significar abrir mão das garantias na forma da lei. Por outro lado, sob o jugo empresarial, ao impor que a negociação coletiva tenha primazia sobre o legislativo, e a reforma encerra em si a questão da negociação coletiva, os trabalhadores perdem garantias trabalhistas envoltos em incertezas proporcionadas pela redução da demanda de mão de obra via avanços tecnológicos do capitalismo rentista e consequentemente menos oferta de postos de trabalho: isso quebra a autonomia das reivindicações e consequentemente o enfraquecimento da representatividade sindical ante suas bases.

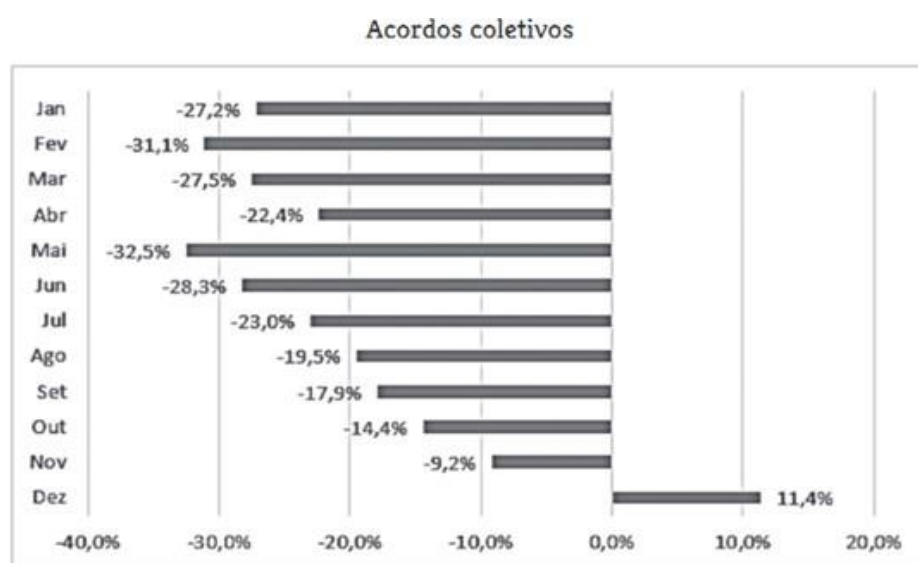
A negociação coletiva ou o acordo Coletivo é um jogo de queda de braço, e os sindicatos tanto patronais como dos trabalhadores utilizavam-se destas práticas conforme lhes favoreceriam. Os trabalhadores quando tinham poder de barganha em fábricas onde as suas bases lhes eram mais favoráveis apostavam nesses acordos, inclusive utilizavam esses acordos para forçarem as negociações mais vantajosas nos acordos coletivos. A prevalência do negociado sobre o legislativo rompe com essa lógica para impedir a ultratividade nos acordos e a retirada de direitos já consolidados.

No entanto, segundo dados trazidos por Sherer (2019), os acordos coletivos (por fábrica) tiveram uma retração após a reforma de 2017 em comparação a 2018 (ver gráfico 6 e 7), e é possível verificar que ao final do ano 2018 os percentuais de convenção coletiva suplantam os acordos coletivos que cresceram ao longo de um período atípico, pois a crise econômica e a instabilidade política inibiram a demanda e, como consequência, era preciso rever acordos para a manutenção do maior número de empregos possíveis. Já ao final de 2018 houve um aumento das convenções coletivas como forma de recuperar eventuais perdas de direitos, não que isso represente um ganho ou perda para o trabalhador, pois elementos implícitos podem favorecer uma fábrica ou outra em maior ou menor grau, como a negociação é um jogo de braços ganha quem tem mais poder acumulado.

Em organizações em que a produtividade é alta, os trabalhadores tendem a obter ganhos mais significativos nos acordos coletivos do que na própria convenção coletiva; e o sindicalismo age conforme os elementos mais favoráveis no acordo coletivo, e mesmo na convenção coletiva o ponto comum costuma ser o piso da categoria. Em outros pontos há diferenciação no tratamento nos parâmetros.

Entretanto, os gráficos revelam que os acordos coletivos não avançaram no pós-reforma: na comparação entre 2017 e 2018 houve também o enfraquecimento das convenções coletivas, nem tanto por força da lei, no entanto demonstrando claramente o enfraquecimento da representatividade dos trabalhadores muito mais pela conjuntura econômica em que desaqueceu a produção e o consumo dos bens de produção.

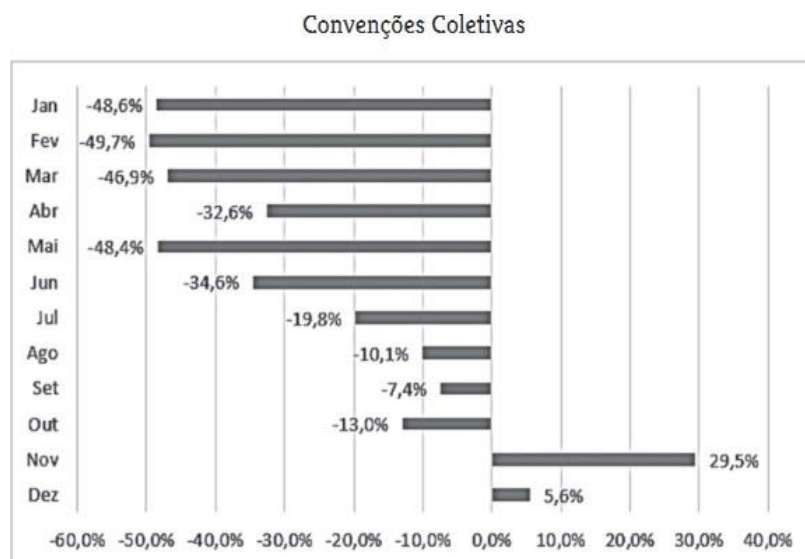
Gráfico 6 – Variação mensal dos registros de acordos coletivos no mediador em 2018 (sobre iguais meses de 2017)



Fonte: DIEESE (2021).

O DIEESE em 2021 acompanhou a relação quanto ao tipo de instrumento coletivo, e as diferenças são sutis. Proporcionalmente, os ganhos reais foram mais frequentes nos acordos coletivos do que nas convenções coletivas (16,2% e 14,7%, respectivamente); e reajustes iguais ao INPC foram mais constantes nas convenções do que nos acordos coletivos (40,1% e 35,1%, respectivamente).

Gráfico 7 – Variação mensal dos registros de convenções coletivas no mediador em 2018 (sobre iguais meses de 2017)



Fonte: DIEESE (2021).

No gráfico 8, podemos ver a relação aos reajustes insuficientes para recomposição do poder de compra dos salários; esses tiveram destaque maior entre os acordos do que entre as convenções (48,7% e 45,2%, respectivamente) – isso reforça o que dissemos acima de que a negociação é uma correlação de forças entre a disposição dos trabalhadores em eventual paralização e o quanto o empresariado está disposto a perder. O gráfico 9, a seguir, elaborado pelo DIEESE reflete essa correlação.

Ainda que os números absolutos de acordos coletivos sejam de mais de 136%, o que efetivamente a reforma veio atender foram as aspirações do patronato e enfraquecimento dos trabalhadores; contudo há de se reconhecer que quando os trabalhadores assumem o protagonismo a sua representação consegue melhores resultados e benefícios na convenção coletiva. Veja no gráfico 8 ainda que os números representam quase a metade dos acordos coletivos, e no somatório geral mostram que o conjunto dos trabalhadores conseguiram conter e ou repor as perdas salariais ainda que nessas conquistas não transpareçam ganhos substanciais. No entanto, a representação deste ato ultrapassa o ganho financeiro, e indica o espectro contínuo que pode significar em algum momento da história o poder de agência dos trabalhadores.

Gráfico 8 – Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE, por tipo de instrumento



Resultados por tipo de instrumento coletivo

As negociações de 2023 que resultam em convenções coletivas seguem com a maior proporção de reajustes iguais ou acima do INPC (93% do total), diante de cerca de 91% dos acordos coletivos. No entanto, resultados acima do índice inflacionário são mais frequentes nos acordos coletivos (71,3%) do que nas convenções (67,6%).

Abaixo do INPC-IBGE ■ Iguais ao INPC-IBGE ■ Acima do INPC-IBGE

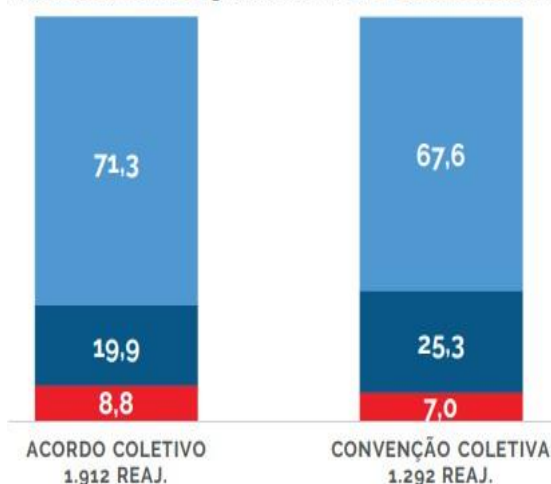


Gráfico 9
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE, por tipo de instrumento (em %) Brasil, janeiro a abril de 2023

Fontes: Ministério do Trabalho e Emprego. Mediador; IBG. INPC. Elaboração: DIEESE
Obs.: a) O acordo coletivo é assinado entre uma ou mais empresas e entidades sindicais laborais e abrange só os trabalhadores da categoria empregados na(s) empresa(s) acordante(s). A convenção coletiva é assinada entre entidades sindicais patronais e entidades sindicais laborais e abrange todos os trabalhadores da categoria empregados nas empresas da base das entidades patronais. As convenções tendem a ser mais abrangentes que os acordos. b) valores em percentuais; c) situação em 12/05/2023

Fonte: Ministério do Trabalho e DIEESE (2021).

4.1.5 Financiamento da atividade sindical

As manifestações contra a Reforma não foram suficientes para barrar a aprovação da Reforma e impor retiradas de pontos danosos à classe trabalhadora. Na representação houve uma total falta de mobilização e estratégias unificadas que contribuíram para fragilizar a resistência sindical à reforma. Mesmo sindicatos financeiramente fortes que poderiam financiar campanhas nos meios de comunicação e utilizar de suas mídias, aparato humano e logístico, ficaram assistindo de camarote a amputação da CLT, percepção esta expressada por Andreia Galvão que apontava já no primeiro mandato de Fernando Henrique, ante o pacote de reforma trabalhista, a adesão de grande parte do movimento sindical ao discurso modernizante neoliberal em nome da competitividade, da produtividade e do combate ao desemprego (Galvão, 2007, p. 197).

Verdade que, em entrevista posterior, quando entrevistou representantes de algumas categorias sindicais, 94,9% se colocaram contra em universo de 79 respondentes. Alguns pontos elencados por ela realçam o caráter e posicionamento dessas entrevistas como demonstrado no gráfico 9. Entretanto, Galvão (2019, p. 206) reafirma que neste universo de entrevistas quando perguntados diretamente cerca de 10% dos sindicatos entrevistados responderam positivamente em relação à prevalência do negociado sobre o legislado como forma de fortalecimento dos sindicatos (ver gráfico 9); apontam ainda o fim do imposto sindical como algo positivo no sentido de fortalecer o sindicalizado contra o caráter partenalista, o que obrigaria a um maior empenho dos diretores sindicais e a uma participação mais efetiva na sua forma de atuação juntos as bases.

Essa conjuntura reforça os estudos realizados anteriormente em 2007 por Galvão conforme trouxe, anteriormente, que o movimento sindical já enamorava-se com a ideologia neoliberal quanto a forma de negociação. Essa percepção era reforçada por uma ausência de uma estratégia unificada entre as centrais sindicais, e essa pluralidade de posições fragilizou a resistência sindical e a tomada de ações contundentes para contrapor o ataque à CLT. Vejamos abaixo um exemplo dessas ações a partir da reportagem do UOL notícias.

O site do UOL, em 10 novembro de 2017, apontava que as centrais sindicais convocaram um grande ato denominado “Dia Nacional de Paralisação”: a CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical, UGT (União Geral dos Trabalhadores), NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros) e Fórum Sindical de Trabalhadores.

Segundo o site, ainda que os objetivos majoritariamente fossem contra as reformas trabalhistas, outras vozes importantes ressoavam esse objetivo, como a Força Sindical que na sua convocação só aludia à reforma da previdência e a CTB criticando a “ameaça de mudanças na Previdência” e à portaria do Ministério do Trabalho, que alterava as regras na fiscalização do trabalho escravo atendendo a bancada ruralista.

O site relata as ações desenvolvidas pelas centrais pelo país. Em São Paulo, o ato foi marcado para às 9:30h na praça da Sé, na região central da cidade. No Rio de Janeiro, o protesto foi marcado para às 16:00h, na Candelária, seguido por caminhada até a Cinelândia. Em Brasília, os manifestantes prometeram se concentrar na Esplanada dos Ministérios.¹³

Foi esse comportamento das centrais que criticamos acima: as ações contra a reforma não foram suficientes para barrar a sua aprovação e impor a retiradas de direitos em pontos danosos à classe trabalhadora. Isto demonstra, a nosso ver, total falta de organização e coerência que é de um amadorismo estranho para o movimento sindical. Ações pontuais e sem objetividade que, por outro lado, teriam logrado êxito com efetivas e pontuais discussões durante a tramitação das emendas com a participação dos trabalhadores e medidas mais pontuais como greves gerais, envolvimento de outros atores da sociedade sensíveis à precarização do trabalho e suas implicações.

Gráfico 9 – Posição em relação à reforma trabalhista



Fonte: DIEESE (2021).

¹³ Veja mais em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/11/10/contra-reformas-centrais-prometem-protestos-em-varias-capitais-nesta-sexta.htm?cmpid=copiaecola>.

Entretantando como vimos no capítulo anterior o capitalismo cria subjetividades que inculcam, principalmente pela indústria cultural, pela escolarização, e pela individualização, a alienação do trabalhador, na medida que fomenta e dissimula que a contribuição sindical não deveria ser obrigatória; a aceitação dessa roupagem da realidade afasta os trabalhadores, aproximando-os do senso comum de que um instrumento que deveria fortalecer a sua representação transforma-se em negação do processo coletivo de fortalecimento de classe.

O poder de agência relativo à tomada de posição crítica é uma realidade cada dia mais distante principalmente nas classes mais privilegiadas da classe média que se encontram com os anseios da classe dominante, como sendo parte desta, esquecendo-se de que vive do seu trabalho e quando cessar essa fonte estará em pé de igualdade com a grande maioria da população brasileira que são os proletários e os precarizados.

Desta feita os representantes de partidos de direita alinhados com bancada evangélica, os rentistas, o agronegócio e o setor industrial, seguindo o ideário neoliberal, formaram maioria no Congresso Nacional; quando este aprovou a retirada das fontes de financiamento dos sindicatos não estavam pensando no bolso dos trabalhadores, mas visavam impedir o funcionamento dos sindicatos com o objetivo de impedir que os trabalhadores se organizem e lutem por suas demandas. Se os trabalhadores deliberam em assembleia por aclamação o desconto da contribuição sindical como legítima em reconhecimento a mediação sindical, a convenção coletiva não pode cancelar a legitimidade sindical dessa deliberação.

Fica muito claro que estes setores reacionários querem o fim da organização sindical, como vimos nos capítulos anteriores. Esse ponto é um dos pilares basilares de sua ideologia: desregulação das leis trabalhistas e o enfraquecimento da representação sindical. Na verdade esse estado de coisas leva à anarquia porque nas democracias os conflitos são mediados por representantes legais, seja do grupo ou do conjunto da sociedade: esse “conjunto de maldades” retroage a barbarie do início da industrialização.

É quase impossível que os sindicatos consigam no atual cenário se manter apenas com as filiações, mesmo se conseguissem dobrar ou triplicar os números de filiações. Temos que ter sob ótica que o sindicalismo brasileiro cresceu a esteio do Estado, e por isso herdou uma estrutura pesada não só na sua estrutura material (sedes, sub-sedes, colônia de férias, imprensa, frota de veículos, etc.) como na sua estrutura orgazicional (funcionários, delegados sindicais, diretores entre outros) e assistencial (serviços médicos, odontológicos e advocatícios). Todavia algum liberal desavisado poderia supor: por que não se desfazer de grande parte disso?

Os bens materiais são propriedades coletivas e fruto de muitas lutas e conquistas dos trabalhadores. Existe um apego objetivo e subjetivo pelo que dificilmente o conjunto dos

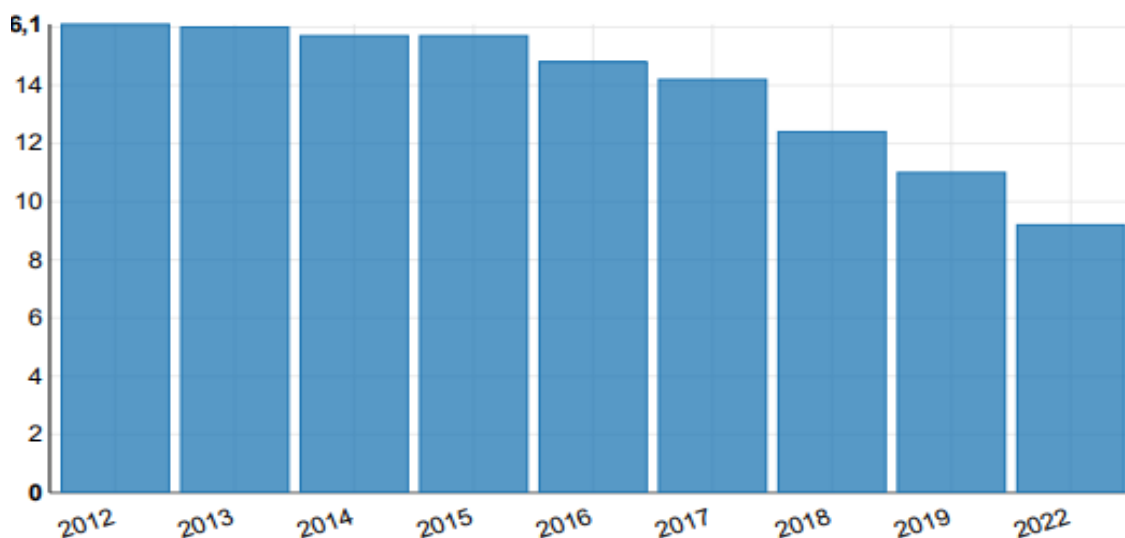
associados e diretoria estariam disposto a assumir o ônus de retrocesso; outrossim o sindicato, mesmo constituído por um CNPJ, não pode adotar as mesmas práticas do capitalismo como promover uma redução drástica de pessoal, ou ainda diminuir o número de diretores, o que enfraqueceria mais ainda sua representação na própria base de atuação.

No entanto, consideramos que a colaboração de Galvão (2007) reacende a discussão ao afirmar que as Centrais Sindicais atuam colaborando para a privatização do público, disseminando o ideal neoliberal de que o Estado é ineficiente, e os servidores incompetentes. A autora lembra que embora esta prática seja incorporada coerentemente pela Força Sindical, causa estranheza que a CUT e a CGT tenha aderido, mesmo em menor escala, ao denominado “sindicato cidadão”. Haja visto que ambas se opõem a esta concepção de sindicalismo de prestação de serviço como algo que colabore para o desmantelamento das políticas públicas e como instrumento de flexibilização de direitos, a posição dessas Centrais ao assumir estas práticas, se afastam do caráter classista que outorga ao sindicalismo a lutas de classe e obscurece a prática sindical, pois o conceito de “cidadão” como sujeito que reivindica seus direitos perante o Estado para ampliação das leis e abrangência universal transforma o indivíduo naquele que compra sua proteção social no mercado por meio do sindicato classista. Neste sentido ilustra.

Por esse motivo, talvez seja mais apropriado falar em sindicalismo de prestação de serviços já que é disso, efetivamente, que se trata. [...] A prestação de serviços adquire maior peso e visibilidade num contexto marcado pelo aumento do desemprego e redução da base de sustentação sindical, levando as centrais sindicais a buscarem novos espaços de intervenção. O aumento do desemprego é atribuído pela ideologia dominante a falta de qualificação profissional do trabalhador (Galvão, 2007, p. 257-258).

Historicamente os números de sindicalizados em todas as categorias conforme dados do IBGE nunca tinha sido tão baixos. Segundo o órgão, a perda da carteira assinada fez com que houvesse uma redução elevada no número de trabalhadores sindicalizados. Em 2016, a taxa de sindicalização era de 14,8%; em 2017 passou para 14,4%, segundo dados coletados pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2012, o percentual de sindicalizados na população ocupada alcançava 16,1%. Desde o pico do trabalho formal, alcançado no primeiro trimestre de 2014, (15,7 milhões de sindicalizações) até o fim de 2017, houve uma perda de aproximadamente 1,7 milhões de vagas com registro; a redução foi de quase 10%. De 2017 para 2022 houve uma perda de aproximadamente 5 milhões de vagas com registro em percentual quase 35% .

Gráfico 10 – Amostra de domicílios contínua anual



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual

Conforme os dados acima, segundo o IBGE, em 2022, das 99,6 milhões de pessoas ocupadas, (9,2% de pessoas) eram associadas a sindicatos. Esse é o menor contingente da série iniciada em 2012, quando havia 16,1 milhões de trabalhadores sindicalizados.

Todas as grandes regiões tiveram redução de sindicalizados em 2022. O Sul (11,0%) registrou a maior taxa, seguido por Nordeste (10,8%), Sudeste (8,3%), Norte (7,7%) e Centro-Oeste (7,6%). Em relação a 2012, a maior queda foi registrada pela região Sul (9,2 p.p.) e, em relação a 2019, a maior queda se deu no Sudeste (2,4 p.p.), que pela primeira vez ficou com taxa abaixo dos 10%, segundo Adriana Beringuy coordenadora de pesquisas por amostra de domicílios do IBGE. Para a pesquisadora em 2022, a população ocupada atingiu sua maior estimativa, alcançando 99,6 milhões de pessoas. Esse contingente representou acréscimo de 4,9% em relação a 2019 (95,0 milhões de pessoas), e de 11,0% frente à população de 2012 (89,7 milhões de pessoas).

No entanto, “a expansão da população ocupada nos últimos anos não resultou em aumento da cobertura sindical. Isso pode estar relacionado a diversos elementos, como aprofundamento das modalidades contratuais mais flexíveis introduzidas pela Reforma Trabalhista de 2017, formas independentes de inserção dos trabalhadores na produção em alternativa à organização coletiva, e o uso crescente de contratos temporários no setor público”, destaca a coordenadora (Gomes, 2023, p. 01).

A redução na população sindicalizada acentuou-se a partir de 2016, quando a queda da sindicalização foi acompanhada pela retração da população ocupada total a partir de 2017, e

embora com a população ocupada crescente o número de trabalhadores sindicalizados permaneceu em queda. Entretanto, na visão de Rodrigues (2002) mesmo que o movimento sindical historicamente não tenha alcançado números significativos de filiações, objetiva-se com outras formas de influência garantir direitos para a classe trabalhadora haja visto que, sempre teve outro papel preponderante como braço político de partidos políticos ligados a essas representações.

É nessa direção que a sociologia acrescenta que a uberização e a plataformização assumem um papel preponderante ao formar um novo proletariado de serviços na era digital. Antunes (2020) ressalta que os vínculos de trabalho nessas relações são cada vez mais degradantes para os trabalhadores: enquanto os aplicativos se apropriam do mais valor do trabalho, gerado pelo sobretrabalho dos trabalhadores sem nenhuma regulação, a terceirização, a informalidade e a flexibilidade formam o léxico e a pragmática das empresas. Calcando-se na exaltação da individualidade e das competências, nesse quadro das coisas mesmo que aumente a PEA as relações díspares corroboram com o declínio no número de filiações sindicais.

Verdade que a taxa de sindicalização historicamente no Brasil nunca foi relevante em números absolutos frente à população economicamente ativa; contudo, principalmente após a reforma trabalhista em que se ataca a fonte de financiamento, esse pode ser um ponto crucial para a (não) sobrevivência. Ainda que isso possa aparentemente representar perda de representatividade na hora de sentar à mesa de negociação, historicamente esses números não refletiam a pujança do movimento sindical que, em vários momentos, conseguiu vitórias importantes em greves memoráveis para o movimento sindical em que a aprovação das greves é feita por aclamação em assembleias onde, em grande parte, a participação de sindicalizados é irrisória: mesmo assim deliberou-se pela greve. Posso afirmar, pois enquanto ativista sindical, tivemos a oportunidade de acompanhar por diversas vezes diversas assembleias dos metalúrgicos, ferroviários, entre outros, que culminaram com avanços significativos para a classe trabalhadora mesmo dentro de um contexto em que muitas das vezes partimos de assembleias esvaziadas; contudo munidos de práticas sindicais de enfretamento e com apoios de outros ativistas de vários segmentos do operariado conseguimos bloquear a entrada dos trabalhadores para suas atividades e mesmo angariar adesão destes para o movimento grevista.

De modo singular o conteúdo das reformas trabalhistas está assentado em premissas cujo único objetivo é a retirada de direitos envolta por um discurso inebriante de proteção do trabalho e desenvolvimento econômico. Neste sentido, enquanto medidas que refletiriam uma

reorganização do tecido social, as consequências desse novo rearranjo deveriam ter sido fonte de amplos debates com todos os atores envolvidos e não ocorrendo de forma solapada para atender a elite empresarial e rentista.

5 CRISE, DECLÍNIO OU RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO SINDICAL: DEBATE SOBRE A CRISE E OS RUMOS DO SINDICALISMO

De nosso ponto de vista, no atual contexto de retrocessos civilizatórios no Brasil, onde o poder público se une à classe patronal para fragmentar os direitos trabalhistas e sua representação, faz-se mister nos movimentos sindicais encontrar formas alternativas para além das greves como forma de garantir direitos. É preciso superar argumentos que já não dialogam com a realidade contemporânea, o que se intensifica com as profundas transformações no mundo do trabalho. É preciso fazer uma verdadeira revolução na organização sindical, estreitar as relações com os trabalhadores e concentrar esforços no sentido de esclarecer que os seus direitos estão sendo atacados e sua representação está sendo enfraquecida com as profundas transformações nos modos de produção e na forma de acumulação do capital.

Pouco se tem aproveitado pelas oportunidades geradas pela internet e a telemática para se formar um grande banco de dados na base de sua atuação, seja na indústria, no comércio, nos serviços, integrando todos da cadeia de produção. É preciso ir além da “porta de fábrica” e dos panfletos, é preciso, enfim, envolver todos os agentes que vendem sua força de trabalho, articular a unidade entre as centrais e apresentar a esses interlocutores e para toda a sociedade uma plataforma não só dos direitos trabalhistas, mas de direitos sociais e humanos, além de previdenciários, já que todos esses direitos vêm sendo sistematicamente atacados e cassados; é preciso conectar Representação x Redistribuição pois, a classe trabalhadora é composta por uma diversidade e pluralidade de pensamento e identidades que estão atravessados por múltiplas agressões e marginalidades. Neste sentido dirá Santana e Ramalho (2004).

O crescimento do conflito de interesses e da competição entre os trabalhadores masculinos, qualificados e de meia idade (que tradicionalmente dominam a política dos sindicatos e da representação na empresa) e os grupos mais sujeitos aos riscos do mercado de trabalho (mulheres, jovens, idosos, deficientes etc.). Com o desemprego estrutural, quase todas as reivindicações sindicais tendem a favorecer os primeiros em detrimento dos demais. A crise não só aumenta o poder do capital, mas também repercute na classe trabalhadora, instaurando o que seria um corte entre “vencedores e perdedores” (Santana; Ramalho, 2004, p. 44-45).

Os precarizados, estão mais próximos da realidade de hoje que outrora; não é mais suficiente apenas ter uma formação profissional, as competências vêm exigindo cada vez mais novas necessidades, já que a todo instante a ciência trabalha junto ao capital para substituir o homem por máquinas. Diante do exposto, o diálogo com todas as frentes de resistência deve

estar conectado para combater a “máquina capitalista”. É necessário construir diálogos que promovam uma lógica crítica da utilização dos recursos materiais e imateriais da classe trabalhadora, com novas formas de consumo que valorizem a utilização da mão de obra humana e recursos que protejam a natureza.

Se faz mister expressar que o capitalismo, sob a ótica neoliberal e principalmente na América Latina, procurou aprofundar a estratificação das classes sociais como principal característica para manter a propriedade privada e permitir a acumulação do capital; os modos de produção, criando uma contradição permeada pelo avanço científico-tecnológico com exponencial aumento da produtividade e acúmulo do capital excedente sem, contudo, fomentar políticas de redistribuição.

Quanto a centralidade do trabalho, se alcança a face mais sinistra quando o ser humano passa a ser parte secundária no processo produtivo; os ganhos são substanciais e os custos são minimizados quando esses excedentes que deveriam criar uma fonte de custeio para criação de uma renda que amenizasse a miséria, a violência, a opressão e a exploração das condições e da remuneração do trabalho.

Essa análise se dá dentro de um contexto histórico e singular da indústria brasileira, contudo, serve de embasamento do nosso objeto que as consciências se desenvolvem a partir de experiências singulares imputadas por uma realidade objetiva que coisifica os indivíduos para uma falsa consciência, mas que pode promover uma consciência necessária para que eles venham a se reconhecer como sujeitos políticos.

Diante disso, não é por acaso que surgiu a partir dessas formas embrionárias de associação dos precarizados uma nova revolução, ou outra forma de tensionamento das relações trabalhistas, que levaram o movimento sindical a partir dos precarizados imigrantes nordestinos a transformar o sindicalismo de Estado em um instrumento dos anseios da base a partir da tomada de poder no sindicato dos metalúrgicos do ABC, e posteriormente pela fundação das centrais sindicais.

Entretanto, não podemos ignorar a singularidade do momento histórico contemporâneo onde as relações são cada vez mais plásticas, individualistas e egoístas ainda que se queira atribuir uma racionalidade, como dizia Giddens (2002) uma autonomia reflexiva, como passível de determinar as escolhas na construção da identidade; embora se possa reconhecer a possibilidade de autonomia reflexiva, entretanto, a singularidade não pode ser atribuída como algo intrínseco à construção do eu e como tal determinante do modo de vida sem considerar os sistemas abstratos e a construção de processos uniformizantes. Neste sentido Giddens dirá:

No período da alta modernidade, a empresa capitalista cada vez mais procura moldar o consumo assim como monopolizar as condições da produção. Desde o começo, os mercados promovem o individualismo na medida em que sublinham direitos e responsabilidades individuais, mas no primeiro momento esse fenômeno diz principalmente respeito à liberdade de contrato e à mobilidade intrínseca ao emprego capitalista. Mais tarde, porém, o individualismo se estende para a esfera do consumo, a identificação das preferências individuais tornando-se fundamental para a continuidade do sistema. A liberdade de escolha individual governada pelo mercado torna-se um quadro que envolve a autoexpressão individual (Giddens, 2002, p.183).

Para tanto o capitalismo tem a capacidade e os meios de moldar o consumo, as vontades e os imperativos do cotidiano, e a realidade decorre de processos onde as vontades são apreendidas das condições materiais de existência. Entretanto, a precariedade se faz sentir frente a uma realidade objetivada pelas necessidades materiais e imateriais. E a realidade se transfigura ante a necessidade mediata das necessidades da sobrevivência.

E é nesta seara que o sindicalismo aparentemente apresenta-se por hora inserida em crise ou declínio. Contudo são nos momentos mais críticos e explorados pelo capital que eclodiu o movimento sindical, e foi a partir dos precarizados, dos mais explorados, dos sem direitos, da necessidade, da ausência de perspectivas. Sendo assim, a história revela que quanto maior a opressão maior a resistência.

No Brasil isso ganha contornos justamente nestes momentos de maior repressão, quando o regime ditatorial sufocou o movimento pela perseguição dos líderes e ativistas sindicais e pela cassação de direitos e anuência de sindicatos dominados pelos pelegos nomeados pelo sistema. Foi a partir dos precarizados nordestinos, ajudantes no chão de fábrica, que em 1978, depois de muitos anos, os trabalhadores voltaram a fazer frente ao Estado e ao patronato. De acordo com Iram Jacome Rodrigues (1995), nos anos 70, embora não houvesse aparente atividade sindical em função da repressão, existia toda uma atividade em muitos aspectos invisíveis de setores ponderáveis do movimento. Estando à frente, a oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, foi a partir desse movimento de massas que se criou, entre os finais dos anos 70 e início de 80, dois instrumentos importantes para a organização dos trabalhadores: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o partido dos trabalhadores (PT) foram os opositoristas sindicais e sindicalistas críticos da estrutura sindical, além de parte consideráveis de parcelas de classes de trabalhadores unidos pela Igreja Católica; emergiu e a ideia de “ir às bases”, de pensar o trabalhador integralmente, não apenas como operário no chão de fábrica, mas como cidadão no âmbito da sociedade (Rodrigues, 1995, p. 116-118).

Não obstante, a CUT¹⁴ retorna a esse ideal e procura envolver os precarizados, uberizados e desalentados nessa frente de resistência para enfrentar o capitalismo rentista e concentrador de renda pela volta de uma práxis que pode revelar, não um novo sindicalismo, mas a prática da classe trabalhadora de resistência e sobrevivência.

A pesquisa, “Condições de Trabalho, Direitos e Diálogo Social, para Trabalhadoras e Trabalhadores do Setor de Entrega por Aplicativos em Brasília e Recife”, realizada pela CUT e OIT, ratifica que as pessoas entrevistadas reconhecem as condições insalubres da sua atividade como estresse, problemas de coluna, de lesão por esforços repetitivos (nos joelhos, nos dedos da mão ou no punho, principalmente); casos de ansiedade e lesão física por acidente de trabalho ou assalto. A maioria das pessoas entrevistadas também destaca como desvantagens da profissão os riscos corridos, a falta de direitos trabalhistas, a baixa remuneração e as jornadas extensas. Em consequência desse conjunto de fatores começam a surgir entre esses trabalhadores formas de articulação coletivas como é o caso em Recife onde, em 2019, foi criada a Associação de Motofretistas com Aplicativos do Estado (Amap-PE). Segundo a CUT (2021):

A adesão à associação, entretanto, ainda se mostra baixa, assim como a filiação a algum sindicato. Apesar da falta de engajamento com movimentos sindicais, há amplo reconhecimento por parte das pessoas entrevistadas sobre a importância da organização coletiva para a conquista de melhores condições de trabalho (CIP, 2021, p. 221,222).

Neste contexto, ganha contornos paradigmáticos o que disse Celso Frederico em sua pesquisa de 1960 que apontava que a sociologia do trabalho crítica precisaria apoiar-se em uma abordagem dialética da prática. Percebendo que os operários qualificados e experientes estavam à frente das reivindicações dentro das fábricas, contudo para essa sociologia os ajudantes não qualificados ou semiquilificados, se de um lado representavam uma massa politicamente inorgânica, Frederico compreende que, por outro, formas elementares de consciência de classe em determinadas condições históricas poderiam evoluir para formas politicamente ativas (Frederico, 1960 *apud* Braga, 2012).

¹⁴ Para tanto principalmente a CUT tem feito um aceno aos trabalhadores uberizados que é a forma mais brutal da precarização. Através de uma pesquisa, aponta que ainda não existe atualmente uma estrutura sindical que atenda as condições específicas do trabalho nas plataformas e que, portanto, é preciso que os sindicatos façam esforços para organizar a representação no sentido de proteger os trabalhadores e trabalhadoras de plataformas digitais. A Central reconhece a dificuldade da organização espacial como algo que dificulta e desfavorece a criação de vínculos, mas enaltece o uso das tecnologias que favorecem a comunicação e mobilização: basta lembrar dos breques que a classe promovera em Brasília e em Pernambuco.

Enfim, não pretendemos encerrar o debate, mas ter contribuído para compreensão das demandas que estão postas na contemporaneidade do movimento sindical e dos trabalhadores, pois a história não é linear e estamos sempre em processos que promovem tensões e disputas que ocasionam controles para atender grupos hegemônicos de poder.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar à luz da reforma trabalhista impetrada pela Lei 13467/2017, as possíveis consequências quanto a representatividade dos trabalhadores, visto que um dos objetivos da lei procurou justamente o enfraquecimento da representatividade ao atacar frontalmente suas fontes de financiamento, o imposto sindical e a contribuição assistencial. Para alçar esse objetivo utilizamos como metodologia o materialismo histórico-dialético, compreendendo que a história do movimento sindical está em constante transformação, através das movimentações das relações humanas que produzem, no tecido social, fenômenos sociais singulares. O método adotado foi a pesquisa bibliográfica, apoiada em dados documentais e quantitativos de fontes diversas; *como ativista sindical, procuramos traduzir sociologicamente e empiricamente sentidos que pudessem compreender esse momento ímpar do movimento sindical.*

Contudo, chegou-se à conclusão ao longo deste trabalho que, no contexto da reforma trabalhista, projetos antagônicos estavam em disputa, embora esse antagonismo não tenha reverberado tendo em conta a proporção de atores envolvidos e afetados diretamente, em detrimento de um pequeno grupo dominante, as elites financeiras e investidores. Contudo, essa aparente homogeneidade de opiniões a favor da Reforma Trabalhista caracteriza antes de tudo uma prática assolapada cujo efeito foi impetrar à classe trabalhadora um retrocesso e perda de direitos com a aprovação da reforma trabalhista de 2017.

Para tanto procuramos enfatizar que o discurso neoliberal, para além das práticas econômicas de acumulação rentista, outorgava-se a pretensão de reorganizar o tecido social para legitimar a relocação do capital em curso desde a década de 70, o que foi possibilitado pelo avanço tecnológico e pelas novas formas de organização produtivas.

A faceta polida pelo discurso modernizante da livre concorrência, das liberdades individuais, da propriedade privada, ganha ares de legitimidade quando os interesses particulares utilizam-se dos meios econômicos, políticos, culturais e religiosos para moldar os costumes e as vontades dos indivíduos no intento de criar individualidade e submissão. Antes de mais nada, era preciso eliminar as formas orgânicas de manifestação, desta feita atacando sistematicamente os movimentos sociais, trabalhistas, culturais e algumas manifestações religiosas, criminalizar o Estado e as políticas públicas de saúde, educação e toda forma de políticas reparatórias e direitos sociais, tudo em nome da livre concorrência. O capitalismo

contemporâneo vale-se de todas as artimanhas para reconduzir a classe dominante a um estado do capitalismo selvagem onde a classe trabalhadora não tinha direitos.

No Brasil, isso ganha ares ainda mais danosos pois as desigualdades são mais marcantes. A acumulação do capital por aqui sempre se fez notar de forma exacerbada: a divisão social não se divide apenas em classes, mas sobretudo existem castas que outorgam legitimidades protocoladas por seus representantes no congresso nacional com maior representação oriunda justamente das desigualdades legitimadas no campo da educação, da cultura, em suma, da capacidade de construir socialmente a realidade.

Em uma população de mais de 203 milhões, e em que a renda média salarial é de cerca de R\$1.970/mês, como justificar essa dominação se o voto livre não foi capaz de equalizar essa contradição? A perene desigualdade, que está para além das questões sindicais, é fruto do encadeamento de fatores perpetrados pela formação dos espíritos e da capacidade da classe dominante em organizar os atores sociais para defender seus interesses de classe, estando grande parte da classe intelectual somada à elite econômica como parte deste espaço formativo de Estado. Sob a égide do neoliberalismo, o trabalho perde a centralidade, as formas de individualização em profusão se veem instadas à concorrência, a solidariedade é colocada em cheque, e as formas orgânicas coletivas são destituídas de significação, quando não oprimidas e criminalizadas.

O extremismo, a intolerância, a truculência são atores coadjuvantes do neoliberalismo; o fascismo e sua prática em nome de Deus, pátria e família, une os conservadores e toda ultra direita. O contraditório dá lugar ao sofisma, as *fake news* passam a ser a tônica da verdade e nesta seara direitos e garantias são criminalizados como privilégios; a máquina capitalista não produz apenas crise para produzir acumulação, ela transforma a capacidade cognitiva de perceber a realidade e as condições materiais de existência.

Neste contexto o movimento sindical, assim como outros movimentos sociais, mesmo caminhando por tortuosos caminhos, são inimigos comuns do projeto neoliberal, e a democracia para esta ideação é indesejada porquanto é preciso avançar nas reformas administrativas, previdenciárias e nas pautas dos costumes e das liberdades indesejáveis.

A Sociologia do Trabalho há décadas já apontara essa implicação das políticas neoliberais com sua necessidade de ataque à representação sindical e à representatividade política dos trabalhadores, assim como a consequente materialização da precarização do trabalhador brasileiro; isso por si poderia responder a nossas inquietações, pois estaríamos, paradoxalmente,

e axiologicamente comprometidos com interesses antagônicos, e consequentemente entregues à submissão do capital: o movimento sindical não estaria em crise, mas em declínio e moribundo moralmente.

Entretanto, ainda que uma parcela do sindicalismo tenha aderido ao discurso da modernidade neoliberal, para além dessa imoralidade e fraqueza institucional, é preciso ressaltar também o caráter do sindicalismo brasileiro de resistência à precariedade; fazemos notar que são nas bases que ocorrem as grandes transformações: foi assim outrora, e vai ser assim, acreditamos, que os trabalhadores brasileiros vão se insurgir contra o capital. Se a argumentação parece ter um conteúdo militante, digo que isso não a compromete, pois este está traduzido e investido por uma análise sociológica crítica e fundamentada na teoria e nos pressupostos da nossa ciência. **REFERÊNCIAS**

Explicitamos ainda que a êxtase da modernidade propagada pelo neoliberalismo, ainda que em grande parte tenha provocado uma adesão de estratos sociais, dentre eles grandes parcelas de trabalhadores brasileiros, sua aparente homogeneidade de opiniões não se faz refletir na totalidade da sociedade e dos trabalhadores, e isso é factual haja vista a derrota nas urnas do fascismo na eleição para presidente em 2022. Contudo, embora a cabeça tenha sido esmagada, as entranhas permanecem corroendo a democracia. Caso a máxima dos contratualistas ainda tenha validade, o ser humano na eminência de preservação tende a pactuar por medo ou necessidade. A máquina capitalista fomenta crises para manter ou reconduzir o *status quo*; entretanto a classe trabalhadora é resiliente, material e simbolicamente.

A necessidade de suscitar respostas destoantes dessa aparente homogeneidade, seja por ajustamentos orgânicos ou conveniência temporal, justifica a nossa preocupação e nos ajuda a compreender e a responder nossa provocação e promover outros olhares da Sociologia.

O que procuramos traduzir de forma fundamentada pela vasta bibliografia sociológica dando nossa contribuição para aumentar o arcabouço no sentido de que a Reforma Trabalhista não entregou o que prometera redução do desemprego e o aumento da formalização, ao contrário o que temos assistido é a precarização do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Ed Boitempo, 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, número especial, p. 1-63, 2017 (ISSN 1980-5527).

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 24. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandez. Petrópolis, Vozes, 1996.

BOTELHO, Gabriela. O que foi o Plano Collor? (2024). Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/historia-brasil/plano-collor>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRAGA, Rui. **A política do precariado: do populismo ao lulismo**. São Paulo: Boitempo: USP, 2012 (ISBN 978-85-7559-298-4).

BRASIL Indicadores socioeconômicos selecionados: Séries históricas de 1995 a 2021. **DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/sinteseindicadores/2022/indicadoresSocioeconomicosSeriesHistoricas.html>. Acesso 18 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 15 mai.2014.

BRASIL: taxa de desemprego. **IndexMundi**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2023/boletimEmpregoemPauta25.html>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASÍLIA. Supremo Tribunal Federal (STF). **STF declara constitucionalidade da contribuição assistencial a trabalhadores não sindicalizados**. Disponível em: [https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=513910&ori=1#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20\(STF,virtual%20encerrada%20em%2011%2F](https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=513910&ori=1#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20(STF,virtual%20encerrada%20em%2011%2F). Acesso em: 04 jul. 2024.

BUENO, Sinara. Exportações no Brasil. **Fazcomex**, 2024. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/exportacao/exportacoes-no-brasil/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado: políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, ano II, n. 3, dez, 2008, ISSN: 1982-8004.
CARVALHO João Mauro Gomes Vieira de. Da financeirização da economia à precarização do trabalho: considerações a partir da obra tardia de Luciano Gallino. **Perspectivas**, São Paulo, v. 48, p. 69-86, jul./dez. 2016.

CARVALHO, Júnior. A desconsolidação do trabalho: Reforma da CLT flexibiliza regras e restringe direitos dos trabalhadores. **Consultor Jurídico**, dez. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-dez-05/reforma-da-clt-flexibiliza-regras-e-restringe-direitos-dos-trabalhadores/>. Acesso em: 6 out. 2024.

CASTRO, Sidemar. Margaret Thatcher: quem foi e quais foram as contribuições dela? **ISardinha Notícias**, jul, 2012. Disponível em: <https://investidorsardinha.r7.com/geral/margaret-thatcher-biografia/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

COMBLIN, José. **O neoliberalismo**: ideologia dominante na virada do século. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONDIÇÕES de Trabalho, Direitos e Diálogo Social para Trabalhadoras e Trabalhadores do Setor de Entrega por Aplicativo. **CUT Brasil**. Disponível em: <https://assets.cut.org.br/system/uploads/ck/sumario-executivo-pesquisa-app-pt.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

DOWBOR, Ladislau. **1941- a era do capital improdutivo**: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Ed. Autonomia Literária, 2017, ISBN: 978-85-69536-11-6 -1.

FILGUEIRAS, Luiz. **“Da substituição de importações ao Consenso de Washington” em reflexões de economistas baianos**. Salvador: Conselho Regional de Economia, 2001.

_____. “Uma outra economia é possível”. **A Tarde**. Salvador, 17 out. 2002.

_____. A história do plano real: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2019.

FILGUEIRAS, Luiz; LOBO, Breno. “Política e economia na reforma da previdência”. **Análise & Dados**. Bahia Salvador, v. 13, n. 3, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo. **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

GOMES, Irene. Taxa de sindicalização cai a 9,2% em 2022, menor nível da série. **Agência IBGE de Notícias**, set. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37913-taxa-de-sindicalizacao-cai-a-9-2-em-2022-menor-nivel-da-serie>. Acesso em: 10 mai.2024.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Jr. São Paulo: Ed. Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 2. ed., v. 2. Edição e tradução, de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: https://amures.org.br/wp-content/uploads/2022/08/1349631_Antonio_Gramsci___Cadernos_do_carcere___vol_II.pdf. Acesso em: 3 ago. 2024.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IndexMundi. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=br&v=74&l=pt> acessado em 02/08/2023. Acesso em: 20 mai. 2024.

INNOVARE na Indústria 4.0! **Innovare**, mar, 2019. Disponível em: https://blog.innovareti.com.br/2019/03/11/innovare-na-industria-4-0/_wp_link_placeholder. Acesso em: 27 nov. 2023.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araujo. **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas (SP): Curt Nimuendajú, 2004.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2.ed. ampl. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MARTINS, Carlos Eduardo. Consenso de Washington. **Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe**. [2024?]. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-consenso-de-washington>. Acesso em: 14 set. 2024.

NEUMAM, Camila. 19 milhões de brasileiros vivem com fome: consequências na saúde são irreversíveis. **CNN**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/19-milhoes-de-brasileiros-vive-com-fome-consequencias-na-saude-sao-irreversiveis/#:~:text=Mais%20da%20metade%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,de%20f uncionar%E2%80%9D%2C%20afirma%20Pessoa>. Acesso em: 17 set. 2024.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgações estruturais e especiais. IBGE/SIDRA. Disponível em: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Acesso em: 14 set. 2024.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. IBGE. Acesso em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8677#resultado>. acessado em 09/10/2023. Acesso em: Acesso em: 17 set. 2024.

PESSOAS em idade de trabalhar - 2024/2º tri. **IBGE**. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 29 set. 2024.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

PRINCIPAIS produtos importados pelo Brasil. **Logcomex**, 2022. Disponível em: <https://blog.logcomex.com/principais-produtos-importados-pelo-brasil/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

PROGRAMA Rumo à Indústria 4.0: uma iniciativa importante, mas que não pode ser isolada. **BraziLab**. Disponível em: <https://brazillab.org.br/noticias/programa-rumo-a-industria-4-0?>. Acesso em: 27 jun. 2024.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, Jose Ricardo. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Pós-fordismo no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 3 (55), julho-setembro, 1994.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Mutações do trabalho**. São Paulo: Editora Senac Nacional, 1999. ISBN 8574580066 9788574581ç.;006.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**: seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone (1889-1948). São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

TST recebe prêmio do CNJ por excelência em gestão, produtividade e tecnologia. **Justiça do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/web/estatistica/jt/relatoriogeral>. Acesso em: 20 mai. 2024.

VAZ, Vinicius Rezende Carretoni; MERLO, Edgard Monforte. O consenso de Washington no Brasil: estabilização conservadora e estagnação. **Revista Aurora**, v. 13, n. 1, p. 37-58, 2020. ISSN: 1982-8004.